



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

Patrícia Sampaio Cotta

CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ECONOMIA POLÍTICA FEMINISTA:
uma comparação entre Lise Vogel e Silvia Federici

CONTRIBUTIONS TO A FEMINIST POLITICAL ECONOMY:
a comparison between Lise Vogel and Silvia Federici

Campinas
2023



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

Patrícia Sampaio Cotta

**CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ECONOMIA POLÍTICA FEMINISTA:
uma comparação entre Lise Vogel e Silvia Federici**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Econômico. Área de concentração: Economia Social e do Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. José Dari Krein.
Coorientadora: Profa. Dra. Marilane Oliveira Teixeira.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELA ALUNA PATRÍCIA
SAMPAIO COTTA E ORIENTADA PELO PROF.
DR. JOSÉ DARI KREIN.**

Campinas

2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

C827c Cotta, Patrícia Sampaio, 1993-
Contribuições para uma economia política feminista : uma comparação
entre Lise Vogel e Silvia Federici / Patrícia Sampaio Cotta. – Campinas, SP :
[s.n.], 2023.

Orientador: José Dari Krein.
Coorientador: Marilane Oliveira Teixeira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Economia.

1. Reprodução social. 2. Feminismo. 3. Divisão sexual do trabalho. 4.
Economia social. I. Krein, José Dari, 1691-. II. Teixeira, Marilane Oliveira,
1960-. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. IV.
Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Contributions to a feminist political economy : a comparison
between Lise Vogel and Silvia Federici

Palavras-chave em inglês:

Social reproduction

Feminism

Sexual division of labor

Social economic

Área de concentração: Economia Social e do Trabalho

Titulação: Mestra em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

José Dari Krein [Orientador]

Marilane Oliveira Teixeira

Maria do Carmo Godinho Delgado

Bruna Della Torre de Carvalho Lima

Data de defesa: 23-11-2023

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

Patrícia Sampaio Cotta

**CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ECONOMIA POLÍTICA FEMINISTA:
uma comparação entre Lise Vogel e Silvia Federici**

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Marilane Oliveira Teixeira (Coorientadora) – PRESIDENTE
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Profa. Dra. Maria do Carmo Godinho Delgado

Profa. Dra. Bruna Della Torre de Carvalho Lima
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

Campinas, 23 de novembro de 2023.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é resultado do trabalho coletivo e apoio de tantas pessoas que gostaria de apresentar meus agradecimentos e minha estima. Aos meus pais, Poliana, e Marcelo que nunca mediram esforços ao longo de tantos anos para realizar a minha formação pessoal e profissional, pela compreensão, e generosidade inestimável;

Aos meus avós Milton, Teresinha (em memória), Beatriz e Antônio, que sempre acreditaram no valor da educação, às minhas avós pelo cuidado, e exemplo de força. Aos meus irmãos, Paula e Pedro, à minha madrinha, e professora Zélia, a todos os familiares que sempre estiveram apoiando de alguma forma;

À Profa. Ana Hermeto pelo apoio como professora e orientadora, desde a graduação na FACE-UFMG, por me prestar todo apoio no processo seletivo da Pós-graduação. Seus ensinamentos me acompanham sempre;

Agradeço ao Instituto de Economia e ao CESIT, pela oportunidade de me formar numa instituição de excelência acadêmica. A todas as funcionárias e funcionários que trabalham diariamente para manter este espaço de trabalho tranquilo e agradável;

A todos os meus professores por me instigar a um pensamento crítico. Em especial, aos meus orientadores Marilane, e Dari, pela paciência, confiança, pelas conversas sinceras, e todos os ensinamentos.

Às Marx Sisters, Júlia, Esther e Be por tornar os estudos em feminismo marxista menos solitários;

À Be, pesquisadora que admiro, leitora de primeira mão das minhas escritas, e interlocutora. Pelo companheirismo e apoio sempre. Por tantos momentos bonitos vividos juntas;

A todos os meus colegas da pós pela convivência e troca de experiências, em especial Nathi, Bia, Sillas, Marcela (em memória), Lorena, Bruno, Carol, Thaís, Paula pelo companheirismo, fizeram minha estadia em Campinas bem mais tranquila. A Gaby pela paciência no dia a dia, e pela amizade nesses anos;

Às pesquisadoras do grupo GE-TRS, Lívia, Mariana, Gabriela, Carla, Patrícia Rocha, Camila, Clara e Rhaysa pelo esforço de tradução e difusão do livro *Marxismo e a Opressão às Mulheres* de Lise Vogel, em momento adverso de pandemia do Covid-19, à Lia Urbini, por viabilizar a editoração do texto no Brasil, numa editora popular;

Aos companheiros e companheiras do Movimento Brasil Popular, por animarem e insistirem na luta por justiça social em Minas, e no Brasil;

Não menos importante, prestamos agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, cujo apoio foi imprescindível à realização do presente trabalho.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo investigar como as autoras Lise Vogel e Silvia Federici discutem a centralidade da reprodução da força de trabalho na “produção”, assumindo a linguagem política do marxismo. A partir de um diálogo inicial travado pelas autoras, em artigos publicados em meados dos anos 1970, em torno da controvérsia sobre o caráter do “trabalho doméstico” não pago, propomos examinar elementos de resposta em publicações subseqüentes, nos diferentes entendimentos atribuídos a categorias oriundas da economia política clássica, como “trabalho produtivo”, “trabalho improdutivo”, assim como elucidar suas influências. Pelo exame de textos de diferentes períodos, afirmamos o amadurecimento no pensamento de ambas autoras, enquanto permanecem ecoando interpretações diferentes da crítica da economia política, em especial, a respeito de categorias associadas à teoria do valor. Num caso, a proposta de uma leitura mais técnica das categorias tem ganhado corpo, no debate recente, em autoras da chamada teoria da reprodução social, que reivindicam Lise Vogel. De outro lado, analisamos como Federici desenvolve uma abordagem mais ampla acerca do “trabalho produtivo” e do processo de acumulação, no qual situa o “trabalho doméstico” não pago ou, mais recentemente, o “trabalho reprodutivo”. Apesar das diferenças notáveis, localizamos ambas autoras na disputa do legado de Marx, a partir da proposição da centralidade da reprodução social nos processos de reprodução da vida, e de acumulação, e na construção de uma economia política feminista.

Palavras-chave: reprodução social; feminismo; divisão sexual do trabalho; economia social

ABSTRACT

The aim of this text is to investigate how the authors Lise Vogel and Silvia Federici discuss the centrality of the reproduction of the workforce in “production”, adopting the political language of marxism. Based on an initial dialog between the authors, in articles published in the mid-1970s, around the controversy over the character of unpaid "domestic work", we propose to examine elements of the response in subsequent publications, in the different understandings attributed to categories from classical political economy, such as "productive and "unproductive work", as well as elucidating their influences. By examining texts from different periods, we can affirm the maturity of both authors' thinking, while they continue to echo different interpretations of the critique of political economy, especially with regard to categories associated with the theory of value. In one case, the proposal for a more technical reading of the categories has gained ground in the recent debate among authors of the so-called theory of social reproduction, who claim Lise Vogel. On the other hand, we analyze how Federici develops a broader approach to "productive work" and the accumulation process, in which she places unpaid "domestic work" or, more recently, "reproductive work". Despite the notable differences, we have located both authors in the dispute over Marx's legacy, based on the proposition of the centrality of social reproduction in the processes of reproduction of life, and accumulation, and in the construction of a feminist political economy.

Keywords: social reproduction; feminism; sexual division of labor; social economic

Sumário

1. INTRODUÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA	10
2. CAPÍTULO 1: VOGEL E A ABORDAGEM DE REPRODUÇÃO SOCIAL	17
2.1 “Abordagem de dois sistemas”	18
2.2 Sobre a reprodução da força de trabalho e a posição social das mulheres: comentários sobre Marx e Engels	20
2.3 O texto <i>Marxismo e a opressão às mulheres</i>	27
2.3.1 <i>Vogel, Marx e a abordagem da reprodução social</i>	28
2.3.2 <i>Divisão sexual do trabalho e dicotomia “produção” e “reprodução”</i>	31
2.3.4 <i>Considerações críticas</i>	36
3. CAPÍTULO DOIS: ENTRE ENCONTROS E DESENCONTROS, O MARXISMO DE FEDERICI	40
3.1: A questão das esferas separadas	40
3.1.1 O “trabalho de cuidados”, e as fronteiras entre “produção” e “reprodução”	51
3.2 Das condições para acumulação	54
3.2.1 <i>Acumulação primitiva e degradação do “trabalho reprodutivo”</i>	58
3.2.2 <i>A reprodução social no escravismo</i>	62
4. CAPÍTULO TRÊS: A QUESTÃO DO CARÁTER DO “TRABALHO REPRODUTIVO” NA “PRODUÇÃO” CAPITALISTA: DIÁLOGOS RECENTES	66
4.1 A questão do caráter do “trabalho doméstico” no feminismo marxista	66
4.1.1 <i>“Trabalho doméstico” segundo Vogel</i>	69
4.1.2 <i>O “feminismo marxista autonomista” de Federici, segundo Ferguson e Bhattacharya</i>	72
4.2 O marxismo de Federici	79
4.2.1 Isso que chamam amor... Para além da dicotomia “produção” e “reprodução”	85
4.3 Novas perspectivas para velhos e novos problemas	92
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102

1. INTRODUÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

A desvalorização do trabalho doméstico e de cuidados e a posição social inferiorizada de mulheres é um problema histórico, que tem sido abordado sob diferentes perspectivas no feminismo. A persistência do problema, mesmo em sociedades mais igualitárias, faz levantar a questão da igualdade social efetiva.

O movimento de mulheres nos anos 1960 e 70, especialmente na Europa Ocidental e América do Norte, percebe a idealização da figura do trabalhador homem viril assalariado em organizações tradicionais de esquerda, considerado o sujeito revolucionário, e levanta a necessidade de expansão do conceito de trabalho.

A literatura feminista marxista dos anos 1970 enfrentou obstáculos para sua disseminação, causados, apenas em parte, por publicação e traduções tardias, de uma literatura boa parte veiculada em panfletos¹. O acirramento do capitalismo em sua forma neoliberal conservadora tem imposto retrocessos e reacendido antigas dicotomias entre o “econômico” e o “político”, quer seja, entre a “produção” e a “reprodução”, e os “papeis tradicionais”. Impondo perdas a uma maioria, perdas que são mais sentidas pela população vulnerabilizada, econômica, social e ambientalmente. Consideramos ainda que o debate dos anos 1970, centrada no reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados enquanto trabalho e impulsionada pelo movimento de mulheres, não encontraram ecos representativos no marxismo.

Ademais, o intenso ataque às organizações tradicionais de esquerda, em especial o forte discurso antissindical nas últimas décadas, e os rearranjos de composição, para uma classe ainda mais informalizada, e precarizada, tem sido acompanhado da emergência de “novos movimentos sociais”, colocando desafios à organização da classe trabalhadora, e a sua representação enquanto sujeito revolucionário.

A persistência, senão o agravamento das condições de reprodução de trabalhadoras e trabalhadores, que parecem tocar cada vez menos “parcelas da civilização” faz essa dissertação oportuna no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico, na área de concentração Economia Social e do Trabalho.

Nos propusemos examinar duas autoras influentes no feminismo marxista, oriundas de formações e influências distintas, Lise Vogel, militante e intelectual

¹ <https://blogdaboitempo.com.br/2021/04/29/por-que-o-marxismo-precisa-ser-feminista/>

estadunidense, e Silvia Federici, ítalo-americana, e influenciada pelo movimento operáista.

A pergunta que orienta essa dissertação é como as autoras escolhidas Vogel e Federici discutem a centralidade da “reprodução da força de trabalho” na “produção”, assumindo a linguagem política do marxismo? Questão que frequentemente passou por tentar categorizar o “trabalho doméstico” não pago às categorias associadas à teoria do valor (“trabalho abstrato”; “trabalho concreto”; “trabalho produtivo”; “trabalho improdutivo”, etc.). Cabe frisar que não pretendemos elaborar mais uma resposta fechada para esta questão, mas formular perguntas, e tentar explicar o que está por trás da controvérsia criada no feminismo marxista, e suas implicações estratégicas.

As autoras escolhidas têm influências diferentes, não obstante, sabemos que elas dialogaram em início dos anos 1970, ainda no calor dos movimentos de direitos civis, movimento anticolonial e organizações de mulheres, muitas tentaram desenvolver uma análise e estratégia que fosse “tanto feminista quanto marxista”, e neste contexto, Vogel (1973) em seus primeiros escritos conversa com Juliet Mitchell (1966), Peggy Morton (1971), Dalla Costa (1975)², e Benston (1969). Elas buscavam formas de usar as categorias marxistas a um terreno tradicionalmente percebido como “privado”, de trocas a nível “pessoal”, baseado em “valores não mercadológicos”, e por vezes examinada sob a ótica do consumo, essas feministas pretendiam situá-la como um dos pilares da produção capitalista. Já neste texto, Vogel busca diferir de Dalla Costa — a leitura de Marx segundo Mario Tronti, e o operáismo italiano³ — que situava o “trabalho doméstico” produtor de mais-valia, a autora, por sua vez, afirma o trabalho doméstico como “trabalho útil”. O seu texto (VOGEL, 1973) também chama atenção por situar o ideal da família nuclear fordista enquanto uma forma histórico-específica num capitalismo em expansão que ameaçava, ainda que de forma bastante contraditória, os “papéis tradicionais” na família, trazendo um elemento dinâmico às análises.

Federici comenta o texto de Vogel (1973) no texto *O capital e a esquerda* (2021a)⁴, em reflexão inicial sobre a questão das esferas separadas e que leva a autora a comparar o trabalho de Vogel ao de Carol Lopate (1974), Eli Zaretsky (1974), entre outros(as) autores(as), ao identificar elementos do que chamou glorificação da “esfera

² Original de 1972.

³ Sobre o operáismo italiano, ver a introdução de Harry Cleaver, no texto *Reading Capital Politically* [Lendo O Capital politicamente] (2000).

⁴ Original de 1975.

privada”. Por se tratar dos primeiros escritos de ambas, estes textos — ainda que bastante iniciais na discussão — são um referencial de comparação.

Após o impulso dos movimentos contestatórios dos anos 1970, elas puderam examinar mais detidamente a própria análise marxista, a publicação de ambos *Marxismo e a opressão às mulheres* (VOGEL, 2022)[1983], e *O Grande Calibã* (FEDERICI, FORTUNATI, 1984), nos anos 1980, reafirma o interesse de abordar a opressão às mulheres assumindo o marxismo, e o compromisso com políticas emancipatórias e revolucionárias que, frente o avanço do neoliberalismo e período de recuo da esquerda⁵, pareciam cada vez mais ultrapassadas.

A metodologia usada nesta dissertação foi a revisão bibliográfica de textos considerados pertinentes. Inicialmente, colocamos o objetivo de explorar os marxismos de Federici e Vogel, e compará-las a partir da discussão do caráter do “trabalho doméstico” não pago e a questão das esferas separadas, em relação à luta no terreno da reprodução social capitalista. E como objetivos específicos:

No capítulo 1 examinamos as publicações de Lise Vogel em *A família terrena* (1973), *Marxismo e Feminismo* (1979), *Marxismo e a opressão às mulheres* (2022) [1983] e *Trabalho doméstico revisitado* (2000), buscando continuidades e descontinuidades sobre a questão do caráter do “trabalho doméstico” na reprodução social;

No capítulo dois, as publicações *O Calibã e a bruxa* (2017b), a coleção de artigos em *Revolução em Ponto Zero* (2019e), e *O patriarcado do salário* (2021c) e demais artigos e entrevistas pertinentes, buscamos as continuidades e descontinuidades da questão do “trabalho doméstico” não pago à acumulação originária e o “trabalho reprodutivo;

No capítulo três, discutimos como o debate feminista marxista recente reivindica a discussão nas autoras, a saber em Tithi Bhattacharya (2023b)⁶, e Ferguson (2020), e propomos sistematizações possíveis, considerando as diferentes influências.

Tão logo percebemos a relevância de inserir a própria avaliação das autoras sobre o legado de Marx e Engels, o exame de textos considerados clássicos foi acrescido aos objetivos específicos.

⁵ considerando por conveniência as eleições de Margaret Thatcher e Ronald Reagan em 1979 e 1980 como marcos da virada neoliberal (FERGUSON, MCNALLY, 2017).

⁶ Coletânea publicada em 2017.

No capítulo 1 examinamos como, pelo menos desde os 1970, entendeu-se fundamental no feminismo marxista investigar a manifestação das esferas separadas “produção” e “reprodução”, ou “reprodução da força de trabalho” enquanto uma forma de aparência, e uma manifestação histórico-específica, o que de certo modo encontrava ecos da contestação feminista, “o pessoal é político”⁷. Esferas separadas em aparência, enquanto se afirma que são operacionalmente ligadas. Young (1981) diz que diferentes autoras tentaram “casar” feminismo e marxismo, a partir do sentimento de insatisfação com o marxismo tradicional e o feminismo radical. Ela examina autoras como Juliet Mitchell (1975), Hartmann (1979) e sistematiza o que chamou de “teoria de dois sistemas”, que em sua visão buscam colocar as relações patriarcais como distintas e independentes da exploração capitalista. Além de que, em suas palavras, a “teoria dos dois sistemas” enquanto afirma que o marxismo é indiferente ao gênero (*gender-blind*) (HARTMANN, 1979) “permite o marxismo tradicional manter a sua teoria de relações de produção, mudança história e análise da estrutura do capitalismo em uma forma basicamente inalterada”:

Ao invés de casar com marxismo, o feminismo deve tomar o marxismo e transformá-lo. Nós devemos desenvolver um quadro analítico que considere as relações sociais materiais numa formação social histórica particular como um sistema no qual a diferenciação de gênero é um atributo central. (YOUNG, 1981, p.50).

Vogel (2022) dialoga com o feminismo radical, autoras como Firestone (1970), Millet [1970] e, se bem Firestone ainda tentou abordar a opressão patriarcal a partir de Marx e Engels, o resultado é um distanciamento do materialismo histórico. Ela examina entre outras autoras o feminismo socialista de Eisenstein (1979), e a busca por uma “síntese” entre o feminismo radical e o marxismo, apresenta o conceito “patriarcado” acima das estruturas, como cultura universal, o que compõe o que ela está chamando de abordagem de dois sistemas.

Talvez o que mais chamou atenção no texto *Marxismo e a opressão às mulheres* (VOGEL, 2022) seja a sua investigação da análise marxista, a partir de vários textos em que se localizam os primeiros comentários de Marx e Engels sobre a chamada questão

⁷ Conforme texto de Carol Hanish de mesmo título *O pessoal é político*, publicado em 1970, a autora em contexto de militância feminista radical, buscava questionar a separação de senso comum de questões “pessoais” enfrentadas por mulheres, do considerado problema “político” abordando, ainda que de forma bastante inicial, diversos fatores de ordem psicológica e socioeconômica encontrados por mulheres, problemas que em sua visão vinham sendo subestimados por certos grupos de esquerda norte americanos, e abordados na dualidade “terapia pessoal” x “política”.

<https://webhome.cs.uvic.ca/~mserra/AttachedFiles/PersonalPolitical.pdf>

das mulheres, os anos de maturidade, até os socialistas da II Internacional. O seu estudo visava examinar a análise marxista propriamente, e avaliar sua atualidade para o projeto emancipatório feminista. O seu interesse se insere na renovação da economia política, e na construção de uma economia política feminista, formulação que tem sido impulsionada há décadas pelo movimento de mulheres, e tal como prevê o método materialista histórico dialético, e seu caráter crítico-científico.

A despeito de não terem abordado diretamente assuntos de “gênero” e da família, ela afirma o legado de uma “abordagem da reprodução social”, em que é possível explicar a posição diferencial de mulheres, na reprodução geral da sociedade, proposição que investigamos no capítulo 1.

No capítulo dois, examinamos como autoras da campanha *Wages for Housework*, Federici, Dalla Costa, Selma James, passando por outras influências — seja o próprio feminismo radical, mas também a interpretação de Marx pelo operaísmo italiano, e ensinamentos da luta anticolonial⁸ — fazem um contraponto importante ao feminismo socialista tradicional, do século XIX, chamando atenção para o eixo patriarcal de poder, e com isso redefinindo a opressão às mulheres e o próprio conceito de capitalismo, o capitalismo não é apenas um sistema “econômico”, mas também político de dominação, quer dizer, se propunham teorizar a respeito de um “capitalismo patriarcal”. Nas palavras de Ferguson, em balanço de teóricas da *WfH*, considerando ainda Benston, e Sheila Rowbotham:

Em vez de tratar o capitalismo como um sistema econômico teórico ou abstrato (fechado), Benston, Rowbotham e os teóricos da *WfH* desenvolvem um quadro analítico que insiste em investigar a natureza concreta e incorporada das relações sócio-históricas realmente existentes. É um quadro que permite conceptualizar e explorar a lógica por detrás da interação do capital com as relações de poder, como o patriarcado. *O próprio termo capitalismo patriarcal transmite isto: nem o patriarcado nem o capitalismo constituem domínios totalmente distintos, mas nenhum deles colapsa no outro.* (FERGUSON, 2020, p.102).

A concepção de um capitalismo patriarcal — nem um nem outro constitui domínios totalmente distintos, e nenhum deles colapsa, se resume ao outro — vem a confrontar uma visão mais abstrata de capitalismo, como um sistema fechado, aparece relacionada a implicações políticas do coletivo no qual Federici fez parte. Na *Declaração do Coletivo Feminista Internacional*, documento criado a partir da reunião

⁸ *Salário para o trabalho doméstico: Comitê de Nova York 1972-1977 História, teoria e documentos* (FEDERICI, AUSTIN, 2017), e disponibilizado gratuitamente pela editora Traficantes de Sueños.

em Pádua, Itália, em 1972, de um conjunto de mulheres de movimentos de libertação de diferentes países, Estados Unidos, Reino Unido, França e propriamente Itália, algumas afirmações se destacam: a autodenominação do coletivo feminista marxista, a politização do lar como “área de produção”⁹, tal como a fábrica e a oficina, e a necessária subversão da comunidade, a destruição do caráter auxiliar de luta das mulheres frente a esquerda tradicional, enfim, a proposição da criação de uma luta autônoma à esquerda tradicional: “Só é possível descobrir os propósitos, as formas e os lugares desta luta e, portanto, promovê-la, através de um movimento autônomo que persiga o impulso do poder social das mulheres.”¹⁰

Nas chamadas teses do movimento, as questões organizativas¹¹ dizem que:

“Temos de ser autônomas porque temos um interesse de classe específico, uma história específica de exploração e, acima de tudo, por causa das relações de poder que existem dentro da classe trabalhadora. Constituir um movimento unificado com a esquerda tradicional significa a subordinação dos interesses específicos segundo a pauta empregada pelo capital para nos manter divididos, suporia que nossa união é baseada na diferença de poder social.

Esse acúmulo organizativo é um contexto mais amplo em que examinamos os primeiros escritos de Federici, o trabalho doméstico não pago como um ato de amor, e as esferas separadas, um debate travado com Zaretsky (1974), Lopate (1974), Vogel (1973) e Seccombe (1974).

O período em que Federici atuou no Comitê da WfH em Nova York, fundado em 1975, localizado em um bairro proletário no Brooklyn, foi um momento importante, de onde são publicados diversos textos chave da Campanha, como *Salários contra trabalho doméstico* (2019a), *Contraplanejamentos da Cozinha* (2019c), *Por que sexualidade é trabalho* (2019b), publicados pela Falling Wall, e *Sobre a Greve Geral*

⁹ Um texto considerado inovador à época, que adiantava argumentos do Coletivo Feminista Internacional, foi escrito por uma integrante do partido comunista nos EUA (CPUSA), Mary Inman, chamado *In Woman's Defence* (1940). O seu texto, (ainda que com importantes diferenças estratégicas), adiantava o exame da centralidade do trabalho doméstico no “trabalho produtivo”, colocando-o como parte indispensável da produção, recebeu críticas pelo CPUSA, levando Mary Inman a romper com a organização (FEDERICI, AUSTIN, 2019, p.19).

¹⁰ Documento Declaração do Coletivo Feminista Internacional texto que lança Campanha Salário por Trabalho Doméstico em vários países, escrito durante o conclusão da reunião em Pádua, Itália, em Julho de 1972. Pode ser encontrado em Federici, Austin (2019, p.49).

¹¹ Federici, Austin (2019, p.56). Original de 1974.

(2021)¹², este de autoria da Dalla Costa para o 8 de Março, e que são examinados no capítulo dois.

Ao mesmo tempo, (e porque não queremos restringir a dissertação às primeiras publicações) investigamos como Federici — tendo sido alegadamente influenciada pelo operáismo, a “releitura de Marx” conforme Mario Tronti em seus *primeiros escritos* — busca desenvolver seu argumento?

Nos anos 1980, ela fala da magnitude que a globalização, o mercado de trabalho global e o neoliberalismo atingiu — e nos EUA, a alta da inflação e cortes substanciais em “gastos sociais” — relacionada inclusive a uma aparente frustração da Campanha *WfH* perante a guinada conservadora do Estado¹³. Um pouco depois disso, a relevância da experiência como professora na Nigéria, onde as políticas de ajustes estrutural e a imposição de avanço em privatizações, e novos cercamentos, o empobrecimento e encarceramento, perseguição de trabalhadores imigrantes, e violência contra as mulheres provocou a realização sobre a acumulação originária, a “transição ao capitalismo” como um ataque permanente. Federici diz voltar-se para buscar origens do “trabalho doméstico”, entra em contato com um panfleto¹⁴ *Witches, Midwives & Nurses* (1972) [Bruxas, parteiras, e enfermeiras] por Barbara Ehrenreich e Deirdre English e se interessa pela história do capitalismo no século XVI europeu. No que se tornou um de seus projetos de maior fôlego, ela discute que a “revisão” da acumulação originária, em conversa com Marx, e também Foucault, levou à expansão do conceito “trabalho doméstico” não pago para o “trabalho reprodutivo”. Esse desenvolvimento nos interessa, porque acreditamos que a autora começa a responder certos comentários, vindo de direções diferentes do feminismo: de que o “feminismo autonomista”, no que insiste no termo *capitalismo patriarcal*, acaba recorrendo a analogias entre a “reprodução da força de trabalho” e a “produção” que tendem colapsar um domínio no outro, sobretudo, por nublar as especificidades do “trabalho domésticos”, ou “trabalho de cuidados”. Comentários que aparecem em Vogel (1973, 2022), e tem sido retomado pelo debate feminista marxista recente em Bhattacharya (2023b), Ferguson (2020), objetivo do capítulo três. Ponderamos que também vemos considerações semelhantes

¹² Original de 1974.

¹³ A saber mais, Arlen Austin, Federici. *Salarios para el trabajo doméstico: Comité de Nueva York 1972-1977 Historia, teoría y documentos* (2019).

¹⁴ <https://www.feministes-radicales.org/wp-content/uploads/2012/06/Barbara-Ehrenreich-and-Deirdre-English-Witches-Midwives-and-Nurses-A-History-of-Women-Healers.-Introduction..pdf>

emergir em textos considerados fundantes da Economia Feminista, sobretudo em se tratando de especificidades do “trabalho de cuidados” (capítulo dois).

Poderíamos ter restringido investigações do tema nas autoras Vogel e Federici, considerando a conversa inicial travada em Vogel (1973) e Federici (2021a)¹⁵. Ao longo das investigações, contudo, e inclusive porque o debate feminista marxista recente tem reivindicado Vogel — que seja baseando as interpretações de Marx na mesma leitura a que ela subscreve em Paul Smith (1978) — consideramos pertinente apresentar diálogos com estas leituras recentes. Ponderamos que há diferenças entre o texto de Vogel (2022) e o que tem sido chamado teoria de reprodução social (TRS), da qual fazem parte Bhattacharya e Ferguson. A saber, sobre a própria importação teórica do termo “reprodução social”, termo que em Vogel aparece enquanto uma abordagem, uma perspectiva que se propõe alternativa à “abordagem dos dois sistemas”, do que propriamente uma nova categoria, sobre esta diferença Vogel já comentou a respeito¹⁶.

Consideramos relevante a discussão destas autoras chamadas teóricas da reprodução social no que elas se inserem na disputa do legado de Marx. No que afirmam reivindicar o texto de Vogel (2022), o debate da TRS recente tem afirmado diferenças em relação ao que, no mundo anglófono, tem sido chamado de “feminismo autonomista”. De todo modo, esta visão serve de comparação ao marxismo de Federici, e a perspectiva da reprodução social do feminismo italiano, que nossa investigação nos conduziu (capítulo três).

Afinal, pretendemos fechar o capítulo três refletindo mais amplamente como tanto Vogel como Federici, a despeito das diferentes influências e proposições que encontramos, se inserem num projeto de economia política feminista, abrindo novas perspectivas para uma economia política em teoria e prática renovadas.

2. CAPÍTULO 1: VOGEL E A ABORDAGEM DE REPRODUÇÃO SOCIAL

Neste capítulo apresentamos aportes de Lise Vogel para o movimento de mulheres, considerando encontros e desencontros entre dois projetos emancipatórios: o marxismo e o feminismo. Investigamos o que a autora chamou abordagem dos “dois sistemas”, sobretudo a partir de revisão bibliográfica da literatura do movimento de

¹⁵ Original 1975.

¹⁶ apesar de que Vogel tem sido vista por apresentar uma linha de pensamento “unitária” ou como uma “teórica da reprodução social”, sobre o uso destes termos, ela mesma faz ponderações (2022, p.102).

mulheres norte-americanas, e da análise marxista. Com vistas a tornar visível as formas de reprodução da força de trabalho nas sociedades capitalistas, especialmente, o trabalho doméstico não remunerado, examinamos a proposição de uma abordagem alternativa, chamada abordagem da reprodução social. A discussão da atualidade de Marx e Engels permeia o debate, e, portanto, fazemos recurso aos textos clássicos do marxismo, considerando diferentes interpretações.

2.1 “Abordagem de dois sistemas”

Consideramos que a questão dos “dois sistemas” é central nas reflexões de Vogel. Uma das primeiras autoras a sistematizar essa questão foi Iris Young (1981), a autora expõe que diferentes autoras tentaram “casar” feminismo e marxismo, a partir do sentimento de insatisfação com o marxismo tradicional e o feminismo radical. Ela diz que a maior parte delas recaiu em “teorias dos dois sistemas”.

Segundo Young, “todas as versões da teoria dos dois sistemas partem da premissa que as relações patriarcais designam um sistema de relações distinto e independente das relações de produção descritas pelo marxismo tradicional” (1981, p. 45). Elas tomam corpo em dois tipos, segundo a autora: quer seja a identificação do patriarcado como uma estrutura ideológica e psicológica separada do sistema econômico de relações de produção, a abordagem resultante se propõe então a relacioná-los de alguma forma¹⁷; quer seja a identificação do patriarcado em si mesmo como um sistema de relações sociais materiais, independente e em interação com o sistema de relações sociais de produção. Young diz que Hartmann (1979) reconhece a fraqueza dessa primeira versão e escolhe a segunda, define patriarcado em “base material” ao mesmo tempo que insiste que patriarcado é um sistema “distinto”:

“conjunto de relações sociais entre homens, que tem uma base material, e as quais, através de hierarquia estabelecem ou criam solidariedade entre homens que permitem a eles dominarem mulheres” (HARTMANN, 1979, p.11).

O texto de Hartmann ficou conhecido por afirmar que o marxismo é indiferente ao gênero (gender blind), avaliação que levou parte das autoras do feminismo socialista

¹⁷ Ela comenta basicamente o trabalho de Juliet Mitchell, *Psicanálise e feminismo* (1975).

a proclamar um distanciamento do marxismo e desenvolvimento de uma teoria do patriarcado.

Young diz que o modelo das esferas separadas é outra forma de dois sistemas, essas teorias normalmente distinguem “família” de “economia”, e localizam o modo patriarcal como algo específico das famílias. Quer dizer, teorias duais tomam por pressuposto que família e economia são duas entidades distintas e autônomas, que obedecem a lógicas distintas. Uma das características do capitalismo é a separação de atividade produtiva de relações de parentesco e, portanto, a criação de “duas esferas da vida social” (YOUNG, 1981, p.48). Ela sustenta que as esferas separadas pressuposto por muitos dos “teóricos duais” tende a hipostasiar essa divisão entre “economia” e “família” específico ao capitalismo em uma forma universal. Ela classifica a obra *A Origem*, de Engels, nessa categoria de esferas separadas.

A autora afirma que existem bons motivos para crer que a opressão de mulheres não se origina de dois sistemas distintos de relações sociais, que têm estrutura, movimento e história distintos: a análise concreta do mercado de trabalho, algo que quando a opressão aparece estrita à forma familiar, tende ser insuficiente para explicar os padrões de participação de mulheres no mercado de trabalho. Ela insiste que o feminismo marxista não pode se contentar com um mero casamento, como uma adição entre as partes intocadas marxismo e feminismo, refletindo o capitalismo e o patriarcado. Young defende que o projeto feminista socialista seja desenvolver uma *teoria unificada* com os melhores insights tanto do marxismo quanto do feminismo radical compondo um único sistema, e que tenha a subordinação de mulheres como elemento central (1981, p. 44). A autora acredita que existe uma urgência prática para rejeitar abordagens de dois sistemas e a consequente exigência de luta política distinta. Ela acredita que isso impõe um duplo fardo, uma dupla jornada de militância para aqueles que se identificam com o feminismo socialista.

Em conversa tanto com o feminismo radical quanto com o feminismo socialista, Vogel examina a questão dos dois sistemas, um conjunto de formulações que pretendem localizar a opressão às mulheres enquanto um sistema distinto da exploração capitalista, ou pelo menos autônomo. Ela reconhece que o movimento de mulheres trouxe a discussão de fatores específicos da opressão, discussão importante que no contexto das organizações tradicionais, como organizações de partido, mostra-se particularmente

custoso falar em opressão específica, supremacia masculina, ou patriarcado¹⁸ (um caso emblemático comentado pela literatura, ver Mary Inman e o partido comunista nos EUA).

Nos anos 1960 e 1970, ela diz que algumas militantes tentaram mesclar os pontos fortes de um certo feminismo radical com a abordagem socialista, e criar uma nova estratégia. Na visão de Vogel, chegou um ponto em que, na pressa de oferecer uma “síntese”, parte do feminismo socialista “abandona o núcleo marxista revolucionário da tradição socialista.” (2022, p.117). Dentre as autoras que alegaram limitações no marxismo com quem Vogel dialoga: do feminismo radical, ver Firestone (1970), e Millet (1970), esta última diz que a teoria marxista “falhou em fornecer base ideológica suficiente para uma revolução sexual, e foi novamente ingênua quanto à força histórica e psicológica do patriarcado” (MILLET, 1970, p.144).

Por outro lado, Vogel afirma o caráter ahistórico, universal da opressão em certas formulações — ela comenta especialmente os trabalhos de Firestone (1970), e Millet (1970) — ou Eisenstein (1979)¹⁹, que apresentam o conceito “patriarcado” pairando acima das estruturas, como cultura universal, o que compõe o que está chamando de abordagem de dois sistemas. Vogel acrescenta (sem aprofundar), o problema da literatura não é apenas o dualismo, mas integrar a questão racial ou nacional (2022, p.149).

2.2 Sobre a reprodução da força de trabalho e a posição social das mulheres: comentários sobre Marx e Engels

Em seu livro *O marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária* (1983), Vogel examina a tradição socialista: a economia política marxista, e o próprio movimento socialista do século XIX. Consideramos relevante como Vogel investiga a abordagem da reprodução social, presente ainda que de forma preliminar nos escritos de Marx e Engels.

Ela examina vários textos em que se localizam os primeiros comentários de Marx e Engels sobre a questão das mulheres, e também os anos de maturidade. O seu estudo visava examinar a análise marxista propriamente, e avaliar sua relevância para o projeto emancipatório feminista. Vogel de fato dedicou boa parte de seu texto a essas

¹⁸ Ver Rubin (1975), Hartmann(1979) como primeiras discussões influentes.

¹⁹ formulação do feminismo socialista que propõe síntese do feminismo radical e da análise marxista

considerações, e tentou suprir uma lacuna de estudos mais aprofundados sobre a tradição socialista à época. A autora pretende examinar cada texto não só a respeito de família, mulheres e divisão sexual do trabalho, mas pela consideração dos autores ao problema da reprodução da força de trabalho na reprodução geral.

Vogel afirma que em suas primeiras formulações Marx e Engels davam importância à questão das mulheres,

A mudança de uma época histórica pode ser sempre determinada pela atitude de progresso da mulher perante a liberdade, já que é aqui, na relação entre a mulher e o homem, entre o fraco e o forte, onde a vitória da natureza humana sobre a brutalidade, que ela aparece de modo mais evidente. O grau da emancipação feminina constitui a pauta natural da emancipação geral. (MARX e ENGELS, 2011, p.219).

Ela reconhece especialmente a contribuição de Engels em seu trabalho empírico *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (2010)²⁰, revelando as condições da classe trabalhadora, e de mulheres proletárias de forma descritiva, e histórica. Há por certo diferentes passagens permeadas por moralismo vitoriano²¹, como a questão da desintegração da família. Em suas primeiras formulações, ela afirma que eles tentavam compreender a família, e os indivíduos não abstratamente, sim de acordo com o desenvolvimento histórico, o que contrastava com o socialismo utópico.

No texto *O Capital* há comentários espalhados sobre a mulher, a família, e a divisão do trabalho por sexo e idade, e a reprodução da força de trabalho. Vogel diz importante como Marx considerava a situação de mulheres e crianças da classe trabalhadora, em especial com o advento de maquinário. Para o autor, a técnica empregada com o maquinário permitiu a contratação de trabalho barato, e a sujeição dos trabalhadores e trabalhadoras a condições extenuantes, e insalubres de trabalho, com riscos à dignidade física, moral e intelectual²²:

A exploração de forças de trabalho baratas e imaturas torna-se, na manufatura moderna, mais desavergonhada do que na fábrica propriamente dita, pois a base técnica aí existente, substituição da força muscular por máquinas e

²⁰ Original de 1845.

²¹ ele diz que em muitos casos, a família não se desagrega com o trabalho da mulher, mas se desorganiza: “é a mulher que mantém a casa o homem desempregado cuida das crianças e da vida doméstica. [...] Há inversão das relações familiares, mas [...] as outras relações sociais permanecem inalteradas. E acrescenta, essa situação “tolhe o caráter viril do homem e a feminilidade da mulher [...], situação que degrada de modo infamante os dois sexos e o que há de humano neles”. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (ENGELS, p.184, 2010)[1845].

²² ver também *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (ENGELS, 2010).

facilidade do trabalho, lá em grande parte não existe e, ao mesmo tempo, o corpo feminino ou ainda imaturo fica exposto, da maneira mais inescrupulosa, às influências de substâncias venenosas etc. (MARX, 1996b, p.92).

Uma certa concepção do “natural” em Marx é um elemento de questionamento por Vogel, tendo em vista comentários de que Marx teria assumido uma divisão natural do trabalho entre os sexos (VOGEL, 2022, p.201). Dada a complexidade do debate para esta dissertação — e aliás, o que não é exclusivo dela — consultar os contrapontos feitos por Heather Brown²³ (2012).

Brown discute com Harold Benenson (1984): quando Marx diz que por o capitalista pode deixar a manutenção e reprodução dos trabalhadores “a cargo do impulso de autopreservação e procriação dos trabalhadores”, Benenson acredita:

Não é surpreendente, neste contexto, que a análise de Marx da atividade reprodutiva tratou-a como um mero reflexo de forças biológicas e econômicas. Por exemplo, ele via a reprodução da força de trabalho do trabalhador (que inclui um componente intergeracional) como totalmente determinado por impulsos fisiológicos, operando dentro das restrições do sistema produtivo (BENENSON, 1984, p.14).

Brown por sua vez acredita que quando se refere a elementos “naturais”, Marx nunca implica somente o “biológico”, mas o natural tem uma conformação social. Como quando distingue o homem dos animais por um “talento” na capacidade de reduzir as necessidades a um “mínimo absoluto”:

O homem distingue-se de todos os outros animais pela natureza ilimitada e flexível das suas necessidades. Mas é igualmente verdade que nenhum animal é capaz de restringir as suas necessidades ao mesmo grau inacreditável e de reduzir as condições da sua vida ao mínimo absoluto. Em uma palavra, não existe animal com o mesmo talento para 'irlandês'. (MARX, 1996 apud BROWN, 2012, p.72).

O nível “mínimo absoluto” a que pode chegar a reprodução humana é o que torna o trabalho tão valioso ao capitalista, que tenciona reduzir e quem sabe pagar menos que o necessário à reprodução. E discute a contradição que isso encerra, o “mínimo absoluto” nunca é apenas biologicamente determinado, mas varia de acordo com a sociedade, é específica à luta de classes (até o mínimo “padrão irlandês”, que nada tem de natural). Quando Marx diz que o capitalista pode seguramente deixar a

²³ Foge ao escopo deste trabalho, mas consideramos que Brown consulta escritos tardios de Marx, e propõe que o autor tem uma visão complexa acerca do “natural” em sua obra.

reprodução a cargo de impulso de autopreservação e procriação dos trabalhadores, ela diz que da perspectiva capitalista a forma com que a reprodução acontece na “esfera privada”, é indiferente ao capitalista. A autora lembra que Marx vem justamente afirmar produção e consumo ainda que aparentemente separados, e fragmentados para o trabalhador, compõe um todo indivisível:

Esse consumo é produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível ao capitalista, o próprio trabalhador. O consumo individual do trabalhador continua sendo, pois, um momento da produção e reprodução do capital, quer ocorra dentro, quer fora da oficina, da fábrica etc., quer dentro quer fora do processo de trabalho, exatamente como a limpeza da máquina, se esta ocorre durante o processo de trabalho ou durante determinadas pausas do mesmo. Em nada altera a coisa se o trabalhador realiza seu consumo individual por amor a si mesmo e não ao capitalista. Assim, o consumo do animal de carga não deixa de ser um momento necessário do processo de produção, porque o animal se satisfaz com o que come. A constante manutenção e reprodução da classe trabalhadora permanece a condição constante para a reprodução do capital. O capitalista pode deixar tranquilamente seu preenchimento a cargo do impulso de autopreservação e procriação dos trabalhadores. (MARX, 1996b, p.205).

Ela afirma que Marx de fato tinha pouco a dizer especificamente sobre a opressão às mulheres, o que foi acertadamente remarcado por diferentes feministas, como Vogel. O que não implica a separação da “produção” frente a “reprodução”, ou determinismo, como certas autoras²⁴ afirmam. Brown enfatiza a respeito de Marx como a força de trabalho, a espécie humana, nunca é reproduzida meramente enquanto um reflexo biológico, já que a sua manutenção e reposição é condicionada por condições materiais específicas, de uma determinada sociedade. Nenhum entendimento das relações dentro da família moderna, sobre a reprodução, pode acontecer fora de um entendimento basilar das relações sociais no capitalismo (BROWN, 2012, p.74). Neste sentido, diz que seu arcabouço teórico evita problemas de teorias dos dois sistemas, que tendem tratar produção e reprodução como fenômenos separados.

A despeito de Marx não ter sistematizado essa questão, a sua teoria é um ponto de partida essencial, afinal, Vogel diz que ele faz mais do que apresentar descritivamente a situação de mulheres e da família, ele fornece a base para uma “teoria da reprodução social em geral” quando diz “a constante manutenção e reprodução da classe trabalhadora permanece a condição constante para a reprodução do capital”

²⁴ Ela também conversa com Jaggar (1983) que acusa Marx de separar produção e consumo e colocar a produção como o determinante de última instância do consumo, e que isso “priva o marxismo dos recursos conceituais necessários para compreender a opressão. Na verdade, ela realmente obscurece essa opressão e assim contribui para a sua manutenção.” (JAGGAR, 1983, p.74).

(MARX, 1996b, p.205), quer dizer, a reprodução enquanto um momento da produção e não independente dela. Veremos ainda alguns comentários sobre a reprodução da força de trabalho em Engels, no texto *A origem* (1984), como parte da tradição socialista e, para Vogel, texto bastante influente sobre as publicações sobre a questão das mulheres nos próximos anos.

A Origem da família (1984) foi elaborado a partir de algumas anotações dos cadernos etnológicos de Marx, no caso, a discussão de Marx com Morgan, em *A Sociedade Antiga*²⁵. O texto de Engels passou a ser visto como uma declaração clássica em assuntos de gênero e família no marxismo. Numa época de predomínio da visão socialista utópica, e distanciamento do movimento socialista às questões sobre família e opressão às mulheres, o texto de Engels se destacou por situar o problema em termos econômicos, ainda que de forma precária, sugerir uma relação entre classe e gênero, e afirmar a necessidade de avançar nos direitos econômicos (BROWN, 2012). Michelle Barret acrescenta que Engels ainda tentou “considerar a sexualidade de um ponto de vista das mulheres” (1986, p.20).

Os cadernos etnológicos consistem em diversos escritos de Marx, sobre diferentes autores, e podem ser encontrados na publicação de Krader (1974). Para Kevin Anderson,

Pelo simples fato de publicar as notas de Marx sobre Morgan juntamente com as de outros antropólogos, cujo trabalho abrangeu uma série de sociedades não-ocidentais, especialmente a Índia, Krader apontou para algo que Engels não havia abordado em seu livro: a possibilidade de que Marx, nos cadernos de 1880-82, estivesse preocupado mais nas relações sociais no interior das sociedades contemporâneas sob o impacto da globalização capitalista do que nas origens da hierarquia social em um passado distante (2010, p.200).

Kevin Anderson diz que até que os cadernos etnológicos tivessem sido publicados, pouco se sabia de fato o alcance dessas publicações: em sua visão, Marx estaria menos interessado em origens de um passado distante, mas buscando compreender a construção de novas relações sociais, a partir da expansão do capitalismo globalizado, algo que se perdeu na publicação de Engels.

Diversas feministas fizeram críticas a Engels, dentre elas Beauvoir (1949), Michelle Barret²⁶, e Vogel (1983), mais recentemente Heather Brown (2012) retoma

²⁵ Texto publicado em 1877.

²⁶ Michelle Barret é autora da introdução a uma das edições de *A Origem* (1986).

esse assunto ao analisar os cadernos etnológicos de Marx. Vamos expor brevemente a questão suscitada por *A Origem*.

Vogel examina o texto de Lewis Morgan, considerado monumental sobre a organização dos clãs, e sociedades originárias, e destaca alguns pontos de pouca consistência no autor, repetidos por Engels. No texto de Morgan, a paixão por posse tem um papel central na evolução das sociedades: “partindo do zero no estado selvagem, a paixão pela posse da propriedade, como representante da subsistência acumulada, tornou-se agora dominante sobre a mente humana nas raças civilizadas” (MORGAN, 1877, p.511-512). Em passagens que contém breve menção aos cadernos de Marx, Engels sustenta que:

Dessa forma, pois, as riquezas, à medida que iam aumentando, davam, por um lado, ao homem uma posição mais importante que a da mulher na família, e, por outro lado, faziam com que nascesse nele a ideia de valer-se desta vantagem para modificar, em proveito de seus filhos, a ordem da herança estabelecida. Mas isso não se poderia fazer enquanto permanecesse vigente a filiação segundo o direito materno. Esse direito teria que ser abolido, e o foi. E isto não foi tão difícil quanto hoje nos parece. Tal revolução — uma das mais profundas que a humanidade já conheceu — não teve necessidade de tocar nos membros vivos da gens. Todos os membros das gens poderiam continuar sendo o que até então haviam sido. Bastou decidir, simplesmente, que de futuro os descendentes de um membro masculino permaneceriam na gens, mas os descendentes de um membro feminino sairiam dela, passando à gens de seus pais. Assim, foram abolidos a filiação feminina e o direito hereditário materno, sendo substituído pela filiação masculina e o direito hereditário paterno (ENGELS, 1984, p.59).

Vogel chama atenção como Engels invoca com frequência a ganância humana e a competitividade inatas para sustentar o desenvolvimento histórico, tornando esse fator decisivo na transição ao sistema de clãs patrilineares, o desenvolvimento da propriedade privada e culminando na sociedade de classes em sua plenitude. Uma das citações mais reproduzidas sobre o assunto:

O desmoronamento do direito materno [representou] *a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo*. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heróicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida. (ENGELS, 1984, p.61).

Ele apresenta o surgimento da família monogâmica em termos econômicos, como uma forma de assegurar a transmissão da propriedade do pai para os filhos:

A monogamia foi a primeira forma de família que não se fundou em condições naturais, mas em condições econômicas, a saber, sobre a vitória da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente (ENGELS, 1984, p.70).

Ela diz que Engels não tem ilusões sobre o que a monogamia na sociedade de classes tem acarretado especialmente às mulheres, “floresce todo tipo de adultério e prostituição”. Em seu texto, ela diz que a opressão às mulheres aparece simultaneamente ao surgimento da sociedade de classes: “O casamento monogâmico [...] surge como uma forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história.” (ENGELS, 1984, p.70).

Ele não fornece elementos que permitam afirmar que a opressão é anterior à sociedade de classes, a despeito do que possa sugerir a seguinte passagem:

Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (ENGELS, 1984, p.70).

Em sua visão, Engels tampouco explica exatamente como a opressão às mulheres está enraizada na sociedade de classes. Ela diz, “ele simplesmente trata os dois desenvolvimentos como paralelos, contornando os difíceis problemas das origens históricas e das relações teóricas.” (p.239,2022).

Vogel aponta como ele extrapola questões relativas à família monogâmica, que não estão presentes em Morgan, quando diz sobre a família proletária:

desaparecem também, nesses casos, todos os fundamentos da monogamia clássica. Faltam aqui, por completo, os bens de fortuna, para cuja conservação e transmissão por herança foram instituídos, precisamente, a monogamia e o domínio do homem; e por isso, aqui também falta todo o motivo para estabelecer a supremacia masculina. [...] Nesse caso, o papel decisivo cabe a outras relações pessoais e sociais (ENGELS, 1984, p.78).

Quer dizer, a ausência de propriedade nas famílias de classe trabalhadora, para Engels, faz desaparecer as bases da supremacia masculina. E acrescenta:

sobretudo desde que a grande indústria arrancou a mulher ao lar para atirá-la ao mercado de trabalho e à fábrica, convertendo-a, frequentemente, em

sustentáculo da casa, ficaram desprovidos de qualquer base os restos da supremacia do homem no lar proletário, excetuando-se, talvez, certa brutalidade no trato com as mulheres, muito arraigada desde o estabelecimento da monogamia (ENGELS, 1984, p.77).

Ela comenta como Engels salta para uma sugestão programática: a participação crescente de mulheres na produção em grande escala, e a transformação do trabalho doméstico em uma indústria pública,

a emancipação das mulheres e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma um tempo insignificante. Essa condição só pode ser alcançada com a grande indústria moderna, que não apenas permite o trabalho da mulher em grande escala, mas até o exige, e tende cada vez mais a transformar o trabalho doméstico privado em uma indústria pública (ENGELS, 1984, p.182).

Vogel acabou conhecida por fazer uma distinção entre Marx e Engels²⁷, atribuindo a Engels a causa de um *dualismo* à teoria e prática socialista subsequente, enquanto em Marx, ela diz ainda que tenha sido bastante breve especificamente sobre gênero e família, é quem dispõe de ferramentas para compreender o assunto, quando da centralidade para a reprodução da força de trabalho na produção do capital. Brown (2012) examinou os cadernos etnológicos de Marx, cotejando com *A Origem* de Engels. Diz que ele tenta de fato seguir Marx e expressar suas ideias sobre Morgan, e que ele foi parcialmente bem sucedido. Ela tenta separar as anotações de Marx daquilo que Engels diz sobre o autor, mostrando um Marx com mais nuances e, nos últimos anos de sua vida, mais interessado em estudos da família do que Engels nos faz acreditar.

De todo modo, analisamos em Vogel, e o que vem sendo corroborado por estudos recentes, a atualidade do método de Marx, e ferramentas que permitam ao feminismo marxista evitar abordagens dos desenvolvimentos paralelos de opressão-exploração. Outras referências no assunto são Raya Dunayevskaya (1982), e Kevin Anderson (2019).

2.3 O texto *Marxismo e a opressão às mulheres*

²⁷ Considerar por exemplo o que Arruzza recentemente disse a esse respeito no texto *Por um novo casamento entre feminismo e marxismo*. Entrevista com Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya (2020).

O texto *Marxismo e a Opressão às Mulheres: em direção a uma teoria unitária* [Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory], publicado em sua primeira versão em 1983, representou uma tentativa de transformação ou expansão da análise marxista para a subordinação das mulheres, tendo recebido relativamente pouca atenção da crítica especializada à época. Segundo o balanço feito por Susan Ferguson e David McNally (2017), cujo ponto referencial são as eleições de Margareth Thatcher na Inglaterra, e Ronald Reagan nos EUA, o período pode ser caracterizado como de recuo social para a esquerda, de avanço do neoliberalismo, de perdas substantivas das lutas sociais e trabalhistas, crise do marxismo – as insuficiências das análises marxistas, um pessimismo com movimentos socialistas existentes e as possibilidades das iniciativas revolucionárias do período – e desaprovação da procura por grandes narrativas de qualquer tipo são fatores para o esquecimento do debate.

Nesse livro *Marxismo e a Opressão às Mulheres* a autora procede a uma análise de diversos textos da tradição marxista, dos quais Marx e Engels, focando sobretudo *n'O Capital*, de forma a reavaliar alguns pressupostos da discussão sobre a subordinação de mulheres no marxismo. A autora pretende ampliar o alcance dos principais conceitos d'*O Capital*, para explicar a raiz da opressão às mulheres. Segundo Ferguson e McNally, ela aborda *O Capital* de forma antidoutrinária, ressaltando seu caráter crítico-científico enquanto um programa de pesquisa e convida à expansão e ao desenvolvimento dos conceitos centrais. Vogel analisa de forma mais sistemática e atenciosa *O Capital* do que havia sido feito até então, e identifica ausências teóricas ou ambiguidades notáveis na obra (FERGUSON, MCNALLY, 2013, p. 33). A autora reconhece as formulações sobre a reprodução da força de trabalho em Marx, mas sustenta que ele não se dedicou a fundo, ao coração do problema. Vogel procede à análise sobre as condições do valor, investiga como a mercadoria especial é produzida e reproduzida, de forma a garantir que a fonte humana do valor do sistema capitalista esteja continuamente disponível, geracional e diariamente.

2.3.1 Vogel, Marx e a abordagem da reprodução social

Vogel sugere um quadro teórico para situar o fenômeno da opressão às mulheres em termos da reprodução social. A “reprodução social” para Vogel é antes uma

abordagem, uma perspectiva, que se propõe alternativa à abordagem de dois sistemas, do que propriamente uma nova categoria. Para ela é fundamental reconhecer a atualidade de Marx para pensar a subordinação específica e acrescenta: o ponto de partida é a perspectiva da reprodução social segundo Marx, mas o objetivo final é confrontar os problemas da opressão às mulheres e a condição para a sua libertação.

Para se referir a esta abordagem ela também usou termos como “reprodução social geral” ou “reprodução social total”. Reprodução social para Vogel, segue a proposição de Marx:

Uma sociedade não pode deixar de produzir, assim como não pode deixar de consumir. Quando visto, portanto, como um todo conectado e fluido com renovação incessante, todo processo social de produção é, ao mesmo tempo, um processo de reprodução. (MARX, 1996b, p.199)

O conceito reprodução social em Marx, em qualquer modo de produção:

Que o produto de quem efetua esse trabalho servil tenha de ser suficiente para repor, além de sua subsistência, suas condições de trabalho, é uma circunstância invariável em todos os modos de produção, porquanto não deriva de sua forma específica, mas é uma condição natural de todo trabalho contínuo e reprodutivo em geral, de toda produção contínua, que é sempre, ao mesmo tempo, reprodução, isto é, reprodução das próprias condições de seu agir. (MARX, 2017, p.742).

No capitalismo hegemônico, quando ele discute a determinação do valor dessa mercadoria *peculiar*, a força de trabalho, Marx lembra: ela é a origem do valor das demais mercadorias, e consiste na atividade vital, que só existe na carne e no sangue do homem, é a própria manifestação da vida. Peculiar, posto que não se comporta como as outras mercadorias, o indivíduo vivo precisa repor as energias gastas no dia, tem “necessidades naturais” que variam conforme o país, “costumes e exigências” que constituem a classe trabalhadora de um determinado local. Além de que o proletário é mortal, e na perspectiva capitalista precisa ser renovado, como Marx discute. (MARX, 1996a, p.288).

Por um lado, há o fator inarredável de reposição e renovação da força de trabalho, sendo o capitalista indiferente ao modo como a reprodução da força de trabalho acontece, “o trabalhador pertence a si mesmo e executa funções vitais fora do processo de produção” (MARX, 1996b, p.204). Ao mesmo tempo em que a reprodução do trabalhador e da trabalhadora, para Marx, acontece na própria reprodução das relações de produção, quer dizer, não apenas simplesmente fora da produção. Tanto o

trabalhador produz o capital quanto, na relação capital trabalho, é produzido por ele: o capitalista também produz o trabalhador. O trabalhador pode renunciar a um contrato específico com determinado capitalista, mas dificilmente renunciar à classe capitalista. Nestas relações de produção específicas, o autor mostra como predominam relações de dominação e servidão:

O próprio trabalhador produz, por isso, constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder estranho, que o domina e explora, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza, separada de seus próprios meios de objetivação e realização, abstrata, existente na mera corporalidade do trabalhador, numa só palavra, o trabalhador como trabalhador assalariado. Essa constante reprodução ou perpetuação do trabalhador é a condição *sine qua non* da produção capitalista. (MARX, 1996b, p.204)

Ao mesmo tempo que Vogel afirma a abordagem de reprodução social em Marx, quando ele diz “o trabalhador pertence a si mesmo e executa funções vitais fora do processo de produção” um desempenho que “o capitalista pode deixar [...] seu preenchimento a cargo do impulso de autopreservação e procriação dos trabalhadores” (MARX, 1996b, p.204-5), Vogel afirma que estas formulações do autor parecem isentar o processo de exame teórico.

Os portadores da força de trabalho são mortais e sofrem desgaste. O processo de trabalho, de fluxo contínuo, precisa, portanto, que esses indivíduos sejam repostos e renovados, reposição de uma capacidade de trabalho imediata, relativa ao desgaste de capacidades físicas e mentais da jornada diária, e renovados devido à morte ou saída da força de trabalho ativa. Vogel (2022) afirma que, ainda que úteis, esses processos são frequentemente imprecisos em Marx e confundem-se sob o termo reprodução da força de trabalho.

Ela diz que Marx aborda a questão da reprodução da força de trabalho usando o conceito consumo individual, para se referir ao consumo de meios de subsistência do indivíduo vivo, do produtor direto. Diferente do conceito consumo produtivo, relativo ao mesmo processo social de trabalho, que se refere ao consumo de meios de subsistência do trabalho. Vogel diz que o conceito consumo individual diz respeito aos processos diários de reposição imediata da capacidade de trabalhar do produtor direto, não abrange a questão geracional, “nem a manutenção de indivíduos que não trabalham,

como idosos e doentes”²⁸, também não abrange a renovação via migrações e escravização.

Vogel sustenta que a reprodução social total vai além da reposição de um produtor direto individual, diz sobre a reposição e a renovação da totalidade dos trabalhadores, que pode assumir diferentes formas, algo que na sua visão Marx comenta brevemente, em termos de leis populacionais:

Essa lei de população é peculiar ao modo de produção capitalista, tal como, de fato, cada modo de produção particular na história tem suas leis de população particulares, historicamente válidas. Uma lei abstrata de população só é válida para as plantas e os animais e, ainda assim, apenas enquanto o ser humano não interfere historicamente nesses domínios (MARX, p. 262, 1996b).

2.3.2 Divisão sexual do trabalho e dicotomia “produção” e “reprodução”

Vogel se posiciona a respeito de certas teorizações abstratas sobre gênero, e um marxismo abstrato, um marxismo que se diz incompatível com a abordagem da diferença biológica porque supostamente o capitalista e o trabalhador são personificações abstratas, indiferentes ao problema da diferença sexual. Ela reitera que Marx, por sua vez, nunca disse isso, mas buscou incorporar, à sua maneira, a questão dos distintos papéis sexuais na reprodução social geral.

Vogel é enfática a esse respeito: “seres humanos não se reproduzem por partenogênese”²⁹ (2022, p.329). Ela defende que o significado da diferença biológica para a reprodução está situado no nível da reprodução social total. Esse é um fundamento material para as diferenças, os significados historicamente atribuídos ao par “mulher” e “homem” ao qual a autora retoma diversas vezes.

Ela sublinha que as diferenças biológicas entre homens e mulheres “constituem a pré-condição material para construção social das diferenças de gênero” (2022, p.331), quer dizer, essas diferenças representam um fator material, e acrescenta, as características de uma construção de gênero são particulares à um certo sistema social definido. Ela passa a analisar essa questão especificamente na sociedade de classes,

²⁸ Na literatura feminista socialista já despontava a questão sobre Marx não ser consistente com o uso do conceito, às vezes se refere à reposição imediata do produtor individual, às vezes sugere que o conceito abrange a reposição e renovação do produtor e da sua família.

²⁹ Partenogênese é a “reprodução de um ser vivo sem fecundação do óvulo” (MICHAELIS, 2022).

ainda que em diversas passagens afirme que a subordinação não é exclusiva desse sistema.

Vogel baseia-se em Paddy Quick (1977), quem esboça o argumento teórico da relação entre a capacidade de gerar filhos (*childbearing*) e a apropriação de mais-trabalho: as mulheres da classe subordinada no processo de gestação, dar à luz e amamentar, ameaçam diminuir a contribuição enquanto produtora direta. Quick assume a distinção biológica como uma questão em conflito com objetivo de maximização excedente: do ponto de vista de curto prazo, a geração de filhos pode resultar em contribuição reduzida do trabalho das mães, enquanto faz-se necessário que elas sejam mantidas durante esse período. A princípio, parte do trabalho necessário destinado à sua manutenção poderia ser apropriado na forma de trabalho excedente. No longo prazo, a geração de filhos por mulheres da classe subordinada beneficia a classe dominante, para a renovação da força de trabalho. Nesse sentido, “do ponto de vista da classe dominante há uma contradição potencial entre a sua necessidade imediata de apropriação do trabalho excedente e sua demanda de longo prazo por uma classe que o realize” (VOGEL, 2022, p.336).

É importante ressaltar, entretanto, que as diferenças biológicas não são determinantes em si. Vogel diz, “alguns podem ser heterossexuais, outros homossexuais. Alguns podem se casar, outros não. E evidentemente alguns podem ser homens, outros mulheres, com capacidade de gerar filhos” (2022, p. 341). Os significados da divisão do trabalho e das diferenças individuais competem a análise de cada sociedade, e na sociedade de classes assume uma contradição específica. Vale citar o trecho completo:

“O fato de mulheres e homens estarem envolvidos de forma diferenciada na reprodução da força de trabalho durante a gravidez e a lactação, e muitas vezes por muito mais tempo, não constitui necessariamente uma fonte de opressão. Divisões do trabalho existem em todas as sociedades. Mesmo nas sociedades mais igualitárias de caça e coleta, uma variedade de tarefas é realizada todos os dias, requerendo uma divisão do trabalho. As diferenças entre as pessoas decorrentes do desenvolvimento biológico e social também caracterizam todas as sociedades. Alguns indivíduos podem ter deficiências físicas ou atrasos no desenvolvimento mental. Alguns podem ser heterossexuais, outros homossexuais. Alguns podem se casar, outros não. E, evidentemente, alguns podem ser homens, e outros mulheres, com a capacidade de gerar filhos. O significado social de divisões do trabalho e das diferenças individuais é construído no contexto da sociedade concreta na qual estão inseridas. Em sociedades de classe, a capacidade das mulheres de gerar filhos cria contradições do ponto de vista da necessidade da classe dominante de se apropriar do mais-trabalho. A opressão às mulheres na classe explorada

se desenvolve no processo de luta de classes sobre a resolução dessas contradições.” (VOGEL, 2022, p. 341).

Também deve ser observado que não apenas mulheres da classe subordinada são oprimidas, mas as mulheres da classe dominante podem ser subordinadas aos homens de sua classe³⁰.

A autora diz que qualquer tentativa de examinar a forma *como* se deu, historicamente, a resolução dessa potencial contradição compete à análise histórica de cada caso, não à teoria. Vogel se propõe então a avançar sobre o argumento inicial traçado por Paddy Quick (1977), fazendo valer o peso da luta de classes na determinação histórica.

Ela diz que há diferentes formas de realização da reposição e renovação da força de trabalho, seja nas unidades familiares, forma dominante, seja outras unidades sociais de realização. A autora destaca ainda as migrações de populações estrangeiras como forma de renovação da força de trabalho, o que traz novos elementos para a divisão sexual do trabalho:

Em situações que minimizem a importância da substituição geracional da força de trabalho, as divisões sexuais do trabalho e das instituições familiares na classe explorada podem ser relativamente fracas. Se uma classe dominante conta com trabalho migrante de fora das fronteiras da sociedade, por exemplo, ela pode abrigar esses trabalhadores em dormitórios, colocar mulheres e homens para trabalhar em empregos semelhantes, incentivar a contracepção ou esterilização e ignorar os efeitos do trabalho pesado sobre as mulheres nos últimos meses de gravidez (2022, p. 344).

Vogel sublinha que a forma como os detentores da força de trabalho vivem suas vidas é a princípio uma questão indiferente para a classe dominante. Mas essa é uma questão crucial do ponto de vista dos detentores da força de trabalho, e a forma como a reprodução da força de trabalho acontece, assim como a determinação do seu preço, é sempre uma questão de luta de classes (2022, p.349).

Ela afirma que o impulso capitalista pela acumulação é um motor da separação das esferas, do trabalho doméstico e do trabalho assalariado. Com o aumento da acumulação, o ganho de produtividade e a industrialização levam à conformação de uma esfera regida pela eficiência, onde a classe capitalista impõe o controle rígido do

³⁰ Ela retoma o argumento da tradição socialista, o fator posse de propriedade: “se a propriedade vier a ser detida por homens e legada a crianças, a opressão às mulheres se torna uma forma útil de assegurar a paternidade dessas crianças” (VOGEL, 2022, p.342). Ela diz que pode haver um fator de solidariedade entre mulheres de distintas classes, entretanto, são as mulheres da classe subordinada que são responsáveis por renovar e manter a força de trabalho explorável, indispensável ao capital.

tempo e dos processos de trabalho nas oficinas e nas fábricas. O trabalho assalariado passa a ter um caráter distinto da vida do trabalhador fora do seu trabalho, inclusive do componente doméstico do trabalho necessário. O salário media as duas esferas, ainda que não seja a única forma de obter meios de subsistência, ele facilita a reprodução da força de trabalho quando permite a aquisição dos meios de subsistência. Ela sugere que as distintas esferas não estão separadas no sentido concreto, mas elas têm um caráter diferente. E defende, a separação das esferas e o pagamento de salários se materializam no desenvolvimento de locais especializados e unidades sociais para a realização do trabalho doméstico. A autora assegura que as famílias da classe trabalhadora, em unidades domésticas privadas, representam a forma dominante de realização do trabalho doméstico, mas não exclusivamente³¹.

Vogel afirma a existência de um fardo desproporcional do trabalho doméstico sobre as mulheres, enquanto os homens tendem a se concentrar no trabalho assalariado. Isso se deve a determinada divisão do trabalho nas sociedades de classe anteriores, geralmente sob a forma de “supremacia masculina”, que no capitalismo é intensificada, assume uma separação específica.

A natureza particular do trabalho doméstico no capitalismo industrial, crescentemente apartada do trabalho assalariado, constitui a base de estruturas ideológicas poderosas que opõem a esfera privada e a vida pública, e que gradualmente ganham vida própria. Vogel sustenta que o isolamento do trabalho doméstico não pago parece ser uma separação natural entre homens e mulheres. Ela defende que “uma série de opostos correlatos incorporam a divisão aparentemente universal da vida em duas esferas de experiência: privada e pública, doméstica e social, família e trabalho, mulheres e homens” (2022, p.353). Essa frase encerra a ficção em que se inscrevem as identidades “homem” e “mulher”, as diferentes formas sociais assumidas pelo trabalho em termos do dito econômico e não-econômico em aparentes oposições, condicionando, ao menos teoricamente, as diferentes experiências relativas à construção de sexo/gênero no capitalismo.

Vogel postula que o impulso pela acumulação implica a existência de uma contradição entre o trabalho assalariado, das oficinas e indústria, e o trabalho doméstico não pago. A forma de acumulação estudada por Marx é a apropriação de mais-trabalho,

³¹ menciona que o trabalho doméstico também acontece em campos de trabalho forçado, quartéis, orfanatos, hospitais, prisões e outras instituições (2022, p.351). Sobre essa questão histórica, ela mesma não aprofunda a respeito.

e isso pode acontecer de diferentes formas, seja em termos absolutos com o aumento da jornada de trabalho excedente, mas considerando os limites de um dia útil, a forma de extração de mais-valia relativa ganha destaque. Isso acontece através do aumento de produtividade com a maquinaria, e de outro lado, com a própria redução dos custos de subsistência, com a redução do tempo de trabalho necessário. A autora afirma que o trabalho doméstico subtrai o compromisso que trabalhadores podem ter com o mais-trabalho no trabalho assalariado, objetivamente ele compete com o tempo e as energias disponíveis para o trabalho assalariado:

Se alguém cuida da própria horta, corta a própria lenha, cozinha as próprias refeições e caminha 10 quilômetros para trabalhar, a quantidade de tempo e energia disponível para o trabalho assalariado é menor do que se esse alguém compra comida em um supermercado, mora em um edifício com aquecimento central, come em restaurantes e pega transporte público para ir ao trabalho (2022, p.354).

Ela sustenta que as diferenças espaciais, temporais e institucionais entre o trabalho doméstico, voltado para o atendimento das necessidades humanas concretas, e o trabalho imediatamente produtivo (mais detalhes, capítulo três), existem contraditoriamente e produzem uma tendência de redução do trabalho doméstico nas unidades domésticas, em termos lógicos³².

Mas concretamente, pondera que a resolução dessa contradição passa pela resolução dos conflitos de classe de cada sociedade especificamente. Na prática, há diversos obstáculos à socialização do trabalho doméstico, a autora discute os limites socioeconômicos, a aquisição de bens industriais, eletrodomésticos capazes de poupar tempo e esforços impõem elevados custos para as famílias da classe trabalhadora; como políticos, um caso emblemático por ela levantado é o caso dos dormitórios de trabalhadores migrantes alojados em dormitórios ou campos de trabalho forçado – eles reduzem o “trabalho doméstico” e barateiam os custos de manutenção da força de trabalho, mas também representam uma ameaça política³³ à classe dominante, uma vez que facilita a organização dos trabalhadores vivendo nessas condições – obstáculos

³² Uma forma de redução expressiva do trabalho doméstico é a socialização de suas tarefas, o que em parte é prontamente atendido por empreendimentos capitalistas, movido pelos lucros proporcionados. De outra parte, os serviços públicos como saúde e educação de responsabilidade do Estado podem prover outra forma de socialização. A autora afirma também que a redução do trabalho doméstico total também pode acontecer com o uso de trabalhadores institucionalizados e imigrantes de fora das fronteiras nacionais.

³³ A esse respeito ela menciona sem aprofundar os “casos na África do Sul”

ideológicos, relativo a uma suposta ameaça aos valores familiares tradicionais; e num certo sentido, no fator biológico, apesar da possibilidade de socializar a maior parte do trabalho doméstico, a capacidade de engravidar continua assentada nas mulheres (VOGEL, 2022, p.357).

Vogel insiste que o trabalho doméstico no capitalismo assume um caráter simultaneamente essencial, quando cria geracionalmente e mantém boa parte da força de trabalho ativa, explorada; por outro lado é um empecilho, um entrave à acumulação irrestrita, ele tem uma forma de organização própria que tende limitar a disponibilidade da força de trabalho. A classe dominante procura estabilizar a reprodução a um custo mínimo; a classe trabalhadora luta para ter as melhores condições de reprodução da força de trabalho, e essa luta assumiu historicamente formas variadas, ela pontua alguns temas frequentes na literatura feminista socialista, como a questão da determinação do valor da força de trabalho, o ideal homem-ganha pão e o salário familiar, a participação de mulheres na força de trabalho, a discriminação no mercado de trabalho, as leis de proteção ao trabalho, por exemplo.

As implicações desse conflito sócio-reprodutivo, a saber, relativas aos limites concretos à socialização das tarefas domésticas, refletem uma participação desigual de mulheres não apenas nas chamadas “atividades econômicas”, mas na vida política de forma mais ampla, nas relações pessoais e no âmbito cultural.

2.3.4 Considerações críticas

Cabe situar algumas considerações críticas do texto *Marxismo e a opressão às mulheres*. Como afirma Susan Ferguson e David McNally, o texto não gerou grandes comoções à época. Uma crítica acadêmica de relevância foi feita por Johanna Brenner (1984). A autora considera pertinente o resgate do marxismo para o problema da opressão às mulheres, situado em termos de um contexto político. Ela diz que chama a atenção a forma como Vogel sistematiza as contribuições de diversos textos socialistas tradicionais e propõe que havia uma tendência dominante de um certo dualismo teórico³⁴ (BRENNER, 1984, p. 698). Esta abordagem é atribuída a certos trabalhos de

³⁴ em que as hierarquias de gênero e classe são vistas enquanto estruturas análogas de dominação, mas localizadas em esferas institucionais separadas (BRENNER, 1984).

Bebel e Engels³⁵. E destaca o legado de uma perspectiva marxista clássica alternativa, menos popular à época, e capaz de contornar os dualismos, que ela chama de perspectiva da reprodução social, atribuída desde trabalhos de Marx, passando por Clara Zetkin e Lenin.

Por outro lado, “ela [Vogel] nunca realmente explica por que o resultado da luta de classes parece ser quase universalmente um sistema familiar no qual o homem exerce poder sobre as mulheres” (1984, p. 699). O que Brenner está afirmando é que Vogel ignora o assunto, tratando-o com legado histórico:

A posição diferencial de mulheres e homens em relação ao trabalho excedente e aos dois componentes do trabalho necessário, que é geralmente acompanhado por um sistema de supremacia masculina, tem origem como um legado histórico das divisões opressivas do trabalho nas sociedades de classes anteriores (VOGEL, 2022, p.352).

A questão das origens da opressão às mulheres é um tema complexo, de fato, e competência de estudos históricos e antropológicos³⁶, ainda assim, o seu esclarecimento e incorporação à teoria se faz necessária: explicar a posição diferencial de homens e mulheres na sociedade capitalista e afirmar que esta é “geralmente acompanhada por um sistema de supremacia masculina”, torna ambígua, em termos teóricos, a questão das origens da opressão às mulheres, desvinculando-a de uma teorização mais ampla, acerca da reprodução social. Ainda assim, Brenner afirma que a crítica de sua teoria não invalida o valor do seu livro.

Outro ponto de vista, a crítica segundo Susan Ferguson e David McNally (2017), dizem que Vogel cai na armadilha de vincular o trabalho doméstico como parte do trabalho necessário no sentido atribuído por Marx. Esse termo tem um sentido mais restrito na teoria do mais-valor: está situado a propósito da produção de mercadorias, o trabalho necessário implica um custo pago em salários, com os fundos do capital. Dada a natureza complexa do trabalho doméstico, da qual historicamente o capital se beneficia, não há vinculação direta, em termos de custo necessário:

Há muito mais trabalho não remunerado – trabalho que não tem que ser pago pelo capital – que é necessário para a reprodução de uma sociedade capitalista. E o capital é certamente auxiliado em grande parte pelo fato de que as crianças são paridas, amamentadas, nutridas, amadas e educadas em

³⁵ *A Origem da Família, do estado e da propriedade*, de Engels (1884), e *Mulher e o socialismo*, de Bebel (1879).

³⁶ Nos valem da discussão feita por Gerda Lerner no texto *A criação do patriarcado* (2019)[1986].

unidades baseadas em parentesco, assim como os adultos são fisicamente, psicologicamente e socialmente reproduzidos nelas. Mas os capitais individuais aqui se beneficiam de práticas sociais que não formam nenhum dos seus custos necessários. Não há, portanto, nenhuma taxa de mais-valia aqui, tanto porque essas práticas não são mercantilizadas (elas produzem valores de uso, mas não valores de troca), quanto porque não há nenhuma estrutura de custo direta envolvida para o capital (FERGUSON, MCNALLY, 2013, p. 46).

Lembramos que para Vogel o “trabalho necessário” tem dois componentes: o primeiro deles é o trabalho necessário em Marx, parte da jornada que o trabalhador dedica para prover meios de subsistência, para repor suas necessidades físicas, descansar, comer, beber, vestir-se, limpar-se, mas também sociais, determinada culturalmente, e corresponde aos salários (por oposição ao mais-trabalho, a parte não paga da jornada). O trabalho necessário em Marx ela chamou de “componente social do trabalho necessário”. Diz que o segundo componente do trabalho necessário, é o “trabalho não remunerado que contribui para a renovação diária e de longo prazo dos portadores da força de trabalho e da classe trabalhadora como um todo”, ou trabalho doméstico (2022, p.349).

Posteriormente³⁷, em nota de rodapé, Vogel (2022, p.407) se diz menos convencida sobre essa teorização do “trabalho necessário” (sem entrar em detalhes), e insiste que deve haver alguma forma de inserir o trabalho doméstico na economia política marxista.

Neste capítulo, comentamos que a intenção de “casar” dois projetos emancipatórios feminismo e marxismo, é uma história carregada de sentimentos ambivalentes. Neste contexto, e frente a persistente falta de igualdade social real, algumas autoras se motivaram a examinar a fundo a análise marxista, e vimos como Vogel deu contribuições importantes nesse sentido.

Expandir categorias de Marx, como pretendido pela autora, mostrou-se uma tarefa complexa, entendemos que a estrutura da obra de *O Capital* foi desenvolvida, ao menos a princípio, para a crítica da economia política clássica, as categorias, Marx adaptou, e desenvolveu para um contexto histórico-específico. Por outro lado, nem mesmo Marx ou Engels encarnavam uma consciência feminista tal como o acúmulo dos movimentos de mulheres recente nos permite refletir, o que não significa abdicar de qualquer exame sobre mulheres, família e divisão sexual do trabalho nos textos clássicos, ou eximir os autores de quaisquer comentários nesta temática. De todo modo,

³⁷*Trabalho doméstico revisitado*, texto original dos anos 2000.

temos simpatia com a tentativa de tornar visível o “trabalho doméstico”, na sociedade capitalista, responsável por boa parte (ainda que não a totalidade) da reprodução da força de trabalho, torná-lo visível sendo tão mais desafiador porque, como foi visto, a sociedade capitalista se constrói a partir da contradição sócio-reprodutiva, e até o momento, pela persistência da sociedade de classes, o paradigma marxista tem sido indispensável enquanto projeto emancipatório. Como diz Martha Gimenez (2005), sobre Marx, uma perspectiva feminista anticapitalista não pode ignorar seu trabalho, pelo menos enquanto o capitalismo seja o modo dominante de produção:

O feminismo não pode dar-se ao luxo de estar ausente do processo [expansão do capital global financeirizado], mas isso requer o reconhecimento da relevância do trabalho de Marx para a emancipação das mulheres e a significância das divisões de classe entre as mulheres, levantando assim a questão se a teoria feminista pode ignorar a classe e permanecer politicamente relevante para a grande maioria de mulheres (GIMENEZ, 2005, p.30).

A despeito dos desafios, “quer o trabalho doméstico seja conceituado como um componente do trabalho necessário ou não, o resultado final é que deve ser encontrada alguma forma de teorizá-lo no interior da Economia Política marxista” (2022, p.408), Vogel confirma sua aposta na renovação da economia política. No próximo capítulo, discutimos as contribuições de Federici, tendo influências e uma visão diferente de Vogel nesse debate.

3. CAPÍTULO DOIS: ENTRE ENCONTROS E DESENCONTROS, O MARXISMO DE FEDERICI

Neste capítulo apresentamos, no seio do movimento de mulheres, a questão das esferas separadas, e como em meados dos anos 1970 Federici travou um debate com Zaretsky (1974), Lopate (1974), Vogel (1973) e Secombe (1974), em oposição à conceituação do trabalho doméstico não pago isolado da organização social capitalista.

Investigamos como ela aprofunda essa discussão no texto *Calibán e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação* (2017b), a partir de leituras em Foucault e Marx, Federici examina a questão da “acumulação primitiva” ou originária³⁸ e o disciplinamento, o exercício de poder sistemático sobre as mulheres, que redefiniu a centralidade da “reprodução”, e sua relação com a acumulação.

No que se refere à Economia Política Feminista, buscaremos continuidades e discontinuidades da questão do “trabalho doméstico” não pago à acumulação primitiva e o “trabalho reprodutivo”, em textos que abarcam meados dos anos 1970 a aproximadamente 2004, ano de publicação da versão em inglês de *O Calibã e a bruxa*.

3.1: A questão das esferas separadas

Uma das autoras com quem Federici e Nicole Cox discutem à propósito da natureza do trabalho doméstico e o papel da família nuclear na divisão social capitalista é Carol Lopate (1974).

³⁸ Marx traduziu *previous* ou *prior accumulation* como “ursprünglich”, e os tradutores de Marx e Engels, por sua vez, adotaram “acumulação primitiva”.

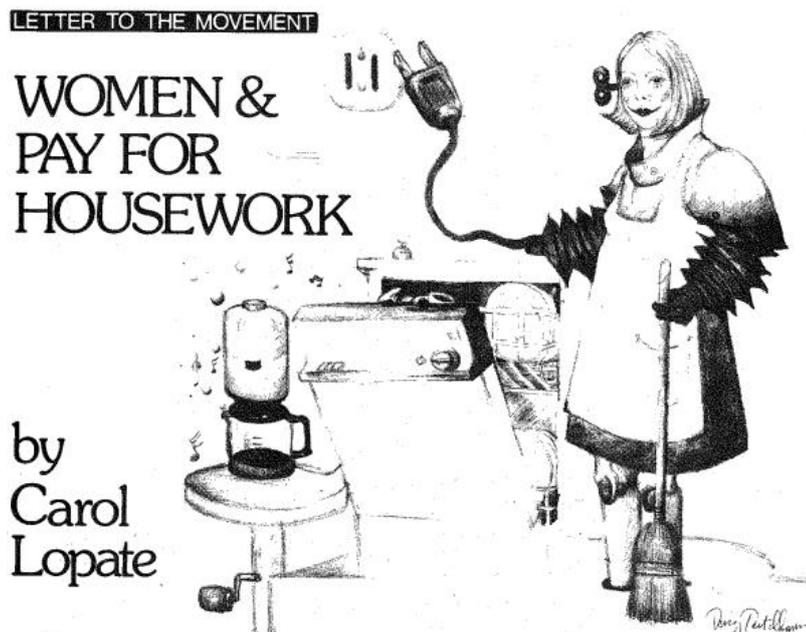


Ilustração da primeira página do artigo de Carol Lopate (1974), publicado na revista *Liberation*.

Em texto curto, endereçado ao movimento de mulheres nos EUA, Carol Lopate apresenta o problema da opressão-exploração de mulheres como parte da falta de “desenvolvimento”, e do atraso tecnológico na realização das tarefas domésticas: a mecanização dessas atividades e a maior participação de mulheres no mercado de trabalho nos EUA é visto pela autora como o caminho da libertação de mulheres.

Ela diz que nos EUA “a diminuição do tamanho da casa e a mecanização do trabalho doméstico significa que a dona de casa pode dispor de um tempo maior de lazer” (LOPATE, 1974, p.9) e que “escolas, berçários, creches e a televisão tiraram das mães muita responsabilidade pela socialização de seus filhos, poucas mulheres sentem que a criação de seus filhos está realmente em suas mãos” (LOPATE, 1974, p.10), e ainda, sugere que: “ao invés de pagar³⁹ para mulheres fazerem um trabalho crescentemente trivializado, devemos olhar seriamente às tarefas que são ‘necessárias’ para manter uma casa e fazer novas avaliações” (LOPATE, 1974, p.9, grifo nosso).

Sobre o papel da família nuclear na ordem social capitalista, ela diz que a família e o lar são “o único interstício de vida capitalista no qual as pessoas podem servir umas às outras por amor e cuidado” e, por isso, guardam o germen de uma forma superior de trabalho, numa futura sociedade: a “possibilidade de trabalho livre e não alienado” (LOPATE, 1974, p.10). Federici identifica na abordagem de Lopate a busca

³⁹ Não é nosso objetivo neste tópico discutir a WfH na questão dos salários, para esse propósito consultar Federici e Austin (2019), e também Toupin (2018).

por uma essência da feminilidade, e que resulta na glorificação da família, e do trabalho doméstico. E acrescenta, a glorificação da família enquanto “esfera privada” é a essência da ideologia capitalista, que tem a sua popularidade renovada em momentos de ‘crise’, ‘austeridade’, ou ‘adversidade’. (2019c, p.77)⁴⁰.

Tendo por fonte citada unicamente o texto de Dalla Costa (1975)⁴¹, Lopate culmina por afirmar que a linguagem política marxista deve deixar de ser usada:

as mulheres devem parar de tomar emprestadas categorias do mundo marxista. Nós não somos uma classe, todos os indivíduos de uma classe têm uma relação específica aos meios de produção” [...] A questão essencial é que somos um SEXO. Essa é a única palavra até então criada para descrever nossos aspectos em comum [...] (LOPATE, 1974, p.11).

O texto *Contraplanejamentos da cozinha* (FEDERICI, 2019c) foi originalmente escrito junto a Nicole Cox, em resposta à posição levantada pelo artigo de Lopate (1974), mas pretende responder de forma mais geral ao que as autoras entendem por “esquerda ortodoxa”.

Essa discussão também aparece em panfletos subsequentes da Federici, como no texto *O capital e a esquerda* (1975c), e que incluem um debate direto também com Wally Seccombe (1974), Eli Zaretsky (1974), o coletivo Teacher’s Action, e também Lise Vogel (1973).

Em publicação na *New Left Review*, Seccombe diz que:

A transformação revolucionária só é possível porque o proletariado está diretamente envolvido no trabalho socializado e, portanto, traz em si, como classe, o pré-requisito de um modo socialista de produção. Enquanto o trabalho das donas de casa permanecer privatizado, elas serão incapazes de representar a nova ordem ou liderar as forças produtivas na ruptura com a velha ordem (SECCOMBE, 1974, p.23).

Para a autora, esse tipo de afirmação sugere que “os trabalhadores e trabalhadoras são revolucionários não porque estão lutando contra a exploração, mas porque são produtores.” (FEDERICI, 1975c, p.51). O que ela precisamente está colocando em discussão é o papel “produtivo” atribuído à classe trabalhadora, enquanto se descarta que as mulheres, principais responsáveis pelo trabalho doméstico, fiquem à margem do processo revolucionário.

⁴⁰ Original de 1975.

⁴¹ Original publicado em 1972.

No texto *Visão da cozinha* (FEDERICI, 1976), e também no que diz respeito à perspectiva teórica-política da esquerda ortodoxa, Federici responde à publicação do coletivo Teacher's Action.⁴²

Teacher's Action se mostram especialmente incomodados com a apropriação da linguagem marxista feita pelas autoras em relação à afirmação de que trabalho doméstico não pago é “trabalho produtivo”, “as categorias de Marx não têm julgamento de valor”. O coletivo diz que mulheres, sobretudo, estarem encarregadas do trabalho doméstico e o realizarem numa posição sem salário reflete a sua falta de poder social, e aconselham:

O caminho a seguir deve ser certamente o de construir gradualmente seu poder como seções assalariadas da classe trabalhadora e então estar em posição de exigir que não façam qualquer trabalho doméstico ou que sejam pagas por isso como um acessório ao salário (TEACHER'S ACTION, 1976, p.20).

Federici foi convidada pela editora a responder à provocação, e na ocasião diz o seguinte: “Todas elas [categorias de Marx] tem julgamentos de mais-valor, o julgamento de que o suor de nossas testas pare de inundar o mar de capital acumulado” (1976, p.25).

Ela já havia respondido semelhante afirmação em *Contraplanejamentos* (1975c):

É importante esclarecer que, ao dizer que o trabalho que realizamos no lar é uma produção capitalista, não estamos expressando um desejo de nos legitimar como parte das “forças produtivas” — em outras palavras, não é um recurso ao moralismo. Somente do ponto de vista capitalista é que ser produtiva é uma virtude moral, quando não um imperativo moral. Do ponto de vista da classe trabalhadora, ser produtiva simplesmente significa ser explorada. Como reconheceu Karl Marx, “ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar” (1975c, p.71)

Ainda sobre Marx, por acumulação de capital, Teacher's Action diz:

“nós não almejamos a destruição de capital acumulado. Acreditamos que o processo acumulativo pelo qual uma quantidade de capital vai ser usada para

⁴² Inicialmente convidados pela editora *Falling Wall* a contribuir com a edição da revista, por acreditarem partilhar afinidade política, o coletivo Teacher's Action tenta deslegitimar a politização do trabalho doméstico, no que diz respeito à avaliação das contribuições das autoras Selma James, Peggy Morton e Dalla Costa. Federici (1976) foi então convidada pela editora *Falling Wall* a responder a publicação de Teacher's Action.

criar mais [capital] deverá continuar. Nós somos contra as relações que o capitalismo impõe entre e em torno do processo produtivo” (1976, p.22).

Federici responde:

O capital não é uma coisa, mas uma relação social. ‘Acumulação’ não é uma palavra, mas uma relação de poder. Marx explica que a lei da acumulação de capital é a acumulação do poder comandar mais trabalho, a acumulação de capital da classe trabalhadora internacionalmente. É o poder de transformar camponeses em trabalhadores assalariados e a maior parte da população mundial em um exército industrial de reserva (1976, p.25).

Já em seus primeiros textos a autora tencionava abordar a produção da mais-valia, da acumulação, enquanto um processo, e das relações de poder que isso cria: a relação capital e trabalho assalariado mais diretamente, e além, posto que na sua visão o trabalho doméstico, na reprodução da força de trabalho, compõe esse mar de capital acumulado. Federici acrescenta:

Marx não era um marxólogo acadêmico, mas um revolucionário. Seu ponto principal era que, “a acumulação de riqueza em um polo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto (1976, p.25, grifo nosso).

A questão da linguagem política aparece mais uma vez quando Federici⁴³ estabelece discussão sobre o papel do trabalho doméstico no capitalismo, com menção direta a Lopate, Lise Vogel e Zaretsky. Em *A família terrena* (1973), Vogel propõe que o trabalho doméstico não pago seja categorizado, nem “trabalho produtivo”, nem “trabalho improdutivo”, mas “primariamente trabalho útil”, aquele que “tem o poder, sob as condições certas, de sugerir uma sociedade futura na qual todo o trabalho seja primariamente útil”. Vogel diz:

A atividade produtiva sob o capitalismo torna-se sujeita a formas extremas de alienação. Na medida em que as pessoas participam no trabalho estritamente útil, elas têm um acesso à possibilidade do trabalho não-alienado. Por exemplo, o trabalho doméstico de mulheres é realizado em uma situação de isolamento, aparentemente fora da produção capitalista, e isso tem sido tradicionalmente considerado [trabalho] improdutivo. Entretanto, porque é primariamente trabalho útil, ele tem o poder, sob as condições certas, de sugerir uma sociedade futura na qual todo o trabalho seja primariamente útil (VOGEL, 1973, p.26, tradução nossa).

⁴³ O panfleto original de *Contraplanejamentos da cozinha* escrito por Federici e Nicole Cox foi publicado junto ao texto *O capital e a esquerda* (2021), numa parceria do Comitê WfH de Nova York e a editora Falling Wall

Em *Mulheres e Pagamento por atividades domésticas*⁴⁴, Carol Lopate diz, “talvez tenhamos que decidir que o trabalho doméstico não é nem produção, nem consumo”. E afirma, a esfera privada familiar é o último refúgio onde “mantemos nossa alma viva” (1974, p.11).⁴⁵ E no texto de Zaretsky, ele sustenta que “as donas de casa fazem e não fazem parte da classe trabalhadora”. Diz também que “as mulheres também precisam de um movimento socialista [...] e nenhum movimento que seja composto apenas por mulheres pode substituí-lo” (1974, p.83-99 apud FEDERICI, 2021a, p.56). E ainda,

a tensão entre eles [feminismo e socialismo] [...] continuará ao longo do período do socialismo [porque] com a instituição de um regime socialista, o conflito de classes e os antagonismos sociais não desaparecem, ao contrário, emergem de forma mais aguda e clara.

Federici, por sua vez, afirma que esses apontamentos teóricos têm por pano de fundo a “glorificação da família”, enquanto “esfera privada”.

Importante destacar como a discussão sobre o “trabalho doméstico” não pago feita por Federici, e também autoras da campanha internacional Wages for Housework (WfH), Dalla Costa e Selma James, entendia o capitalismo, não um sistema “econômico”, abstrato, mas também político de dominação: com centralidade ao eixo patriarcal de poder, buscavam afirmar como a opressão-exploração constitui um único sistema. Vamos examinar os desdobramentos teóricos dessa perspectiva, e como nos *primeiros escritos* Federici responde o que chamou de glorificação da família enquanto “esfera privada”.

Consultando o texto *Salários contra o trabalho doméstico* (2019a)⁴⁶, é dito que o capital criou para as mulheres a figura da dona de casa, convenceu-as de que o trabalho doméstico é um atributo feminino, um ‘ato de amor’, naturalizando as atividades, inclusive pelo não pagamento de salários. Também é dito que o capital disciplinou o homem trabalhador assalariado, de quem a esposa “criada” é dependente, fazendo-o atender à disciplina do trabalho capitalista para lhe fornecer sustento, e em troca de seus serviços “pessoais” em casa.

⁴⁴ Do original *Women & Pay for Housework* (LOPATE, 1974).

⁴⁵ Federici responde especificamente ao texto *Women & Pay for Housework* (LOPATE, 1974) em *Contraplanjamentos da Cozinha* (1975): porém entrar em Lopate nos levaria ainda mais a fundo da campanha por salários contra trabalho doméstico, que não é o objeto do nosso estudo. Não nos interessa reviver a proposta da campanha em si, mas a discrepância na visão das autoras aponta para um entendimento teórico e estratégico distinto, que vale a pena sublinhar.

⁴⁶ Original de 1975.

Tal como Deus criou Eva para dar prazer a Adão, assim fez o capital criando a dona de casa para servir física, emocional e sexualmente o trabalhador do sexo masculino, para criar seus filhos, remendar suas meias, cuidar de seu ego quando ele estiver destruído por causa do trabalho e das (solitárias) relações sociais que o capital lhe reservou. (FEDERICI, 2019a, p.44)

Lopate com quem Federici dialoga, diz “a coisa essencial a lembrar é que nós somos um sexo. Essa é realmente a única palavra até agora desenvolvida para descrever o que temos em comum.” (LOPATE, 1974, p.11). De outra forma, o que vemos na citação de Federici, a autora buscava relacionar o lado “econômico” da exploração ao eixo patriarcal de poder⁴⁷.

Vemos como em *Contraplanejamentos da Cozinha* (2019c) Federici reafirma uma citação do texto *Mulheres e a subversão da comunidade*⁴⁸, qual seja, “no que se refere às mulheres, seu trabalho parece ser um serviço pessoal externo ao capital” (1975, p.62). Neste texto, a autora problematiza a concepção de trabalho exclusiva ao assalariamento, e o conceito de exploração como aquele aplicado à força de trabalho assalariada:

o dia de trabalho para o capital não necessariamente resulta em pagamento, que não começa e termina nos portões das fábricas, acabaremos redescobrimo a natureza e o escopo do próprio trabalho doméstico. Porque logo que levantamos a cabeça das meias que costuramos e das refeições que cozinhamos e contemplamos a totalidade da nossa jornada de trabalho vemos que, embora isso não resulte em um salário para nós mesmas, produzimos o produto mais precioso que existe no mercado capitalista: a força de trabalho (FEDERICI, 2019c, p.68).

Ela aborda o trabalho doméstico não pago realizado nas comunidades⁴⁹, nas famílias enquanto “trabalho oculto”⁵⁰, por trás dos locais de trabalho, fábricas, escritórios, minas, e das escolas. Federici recupera e acrescenta, a dimensão política da

⁴⁷ constituindo um “capitalismo patriarcal” mas não propriamente um “patriarcado capitalista”, termo apresentado na coletânea organizada por Zillah Eisenstein (1979).

⁴⁸ Consultar Dalla Costa (1975).

⁴⁹ Dalla Costa dizia, “a comunidade é essencialmente o lugar das mulheres, no sentido que é ali que elas aparecem e realizam o seu trabalho diretamente” (1975). Nas fábricas, escolas, o trabalho das mulheres que ali não aparece é incorporado, e transferido aos trabalhadores e alunos.

⁵⁰ “O trabalho doméstico, na verdade, é muito mais que a limpeza da casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças, os trabalhadores do futuro, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que por trás de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas.” (FEDERICI, 2019c, p.68)

opressão não se reduz a mero atraso, não constitui uma lógica própria, incompatível com o desenvolvimento capitalista, mas é a sua própria essência:

tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos, o trabalho doméstico e a família são os *pilares* da produção capitalista. A disponibilidade de uma força de trabalho estável e disciplinada é uma *condição essencial da produção* em cada um dos estágios do desenvolvimento capitalista (2019c, p.69, grifo nosso).

O trabalho doméstico não pago e a família aparecem enquanto “pilares”, e “condição da produção”. E é nesse sentido que a autora defende, o trabalho doméstico não pago faz parte da divisão capitalista do trabalho e constitui produção capitalista.

O argumento da época informava uma questão estratégica, e organizativa. Ressaltar a comunidade, a casa, a família como centro de produção da força de trabalho, e pilar do capitalismo, em sua visão, expõe a função específica do trabalho doméstico na divisão capitalista do trabalho, e as formas específicas que a luta deve tomar, contra o capital. Lembramos o que diz Dalla Costa, o “trabalho doméstico” tem não apenas uma diferença quantitativa, mas *qualitativa* de outros trabalhos, que decorre precisamente do tipo de mercadoria que ele está destinado a produzir, a força de trabalho humana, um trabalho não totalmente mecanizável (1975, p.29). Esse caráter específico do trabalho doméstico destacado pelas autoras vai contra o argumento que relaciona trabalho doméstico a trabalho arcaico:

Se a inovação tecnológica pode reduzir o limite do trabalho necessário, e se a luta da classe trabalhadora na indústria pode usar essa inovação para ganhar horas livres, o mesmo não pode ser dito do trabalho doméstico; na medida em que ela deve, em isolamento, procriar, criar e ser responsável pelas crianças, uma alta mecanização das tarefas domésticas não libera tempo algum para a mulher. Ela está sempre de plantão, pois não existe uma máquina que faça e cuide das crianças. Uma maior produtividade do trabalho doméstico através da mecanização, então, pode estar relacionada apenas a serviços específicos, por exemplo, cozinhar, lavar, limpar. Seu dia de trabalho é interminável não porque ela não tenha máquinas, mas porque está isolada (DALLA COSTA, 1975, p. 29).

Justamente porque o “trabalho doméstico” não se reduz a uma série de atividades padronizadas e mecanizáveis, mas sua complexidade, conforme a autora destaca, envolve a procriação, a criação e o ser responsável por filhos e filhas pequenos, a luta das mulheres é específica em relação à luta da classe trabalhadora industrial (ainda que elas também possam ser trabalhadoras industriais). Em relação ao marxismo ortodoxo, as autoras afirmam a impossibilidade da luta das mulheres ser travada nos

mesmos termos que os trabalhadores industriais tradicionais. Frente a desqualificação do problema específico, e alegação de uma resolução via maior eficiência na realização de atividades domésticas, as autoras respondem: não existe uma máquina que faça e cuide das crianças (1975, p.29). Na medida em que não a inovação tecnológica, mas apenas o ‘cuidado humano’ pode criar crianças, não há outra saída para a libertação do tempo, para a mudança qualitativa do trabalho doméstico a não ser pela luta de mulheres (1975, p.53). E reafirmam que o isolamento, não a falta de máquinas, condiciona um dia de trabalho interminável. Outras atividades podem ser levadas a um ganho de produtividade, como cozinhar, lavar e limpar, mas boa parte não. Nessa perspectiva, as funções do trabalho doméstico destacadas pela autora são: a reprodução biológica, da geração à criação de filhos, a responsabilidade do cuidado de crianças, também afirma aspectos de ordem sexual, e psicológica e ideológica⁵¹.

No manifesto *Sobre a greve geral* (2021)[1974], discurso proferido em comemoração ao dia internacional da mulher em Mestre, na Itália, Dalla Costa articula a questão dos direitos reprodutivos, a marginalização de mulheres no trabalho pago, mal pago e inseguro, o trabalho doméstico não reconhecido e não pago, os serviços sociais inexistentes ou sucateados que poderiam servir à apropriação coletiva da reprodução social, como fatores que compõem o apagamento de mulheres da história.

Ela afirma que o trabalho doméstico é um elemento comum às mulheres, seja pela capacidade de renovação geracional, seja contra o risco de encarceramento e morte, em clínicas de aborto clandestinas, a desvalorização e exaustão, Dalla Costa afirma a necessidade de organização a partir desse elemento comum. E acrescenta,

Nenhuma greve jamais foi uma greve geral. Quando metade da população trabalhadora estiver em casa nas cozinhas, enquanto o resto está em greve, não será uma greve geral. Nós nunca vimos uma greve geral. Nós apenas vimos os homens, normalmente de grandes fábricas, irem para as ruas, enquanto suas mulheres, filhas, irmãs, mães continuaram a cozinhar nas cozinhas (2021, p.183)[1974].

Federici ecoa “quando dizemos que nós produzimos capital, estamos dizendo que podemos e queremos destruí-lo, em vez de travar uma batalha perdida para passar de uma forma e um grau de exploração a outro” (2019, p.71). Ela revela o seu

⁵¹ As mulheres são úteis não apenas porque realizam trabalho doméstico sem salário e sem entrar em greve, mas também porque sempre recebem de volta em casa todos aqueles que são periodicamente expulsos de seus empregos por causa da crise econômica. A família, esse berço materno sempre pronto para ajudar e proteger em tempos de necessidade, tem sido na verdade a melhor garantia de que os desempregados não se tornem imediatamente uma horda de estranhos disruptivos (1975, p.34).

entendimento de “fábrica social” como “o tempo que gastamos preparando ou indo para o trabalho, ‘recuperando músculos, nervos, ossos e cérebro’⁵² com refeições rápidas, sexo rápido, filmes etc. tudo isso aparece como lazer, tempo livre, escolha individual” (FEDERICI, 2019c, p.77). A propósito de fábrica social, nos valemos de um trecho de entrevista⁵³, em que a autora afirma a influência do *Operaísmo* italiano sobre a sua abordagem:

[...]Eu já falei sobre minha dívida com o *Operaísmo* e como ele influenciou a minha abordagem da Wages for Housework. Posso acrescentar que *Operai e Capitale* de Tronti (Trabalhadores e o Capital), além de atribuir o papel central à luta de classes na formação dos movimentos do capital, também introduziu o conceito de “fábrica social”. Na verdade, ele não chegou a usar esse termo, mas argumentou que, a certa altura do desenvolvimento capitalista, a fábrica começa a reformar a sociedade à sua própria imagem, de acordo com suas próprias necessidades de produtividade. Ele estava pensando particularmente em como os sistemas educacionais tinham sido reestruturados para preparar a juventude proletária para o trabalho industrial. Isso ressoou na nossa análise da comunidade, do lar, da família mais como centros de produção da força de trabalho, como construções capitalistas, do que os legados das relações sociais pré-capitalistas, o que era, à época, a ideia dominante até no movimento feminista”.

Apresentar a comunidade, o lar, a família “mais como centros de produção da força de trabalho, como construções capitalistas, do que os legados das relações sociais pré-capitalistas”, quer dizer, não um sistema distinto da organização capitalista, potencialidade analítica aberta com a influência do *Operaísmo* sobre a sua abordagem da WfH.

Em *Sexualidade é trabalho* (2019b)⁵⁴, Federici discute a imagem da sexualidade vendida como o ‘outro’ do trabalho, “é a libertação que nós nos damos da disciplina do processo de trabalho”, mas, após uma semana de trabalho, “pouca espontaneidade é possível quando o momento, as condições e o montante de energia disponível para o amor estão fora de nosso controle.” (2019b, p.55), pensamento que colide com parte do movimento por “liberdade sexual” à época.

Em se tratando da inserção no mercado laboral, enquanto alternativa política revolucionária: já nos anos 1970⁵⁵, e mais uma vez contrária à abordagem das esferas

⁵² Marx, O capital, v.1 (1996b, p.205).

⁵³ Feminism and Social Reproduction: An Interview with Silvia Federici. *Salvage Zone*. <https://salvage.zone/feminism-and-social-reproduction-an-interview-with-silvia-federici/> entrevista concedida a George Souvlis & Ankica Čakardić em 19/10/2016

⁵⁴ Original de 1975.

⁵⁵ *Salários contra o trabalho doméstico* (2019a).

separadas, e a superação da opressão pela necessidade de “sermos organizadas pelo capital antes de ir contra ele”, a autora pontua evidências de trabalho remunerado para as mulheres: uma jornada total mais longa de trabalho, o trabalho não pago acrescido ao mal pago, alerta que muito dos trabalhos no mercado usam de habilidades naturalizadas femininas no trabalho doméstico não pago, assegurando uma inserção em condições e posição social inferior⁵⁶.

Em diálogo com Selma James⁵⁷, ela examina como as *runaway shops* [fábricas fugidas] se beneficiam da heterogeneidade do mercado laboral, para minar o poder da classe trabalhadora: a disponibilidade de uma força de trabalho marginalmente inserida “tem permitido abandonar as regiões onde o trabalho tem se tornado muito caro”, e “sempre que o capital não conseguiu operar no “Terceiro mundo” ele abriu as portas para mulheres, negros e jovens na metrópole ou para imigrantes no “Terceiro mundo”. (2019c, p.79).

Merece destaque o trabalho de Selma James (2012), que desde o início tornou a temática do trabalho migrante, e doméstico pago central no comitê da *WfH* da Inglaterra. Em comentários não exaustivos à *WfH*, no último capítulo do texto *Mulheres, raça e classe*, Angela Davis diz que faxineiras, empregadas domésticas, arrumadeiras, uma proporção considerável de mulheres de “minorias” étnicas especialmente negras, recebem baixa remuneração, abaixo do salário mínimo, e acusa a teoria subjacente à *WfH* de silenciar sobre a situação de expressiva parcela da população de mulheres (DAVIS, 2016). Em resposta a autora, Selma James afirma que “pois embora, como mulheres, compartilhem excesso de trabalho e pobreza, ainda assim raça, imigração e outras divisões determinam que tipo de trabalho fazemos, quanto fazemos, em que circunstâncias e para o que retorna.” (2012, p.176) [1985]. Quer dizer, a teoria e a campanha da *WfH* são mais heterogênea do que possa parecer, o que valeria um estudo à parte sobre o tema⁵⁸.

⁵⁶ Claudia Jones, militante do Partido comunista nos EUA, examina a participação no trabalho pago com enfoque na inserção laboral e condições de vida nas comunidades negras nos EUA (2017)[1949], usando dados do relatório Negro Women War Workers [Mulheres Negras Trabalhadoras na Guerra], de 1945, do Women’s Bureau, U.S. Department of Labor, Bulletin 205 [Secretaria de Mulheres do Ministério do Trabalho, Boletim 205].

Há diversos estudos empíricos recentes sobre a inserção de mulheres no mercado de trabalho brasileiro, ver *Pesquisas de uso do tempo no Brasil* (FONTOURA, et al. 2010), *Acumulando informações e estudando mudanças ao longo do tempo: Análises Longitudinais do Mercado de Trabalho Brasileiro* (OLIVEIRA, 2002).

⁵⁷ Sexo, raça e classe [Sex, race and class], 2012 (1974).

⁵⁸ Ver o livro *Salarios para el trabajo doméstico: Comité de Nueva York 1972-1977 Historia, teoría y documentos* (FEDERICI, AUSTIN, 2019).

3.1.1 O “trabalho de cuidados”, e as fronteiras entre “produção” e “reprodução”

Ao passo que reconhece a importância da expansão do conceito de trabalho nos anos 1960/70 levada a cabo por certas feministas⁵⁹, Himmelweit (1995) afirma que a noção de trabalho empregada por elas foi abstraída de forma acrítica do modelo de trabalho assalariado produtor de mercadorias para o capital. Afirma um “reducionismo” que deixava à margem as características particulares deste trabalho, como o cuidado e a autorrealização (*self-fulfilment*), e a difícil separação do trabalhador e seu produto, conformando uma lógica distinta do trabalho assalariado.

Em texto publicado na mesma revista *Feminist Economics*, Nancy Folbre (1995) apresenta um conceito de “trabalho de cuidados” (*caring labor*) que em sua visão diverge de tantos outros termos do vocabulário da literatura feminista. Ela diz divergir de termos como ‘trabalho não pago’, ‘trabalho reprodutivo’, e ‘reprodução social’, os quais “ênfatisam o lugar e o tipo de trabalho numa ‘esfera separada’”. (FOLBRE, 1995, p.76). A autora dialoga com a economia neoclássica ortodoxa, e também a literatura marxista do debate sobre o trabalho doméstico, e diz discordar de ambas linguagens: quanto aos neoclássicos ortodoxos, sendo Gary Becker um exemplo, ela diz que não há uma conceituação adequada sobre trabalho de cuidados porque a função utilidade, enquanto um dado exógeno, evita explicar a construção social do problema; e tampouco aceita as categorias de Marx, nem “produção para uso”, nem “produção para troca” podem explicar suficientemente o problema: em sua visão, Marx não tem muito a dizer pois fala em necessidades de reprodução da *própria* força de trabalho (reposição), em “requisitos de subsistência”, “nenhum amor, afeição ou senso de responsabilidade precisa estar envolvido” (FOLBRE, 1995, p.75). Ela propõe uma tipologia sobre diferentes causas do trabalho de cuidado, e afirma que este trabalho é desvalorizado porque é “feito por mulheres”.

Cristina Carrasco (2003) se inscreve na economia feminista, mas, e porque a economia feminista é dificilmente um conjunto monolítico (CARRASCO, 1999), parece dialogar mais amplamente com o feminismo marxista. Ela explicita o tensionamento vivido pelas mulheres, relativos à superposição de tempos, sobretudo o tempo de

⁵⁹ Ela dialoga com textos como Benston (1969), Dalla Costa (1975) e Anne Oakley (1973).

trabalho remunerado e o tempo familiar doméstico, como parte do conflito existente numa sociedade capitalista patriarcal:

A tensão vivida pelas mulheres não é mais que reflexo da contradição muito mais profunda que assinalávamos anteriormente: a que existe entre a produção capitalista e o bem-estar humano, entre o objetivo do lucro e o objetivo do cuidado da vida. Entre a sustentabilidade da vida humana e o benefício econômico, nossas sociedades patriarcais têm optado pelo segundo. (CARRASCO, 2003, p.28).

E ainda sobre este tensionamento que, em sua visão, se traduz no cotidiano, nos corpos das trabalhadoras, configurando uma situação limite para famílias monoparentais:

A habitual rigidez determinada pelos tempos dedicados a trabalho de mercado somada às necessidades de tempos de cuidado resulta em que, em geral, as mulheres intensifiquem notavelmente seu tempo de trabalho total e reduzam seu tempo de ócio, utilizado como variável de ajuste e, em casos extremos, reduzam também o tempo dedicado a satisfazer suas necessidades pessoais, situação que se converte em limite para famílias monoparentais, particularmente as de baixa renda (CARRASCO, 2003, p.38).

Carrasco não abre mão do uso do termo força de trabalho, mas busca incorporá-lo enquanto produção da vida e da força de trabalho, quer dizer, enfatizando o duplo caráter, o fator inexorável da reprodução humana ser simultaneamente reprodução de trabalhadores e trabalhadoras, relação nublada no capitalismo hegemônico: “os sistemas econômicos se apresentam tradicionalmente como autônomos, ocultando assim a atividade doméstica, base essencial da produção da vida e da força de trabalho” (CARRASCO, 2003, p.19). E não menos importante, aceita termos que se referem às esferas “produção” e “reprodução”, que Folbre (1995) quis rejeitar. Lembramos o que diz Folbre:

O conceito [trabalho de cuidado] diverge de muitos termos do vocabulário da economia feminista, como ‘trabalho na família’, ‘trabalho não pago’, ‘trabalho reprodutivo’, ‘produção sexual-afetiva’, ou ‘reprodução social’, os quais enfatizam o lugar e o tipo de trabalho numa ‘esfera separada’. *Precisamente porque se concentra nas causas, o trabalho de cuidado pode aplicar-se tanto a homens como a mulheres, ao mercado e à família, à produção e à reprodução*”. (FOLBRE, 1995, p.76, grifo nosso).

Carrasco entende a importância que o mercado capitalista vem adquirindo nas sociedades industrializadas, substituindo uma parte do trabalho de cuidados,

Particularmente em nossas sociedades ocidentais industrializadas, a subsistência e qualidade de vida alimenta-se de três fontes básicas: as produções e atividades de cuidados diretos realizadas a partir do lar, o mercado e a oferta de serviços públicos. (CARRASCO, 2003, p.13).

Mas sugere que a despeito do deslocamento das fronteiras, quer dizer, atividades de cuidado que passam a ser realizadas no mercado, ou pela oferta de serviços públicos, porém as unidades domésticas, permanecem o local principal da produção da vida e da força de trabalho,

Apesar da importância que o mercado capitalista vem adquirindo na oferta de bens e serviços, *as estratégias de vida das pessoas continuam se organizando a partir do lar, de acordo com o nível de renda e com a participação pública nas tarefas de cuidado.* (CARRASCO, 2003, p.13, grifo nosso).

Não houve a intenção exaurir, mas apresentar alguns fragmentos, pistas sobre como a chamada economia feminista, desde as publicações na *Feminist Economics* nos anos 1990, em direcionando uma crítica às elaborações do debate sobre o trabalho doméstico, parece incidir na construção do feminismo marxista. A própria Federici tem feito diálogos recentes com Nancy Folbre, considerada uma das maiores contribuições da questão do trabalho de cuidados na literatura estadunidense. Essa questão carece de investigação mais aprofundada. Inclusive pelo caráter heterogêneo de publicações que vem reivindicando o termo economia feminista.

No início deste capítulo, apresentamos como em meados dos anos 1970, Federici travou um debate com Zaretsky (1974), Lopate (1974), Vogel (1973) e Secombe (1974), sobre as esferas separadas, e que também diz sobre a questão do caráter do “trabalho doméstico”, nem “produção”, nem “consumo” (LOPATE, 1974), nem “trabalho produtivo”, nem “trabalho improdutivo” (VOGEL, 1973), quer dizer, este debate também revela um incômodo na linguagem empregada por parte da literatura do movimento de mulheres, e também por autoras da *WfH*, que parecia nublar certas características particulares do “trabalho doméstico”.

Incômodo com a linguagem, em certos casos, também expõe questionamentos que pairavam sobre o paradigma marxista, acirrado pelo avanço do neoliberalismo e o período de recuo para a esquerda e que em nosso entendimento Federici começa a responder. Neste sentido, propomos examinar as continuidades e discontinuidades no texto *Calibã e a bruxa* (2017b).

Sabemos que neste livro, a autora nos apresenta uma conversa com Marx e Foucault, numa energia polêmica peculiar à autora, quando se propõe visitar certos

conceitos. Independente de se ter por objetivo reanimar essa polêmica (o que não pretendemos), mais especificamente ao nosso estudo, investigamos como a autora se apropria da linguagem marxista, aparentemente disposta a rever alguns pressupostos sobre o “trabalho doméstico” na reprodução do capital.

Lembramos que uma vez publicado no início dos anos 1980, junto a Leopoldina Fortunati, *O Grande Calibã*⁶⁰ ganha nova publicação em 2004, na língua inglesa, Federici fala da diferença no contexto social e um acúmulo maior de conhecimento entre as edições⁶¹. Ela dá destaque à experiência como professora na Nigéria, onde as políticas de ajustes estrutural e a imposição de avanço em privatizações, e novos cercamentos, o empobrecimento e encarceramento, a perseguição de trabalhadores imigrantes, e violência contra as mulheres provocou a realização sobre a acumulação originária, a “transição ao capitalismo” como um ataque permanente.

Diferente de postular o trabalho doméstico produtor imediato de mais-valia, afirmação usualmente atribuída a Dalla Costa (1975), e ao feminismo influenciado pelo operaísmo italiano, neste texto vamos examinar como Federici descreve as condições de possibilidade do valor. Para tanto ela toma a acumulação primitiva em Marx, como conceito fundacional. Vamos examinar que, na visão do capital enquanto processo, o capital almeja “o roubo de todas as condições normais de trabalho e de vida”, numa transgressão da lei do valor (como adiantou Marx), e onde ela localiza a esfera do tecido social, o “trabalho reprodutivo” afinal.

3.2 Das condições para acumulação

Federici (2017b) revisita a crítica à Economia Política em Marx, quando o autor responde a "assim chamada acumulação primitiva", em Adam Smith (*previous accumulation*), resultado da parcimônia dos ricos. Achamos oportuno relembrar elementos da conversa de Marx com a economia política burguesa clássica, antes de expor o modo como a autora revisita o conceito.

Marx questiona em Smith a ideia que o capital (*accumulation of stock*) teria se originado de um passado distante, mítico,

⁶⁰ *Il Grande Calibano: storia del corpo sociale ribelle nella prima fase del capitale* (1984), por questões metodológicas, optamos por usar a publicação mais recente e difundida, mesmo que haja diferença de alcance entre as obras.

⁶¹ Ver prefácio do livro (2017b).

“Essa acumulação primitiva desempenha na Economia Política um papel análogo ao pecado original na Teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado sobreveio à humanidade. Explica-se sua origem contando-a como anedota ocorrida no passado [...]” (MARX, 1996b, p.339).

Marx defende que na “acumulação primitiva” não há nada de idílico. “Na história real, como se sabe, a conquista, a subjugação, o assassínio para roubar, em suma, a violência, desempenham o principal papel” (MARX, 1996, p.340). Não o sacrifício, a parcimônia das classes abastadas, em oposição à dissipação dos vagabundos, de tudo o que tinham, mas a separação do trabalhador dos meios de produção. Ele lembra que dinheiro e mercadoria não são capital em si, mas são transformados a partir do contato de duas espécies diferentes de detentores de mercadoria: uma classe duplamente livre, que não dispõe de amarras, de dependência das relações feudais, escravas, e “livres” de posse, livres de alternativas a não ser vender a própria força de trabalho; e a classe detentora dos meios de produção, que se propõem a aumentar a soma-valor, por meio da compra do trabalho alheio. “A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção.” (MARX, 1996, p.340). O processo de transformação dos meios sociais de subsistência e de produção em capital, e de produtores diretos em trabalhadores assalariados, a “expropriação sanguinária” da propriedade privada do produtor direto, de seus meios de subsistência, e os cercamentos de terras comuns. Ele também reconhece que:

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfiamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva (MARX, 1996, p.370).

Ele acrescenta que "muito capital que aparece hoje nos Estados Unidos, sem certidão de nascimento, é sangue infantil ainda ontem capitalizado na Inglaterra." (MARX, 1996b, p. 375).

Comentamos brevemente elementos da crítica do capitalismo de Rosa Luxemburgo, a caracterização do modo de produção capitalista como aquele que, impelido pela competição, quer reorganizar o conjunto da vida social e inseri-los à sua própria lógica, da produção da mais-valia, sendo que a reorganização da esfera não capitalista se dá tanto geograficamente, mas também socialmente (1984) [1913]. Rosa

estava centrada na “acumulação primitiva” enquanto pivô do imperialismo ou colonialismo, mas as suas ideias sobre a reorganização da vida social como um todo, inspiraram as feministas alemãs⁶² a pensarem de que forma são criadas divisões sociais no tecido social “originário”, em especial baseadas na divisão sexual do trabalho, que estruturam a reprodução social. Quer dizer, por “acumulação primitiva” entende-se que o capitalismo se desenvolve *entrelaçado* a formas estranhas a ele, e não paralelamente a essas formas. Por formas estranhas entendemos o conjunto da vida social que não é regido imediatamente para produção de mercadorias. Rosa falava em camponeses e outros estratos de trabalhadores não assalariados, também nas colônias, e nos recursos naturais. Na autora, o intercâmbio entre a esfera “capitalista” e “não capitalista” é constante, não se restringe à uma acumulação prévia, e é protagonizada pela extrema violência contra as zonas não inteiramente capitalistas:

“Isso explica por que o capitalismo considera de vital importância a apropriação violenta dos principais meios de produção em terras coloniais. Como as organizações sociais primitivas dos nativos constituem os baluartes na defesa dessas sociedades, bem como as bases materiais de sua subsistência, o capital serviu-se de preferência, do método da destruição e da aniquilação sistemáticas e planejadas dessas organizações sociais não capitalistas, com as quais entra em choque por força da expansão por ele pretendida. No caso já não se trata de acumulação primitiva, mas de um processo que prossegue inclusive em nossos dias. Cada nova expansão colonial se faz acompanhar, naturalmente, de uma guerra encarniçada dessas, do capital contra as relações econômico-sociais dos nativos, assim como pela desapropriação violenta de seus meios de produção e pelo roubo de sua força de trabalho.” (LUXEMBURGO, 1984, p. 32-3)

Curiosamente, enquanto as feministas alemãs como Maria Mies têm na Rosa Luxemburgo uma referência, Federici não menciona a autora em seu texto *Calibã e a bruxa* (leituras diferentes sobre Marx? fica a questão).

Quando parte para estudar mais a fundo os processos que constituem o capitalismo, e as mudanças operadas nas relações sociais, Federici afirma o conceito acumulação primitiva apresentado no volume 1 de *O Capital* em Marx como conceito fundacional, aquele que revela as condições estruturais que tornam possível a sociedade capitalista. E sendo fundacional, estrutural, ela afirma, permite ler o passado como algo que estrutura o presente.

A autora se tornou conhecida por seus comentários a respeito de Marx (FEDERICI, 2017a, 2021b), em denúncia aos “silêncios” e passagens consideradas

⁶² Ver Maria Mies, Veronika Bennholdt-Thomsen e Claudia von Werlhof (1988).

moralistas, ou bastante breves sobre família, mulheres e crianças, geralmente em notas de roda pé (sobre o marxismo de Federici, ver capítulo três).

Por outro lado, ela não investiga tanto a respeito em Engels, pelo menos no *Calibán e a bruxa* (2017b) vemos a seguinte consideração:

De todos os pontos de vista — social, econômico, cultural, político —, a caça às bruxas foi um momento decisivo na vida das mulheres; foi o equivalente à derrota histórica a que alude Engels em *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1984) como causa do desmoronamento do mundo matriarcal, visto que a caça às bruxas destruiu todo um universo de práticas femininas, de relações coletivas e de sistemas de conhecimento que haviam sido a base do poder das mulheres na Europa pré-capitalista, assim como a condição necessária para sua resistência na luta contra o feudalismo (FEDERICI, 2017b, p.203-4).

Ela afirma a caça às bruxas como equivalente à derrota histórica a que alude Engels, como a causa do desmoronamento do mundo matriarcal, sendo que “matriarcado” é considerado um termo bastante controverso⁶³, e Federici tampouco elabora qualquer contraponto a essa ideia, apenas falando em termos de equivalência de seu estudo com *A Origem* de Engels. Diga-se de passagem, um texto que recebeu críticas de diversas autoras do feminismo (capítulo 1).

Alguns anos depois, para o prefácio à primeira edição brasileira de seu livro, ela apresenta outro comentário sobre o texto de Engels:

Não poderíamos, portanto, acreditar que o trabalho doméstico fosse um remanescente do passado, que não desempenhasse nenhuma função na organização capitalista do trabalho ou que nossa subordinação aos homens pudesse ser atribuída à nossa exclusão da “produção socialmente necessária” — como os marxistas ortodoxos, com base em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Engels, ainda sustentam (FEDERICI, 2017b, p.12).

Ela questiona a subordinação das mulheres oriunda simplesmente da exclusão da “produção socialmente organizada”, concepção que anula a especificidade da opressão às mulheres, e que prevê a possibilidade de sua superação nas relações de capitalismo hegemônico, pela introdução de mulheres à “produção”, e não na superação do capitalismo patriarcal racista. Enfim, no prefácio ao livro ela retoma ainda que rapidamente o sentido da crítica feminista ao autor, ou pelo menos direcionando a crítica “aos marxistas ortodoxos com base em Engels”. E afirma que o trabalho

⁶³ Sobre crítica à categoria matriarcado, consultar Gerda Lerner, *A criação do patriarcado* (2019, p.59) original de 1986.

doméstico como remanescente do passado, uma abordagem que parece pressupor e não questionar as esferas separadas e que ainda é sustentada pela ortodoxia marxista, é um entrave à luta anticapitalista.

3.2.1 Acumulação primitiva e degradação do “trabalho reprodutivo”

No *Calibã e a bruxa*, a autora reflete a acumulação primitiva e o disciplinamento, a centralidade da “reprodução” na crise do antigo sistema, a centralidade da “reprodução” na contrarrevolução capitalista. Estamos propondo ainda que ela começa a responder questões suscitadas pelo movimento de mulheres, a respeito de especificidades do trabalho doméstico e de cuidados, ou pelo menos, o caráter distintivo da “reprodução” na sociedade capitalista.

Ela lembra que os cercamentos vêm como reação à crise do sistema feudal, empreendidos com violência extrema, e que esse período foi marcado por intensas lutas antifeudais, de pequenos agricultores, artesãos e trabalhadores contra a arbitrariedade do desterramento.

A autora sustenta que o capitalismo não emerge de uma evolução de forças na antiga ordem, mas foi forjado em meio a violência extrema contra o antigo sistema, como já afirmava Marx, mas também contra as possibilidades conscientes de transgressão social, e nesse sentido o capitalismo emerge enquanto contrarrevolução. A expropriação da terra, o cercamento das economias de subsistência e, como sustenta a autora, o ataque sistemático ao corpo rebelde, caracteriza o processo de acumulação.

Ela ressalta que o cercamento de terras foi um período de intensas lutas, de motins que frequentemente viravam levante de massas contra os cercamentos (2017b, p.141). Muitas mulheres lideraram as lutas, e tinham objetivos específicos nisso: sentiam mais a perda das terras, uma vida nômade as expunha mais à violência, numa sociedade crescentemente monetizada, diferentemente dos homens, tinham menos acesso aos salários, mobilidade reduzida em relação à gravidez e cuidado dos filhos.

Muitos camponeses não tinham o que comer por não mais terem acesso às terras, aliás a produção vinha sendo dirigida cada vez mais ao comércio internacional, junto ao aumento dos aluguéis, ela diz que foi sendo produzido não os trabalhadores e trabalhadoras assalariados imediatamente, mas o ódio da relação assalariada, e sem

alternativa à terra é notória a produção de um contingente expressivo de mendigos, vagabundos, gente “sem senhor”.

Os cercamentos levam ao progressivo desaparecimento da economia de subsistência, e, como sustenta a autora, à quebra da unidade entre produção e reprodução, conforme outras relações sociais e a diferença sexual se impunham. Federici vê nesse momento uma mudança importante, em que a produção para o mercado vai sendo vista como criadora de valor, e a atividade de reprodução de trabalhadores sem valor do ponto de vista econômico, e deixam de ser consideradas trabalho. Atividades reprodutivas realizadas para os senhores ou fora do lar continuaram sendo pagas, em valores inferiores. Essas atividades perdem reconhecimento, são invisibilizadas para a acumulação e consideradas ‘trabalho de mulheres’. Mulheres foram excluídas de tantas atividades assalariadas e quando trabalhavam recebiam menos (2017b, p.145).

Com a separação da “produção” e “reprodução”, ela diz que as mulheres estão tão despossuídas quanto os homens, mas ainda mais pobres, o que foi péssimo para a classe trabalhadora como um todo, “a desvalorização do trabalho reprodutivo inevitavelmente desvalorizou o seu produto: a força de trabalho” (2017b, p.134), Federici reforça, neste contexto, a degradação social de mulheres serviu para a acumulação de capital.

Ela destaca a crise demográfica e econômica do século XVI e XVII, a dizimação de população nas colônias das Américas na invasão colonial, o declínio populacional na Europa Ocidental, e a crise econômica internacional como um “gatilho” para trabalho, população e acumulação passarem ao primeiro plano⁶⁴ dos debates, e para que o Estado passasse a castigar qualquer comportamento que obstruísse o crescimento populacional. A intensificação de perseguição às “bruxas” e os novos métodos disciplinares usados pelo Estado para regular a procriação e quebrar o controle das mulheres sobre a reprodução, para Federici, tem origem nessa crise⁶⁵.

⁶⁴ A autora alerta que a história da tentativa de regular o comportamento sexual na Europa é muito antiga, e atribui à Igreja Católica, uma das principais proprietárias de terras do período, o principal papel regulador na era medieval: o sagrado como a prática de evitar mulheres e o sexo, a expulsão de mulheres da liturgia e dos sacramentos, a proibição de casamentos e concubinato de clérigos, ataques à ‘sodomia’, a condenação da homossexualidade, endereçado simultaneamente aos homossexuais e ao sexo não procriador. A adoção de uma legislação repressiva pela Igreja Católica (em referência aos concílios de Latrão, no século XII) prova que a sexualidade já vinha sendo politizada, o que não impedia a prática por certos grupos hereges, em sua visão, inclusive como ato subversivo (2017b, p.80).

⁶⁵ Afirma que outros fatores também contribuíram: a crescente privatização e, entre a burguesia, uma ansiedade com relação à paternidade e o comportamento sexual de mulheres; a acusação de que bruxas

A autora relaciona a tentativa de regular a reprodução com a desvalorização do trabalho de mulheres. Lembramos mais uma vez a expropriação da terra, e a perda de espaço em empregos que tradicionalmente tinham ocupado, como a realização de partos, também é notória a explosão da prostituição, que fora considerada um mal necessário na Idade Média: em meio à caça às bruxas, num clima de intensa misoginia, ocorrem restrições à prostituição, logo criminalização, muitas prostitutas especialmente as que trabalhavam nas ruas foram torturadas.

Ela investiga como práticas que antes podiam receber indulgência, como contracepção, se tornaram crimes, e as mulheres foram progressivamente expropriadas desse saber.

Federici diz,

“ao negar às mulheres o controle sobre os corpo isso privou-as da condição fundamental de sua integridade física e psicológica, degradando a maternidade a trabalho forçado, além de confinar as mulheres a atividade reprodutiva de um modo desconhecido por sociedades anteriores” (2017b, p.182)

Ela defende que na Europa pré-capitalista a subordinação era atenuada pelo fato de que as mulheres tinham acesso às terras e a outros bens comuns. No capitalismo, as próprias mulheres são vistas como “bens comuns”⁶⁶, em sua visão, porque o “trabalho reprodutivo” passa a ser considerado não trabalho, externo à “produção”, como exposto nos tópicos anteriores.

Federici caracteriza a contrarrevolução como uma reação ordenada ao relativo ganho de poder das classes desfavorecidas no período, a expropriação, que é da terra, mas também dos corpos, individuais e coletivos, ela narra como acontece uma forma extremamente violenta de cercar todo um modo de vida, ela narra, inclusive, como as terras comuns eram um importante espaço de socialização dos camponeses. Um dos instrumentos utilizados na contrarrevolução foi a perseguição às bruxas, e de forma crítica a Foucault, que jamais menciona o assunto, ela afirma se tratar de uma das formas mais atroz de disciplinamento do corpo na era moderna.

Na caça às bruxas, a autora sustenta, o que estava em jogo era um projeto de expropriação que alcançou todas as áreas, cultural inclusive, em que diversas imagens, xilogravuras da época retratam simbolicamente a contrarrevolução. E afirma, nenhuma

sacrificavam mulheres para o demônio ela interpreta como o medo da insubordinação, se pensar que muitas mulheres de classes baixas, criadas, mendigas ou curandeiras, tinham oportunidades de entrar na casa dos empregadores e poderiam lhes causar danos (2017b, p.170).

⁶⁶Federici faz referência a Pateman (1988) quando propõe essa reflexão.

tática empregada contra as mulheres “e os sujeitos coloniais” teria sido tão bem sucedida sem uma campanha orquestrada. Em sua visão, a caça às bruxas inaugura uma campanha de terror, em que tudo o que era ligado ao demônio era motivo de castigo, de penas severas, sobretudo os tais crimes reprodutivos: contracepção, aborto, infanticídio. Os sabás, as práticas sexuais “demoníacas”, ela sustenta que havia pouca capacidade de comprovação, mas processo, e confissões em clima de tortura, onde se obtém o que quer, e as fogueiras, não qualquer tortura, mas queimadas vivas em praça pública: a autora lê esses eventos como parte da tentativa de degradar a maternidade a trabalho forçado e confinar mulheres ao “trabalho reprodutivo”⁶⁷, e o rebaixamento na posição social das mulheres.

O seu texto também permite refletir a chamada caça às bruxas como parte de um projeto de expropriação mais amplo do corpo rebelde, de disciplinamento social, assim ela problematiza tanto a ideia romântica de uma “transição do feudalismo” (como Marx já alertava), quanto a ideia de que desse processo emerge um trabalhador suficientemente disciplinado, para vender sua força de trabalho a quem puder lhe pagar mais. As *condições* para a acumulação, para a produção, nunca foram dadas, mas violentamente expropriadas e tiveram um componente de “gênero” fundamental junto a classe, e também colonial: a tentativa de controle do corpo (e do corpo das mulheres) esteve no centro do surgimento do capitalismo, porque único capaz de produzir novos trabalhadores e trabalhadoras, de renovar geracionalmente, corpo que detém a capacidade de produção (a força de trabalho), e neste caso a capacidade de mulheres engravidar (e a sexualidade) ganha foco; e também do significado da repressão às condutas desviantes: este corpo nunca esteve plenamente disposto a cooperar. Mas não apenas repressão, no sentido de coibir, limitar, destruir algo, mas criar a disponibilidade estável e disciplinada de força de trabalho — por meio da imposição da maternidade como trabalho forçado — como condição essencial da produção. As práticas anticoncepcionais são vistas como uma expressão do corpo rebelde, que neste contexto ameaçava a reprodução estável, e assim a acumulação. Um longo e penoso processo de disciplinamento, ecoando Edward Thompson, Federici afirma que apenas na segunda metade do século XIX podemos vislumbrar “um trabalhador moderado, prudente, responsável, orgulhoso de possuir um relógio” (THOMPSON, 1964).

⁶⁷ Importante lembrar que ainda não estamos falando da constituição da família moderna e o ideal da “dona de casa”, discussão que requer estudo mais aprofundado sobre a luta de classes do século XIX na Inglaterra. Para mais detalhes, ver *Resistindo à tempestade: famílias da classe trabalhadora da Revolução industrial à queda da fertilidade* (SECCOMBE, 1993).

Neste livro, ela recupera a centralidade da esfera da reprodução de modo a ilustrar que o processo da acumulação primitiva se estrutura sobre formas de disciplinamento dos corpos, da capacidade de procriação à sexualidade, aos encarceramentos de vagabundos, mendigos, e prostitutas, justamente porque o corpo do “trabalhador livre”, das mulheres, não respondia imediatamente à lógica capitalista emergente, mas a uma forma de vida estranha aos imperativos da acumulação, como sustenta Federici, não esteve naturalmente disposto a cooperar.

3.2.2 A reprodução social no escravismo

A acumulação primitiva na Europa teve no tráfico de escravizados e no regime de *plantation*, e também na exploração do ouro e da prata, uma estruturação muito importante. Achamos pertinente levantar ainda que brevemente a reprodução social no escravismo, dado que o tema seja tratado de forma sintética, (tanto em Vogel quanto) na Federici, e investigar diálogos possíveis.

Enquanto a resposta à crise populacional na Europa foi a subjugação das mulheres à reprodução, na América colonial, onde a colonização destruiu 95% da população nativa, a resposta foi o tráfico de escravos, capaz de prover a classe dominante europeia com uma quantidade imensa de mão de obra (FEDERICI, 2017b, p.206).

Pela colonização ter dizimado cerca de 95% da população originária, o escravismo indígena não poderia ter se sustentado por tanto tempo nas Américas. Se arrastando por mais de trezentos anos, a acumulação a partir da força de trabalho escrava africana tem bastante peso. A despeito disso, a caracterização desse capítulo da história é apenas mencionada na autora⁶⁸.

No prefácio à edição brasileira de *Caliban e a bruxa*, ela afirma:

falta ainda uma análise da exploração capitalista da natureza e seu impacto no trabalho reprodutivo. A função que o trabalho escravo desempenhou na reprodução do proletariado industrial e sua integração com a produção industrial por meio da produção de açúcar, café, chá e rum — os combustíveis da Revolução Industrial — também são apenas mencionadas. (2017b, p.13).

⁶⁸ Ela comenta algumas mudanças na regulação de relações sexuais e reprodutivas no escravismo com a abolição do tráfico de escravizados em certas Ilhas no Caribe.

O tráfico de escravizados foi um importante mecanismo de reposição exógena da força de trabalho, quer dizer, que a princípio dispensa a renovação local. Os senhores achavam mais lucrativo ‘consumir’ as escravizadas e escravizados até a exaustão do que estimular a reprodução, mulheres africanas não tinham tratamento especial, eram intensamente exploradas na *plantation*, e isso tanto mais era verdade quanto maior a demanda por bens de exportação.

Pelo menos é o que se pode afirmar até a Lei Eusébio de Queirós no Brasil, quando foi imposto o fim do tráfico negreiro. Foram criadas outras formas de sustentar o modo de produção escravista o que, além do tráfico interno de escravizados, também incluiu o aumento efetivo de população no período entre 1850-1888.⁶⁹ Por meio da análise de manuais de agricultura dos senhores escravistas no Brasil, Gabriela Figueira (2021) questiona a afirmação de Vogel (2022) sobre o caráter da reprodução social no escravismo se assentar basicamente sobre a reposição da força de trabalho. Ela examina como os manuais descrevem a criação dos e das escravizadas, antes e depois da abolição do tráfico, e que relação a percepção sobre o ciclo reprodutivo tem na caracterização específica da reprodução social do escravismo, diferente do modo de produção assalariado.

Diferente do trabalhador “livre”, o escravizado era comprado como mercadoria, desumanizado. Eram desumanizados sob o imperativo do lucro. Ela diz que a partir da abolição do tráfico, estes manuais, que funcionam como “normatizadores de práticas escravistas do século XIX” mudam de tom, ganha relevância a capacidade de procriação, e o controle sobre o corpo das mulheres escravizadas⁷⁰.

Lélia Gonzalez considera duas categorias de escravizados, conforme Freitas⁷¹, os “produtivos”, que trabalhavam diretamente na produção (escravizados do eito), e os “não produtivos”, que prestavam serviços (feitores, criados e negros de ganho). As mulheres negras escravizadas estavam presentes em ambas, no eito era explorada intensamente, com parca alimentação, já nos serviços trabalhava como mucama ou ama de leite, numa relação de exploração econômico-sexual. Além do “trabalho doméstico” na casa grande, estavam sujeitas aos ataques sexuais do senhor branco quem

⁶⁹ SALLES, Ricardo (2008).

⁷⁰ Seja focando no crescimento vegetativo, seja enfatizando aspectos humanizadores (ou moralizantes) do casamento, há indícios de um novo olhar sobre a capacidade procriativa das escravizadas, sempre centrada na maximização de lucros do senhor.

⁷¹ Ver mais em Palmares: a guerra dos escravos (FREITAS, 1978).

comumente “convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes” (GONZALEZ, 2020, p.52)⁷².

A autora enfatiza a existência de uma divisão sexual do trabalho, na distribuição das escravizadas e escravizados, seja no eito ou nos serviços, e ainda que as mulheres negras estivessem presentes em ambas, as mais atraentes eram direcionadas aos serviços, na casa grande, a exploração econômico-sexual era vista como parte do seu trabalho. E, além disso, ela lembra que em determinado momento (na restrição ao tráfico internacional), as escravizadas foram vistas por possibilitarem a renovação geracional de novos trabalhadores: Gonzalez (2020) sugere que, de todo modo, se “produtiva” ou “não produtiva”, as mulheres escravizadas eram pilar da acumulação.

Morgan (2004) discute a renovação dos escravizados também visava a produção das diferenças de “raça”, no seio de uma sociedade de classes composta por proprietários rurais e escravizados: e que por numerosas revoltas, tanto mais a crise do sistema se aproximava, a classe dominante se sentia ameaçada enquanto tal, e buscava justificar o seu domínio.

Lélia Gonzalez ecoa o que diz Carlos Hasenbalg (1979):

A raça, como atributo socialmente elaborado, está relacionada principalmente ao aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, isto é, a reprodução (formação-qualificação-submissão) e a distribuição dos agentes. Portanto, as minorias raciais não estão fora da estrutura de classes das sociedades multirraciais em que as relações de produção capitalistas — ou outras relações de produção, no caso — são as dominantes. Outrossim, o racismo, como articulação ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação, é o determinante primário da posição dos não brancos dentro das relações de produção e distribuição. Como se verá se o racismo (bem como o sexismo) torna-se parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, então a reprodução de uma divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para preconceito e elementos subjetivos (1979, p. 113-114).

Neste tópico apresentamos brevemente elementos do caráter singular da reprodução social no escravismo, a divisão sexual do trabalho se manifestando de forma específica, conforme o momento da acumulação.

No capítulo dois, examinamos em Federici a questão do ‘trabalho doméstico’ não pago como um ato de amor, ou as esferas separadas. Numa conversa com Marx e Foucault, investigamos que a emergência do capitalismo enquanto contrarrevolução implicou a subjugação do “trabalho reprodutivo”, o controle, e disciplinamento

⁷² Original de 1980.

sistemático do corpo das mulheres. Ela apresenta o capital não como a evolução de uma força neutra, espontânea (como adiantava Marx), mas uma força expansiva, e destrutiva, que tenciona remodelar aspectos da “feminilidade” e “masculinidade”, e tem por resultado a degradação da maternidade a trabalho forçado. No estudo da caça às bruxas na Europa, ela discute elementos fundantes da conformação *aparente* de esferas separadas “produção” e “reprodução”, ou como a tentativa de excluir as mulheres da esfera do trabalho socialmente reconhecido aparece relacionada à tentativa de imposição da maternidade às mulheres, de mascarar a maternidade, o parto, a sexualidade, enfim, enquanto corpo “privado”.

4. CAPÍTULO TRÊS: A QUESTÃO DO CARÁTER DO “TRABALHO REPRODUTIVO” NA “PRODUÇÃO” CAPITALISTA: DIÁLOGOS RECENTES

Neste capítulo, vamos abordar mais diretamente a conversa que Vogel trava no feminismo marxista, especificamente a questão das analogias, ou o paralelismo entre unidades para realização de trabalho doméstico e a “produção”. Essa questão foi retomada recentemente por Susan Ferguson (2021) e Tithi Bhattacharya (2023b), num debate com o “feminismo autonomista”, e mais diretamente com Federici.

Quer dizer, neste capítulo continuaremos a discussão sobre o “trabalho doméstico” não pago, ou “reprodutivo” (ou ainda “trabalho sócio reprodutivo”) e suas especificidades, (o que no feminismo marxista, frequentemente tomou forma enquanto discussão do caráter do trabalho doméstico usando categorias associadas à teoria do valor, “trabalho produtivo”, “trabalho improdutivo” — categorias que Marx adaptou e desenvolveu a partir da economia política clássica), mas, e porque não estamos buscando elaborar uma resposta fechada para essa questão, temos por objetivo tentar explicar a controvérsia criada no feminismo marxista e examinar implicações estratégicas.

4.1 A questão do caráter do “trabalho doméstico” no feminismo marxista

Vogel destaca a influência de Mitchell (1966), e especialmente Benston (1969), Peggy Morton (1971) e Dalla Costa (1975) como contribuições fundamentais para o movimento de mulheres à época. Por oportuno, é importante retomar aspectos chave dos textos destas autoras, especialmente o que ela chamou ambiguidades relativas ao caráter produtivo das unidades familiares, Vogel questiona o que propriamente significa este caráter “produtivo” do trabalho doméstico? Produção de pessoas, e força de trabalho, ou também a produção do capital?

Margaret Benston (1969) diz que as mulheres têm uma posição especial na sociedade em relação aos homens, arrisca a definição as mulheres enquanto um "grupo de pessoas responsável pela produção de valor de uso simples em atividades associadas ao lar e a família" (1969, p.16), e define a família enquanto *unidade produtiva*, responsável pelas atividades domésticas e a criação de crianças (BENSTON, 1969, p.20), afirmação pouco usual para o feminismo à época que vinculava a família a uma

unidade de consumo. A forma tecnologicamente primitiva de realização das atividades e de produção, originalmente não para venda, leva a autora definir as famílias enquanto unidade produtiva pré-capitalista ou pré-industrial, e as mulheres participantes transitórias do mercado assalariado. Ela propõe a socialização do trabalho doméstico para resolução da opressão às mulheres, “quando este trabalho é movido para o setor público, então a base material para a discriminação contra as mulheres desaparecerá” (BENSTON, 1969, p.22).

Peggy Morton (1971) publica um ano após Benston, e comenta pontos sensíveis na autora, um deles relativo à definição de mulheres enquanto um grupo de trabalhadoras domésticas não pagas, e o trabalho doméstico remanescente de modos de produção pré-capitalistas. Morton responde, afirmando que mulheres não têm um papel periférico na produção. Ela ecoa a proposta de Benston que a raiz da opressão reside no sistema familiar, mas insiste que mudanças estruturais no capitalismo estão levando a mudanças, à crise neste sistema, e propõe que a família seja entendida enquanto “unidade cuja função é a manutenção e a reprodução da força de trabalho” (MORTON, 1970, p.33), e “a tarefa da família é manter a força de trabalho atual e fornecer a próxima geração de trabalhadores, dotados das habilidades e dos valores necessários para que sejam membros produtivos da força de trabalho” (MORTON, 1970, p.33). As mulheres se encontram entre o “papel público”, repor e renovar a força de trabalho, e o “privado”, relativo às necessidades do sistema familiar, e sugere que a estratégia deve ser forjada a partir do entendimento das contradições que isto impõe.

Dalla Costa (1975) concorda com as formulações sobre a opressão derivada do trabalho doméstico e diz que mulheres tem a sua posição social condicionada pelo papel de donas de casa:

é precisamente o que é particular ao trabalho doméstico, não só medido como número de horas e natureza do trabalho, mas como qualidade de vida e qualidade das relações que gera, que determina o lugar da mulher onde quer que ela esteja e a qualquer classe a que pertença (DALLA COSTA, 1975, p.21)

A autora diz que independente se trabalham fora ou não, o “trabalho doméstico” não pago condiciona a posição das mulheres mais amplamente. Não apenas mulheres da classe trabalhadora, ela afirma que todas as mulheres são oprimidas, mas a opressão de mulheres da classe trabalhadora como donas de casa é fundamental à produção capitalista, o que determina a posição de todas as outras mulheres.

Vogel sublinha que este texto tem uma energia polêmica e um alcance político que impactaram substancialmente o movimento de mulheres. Em especial, destacamos a conhecida declaração de que o trabalho doméstico *apenas aparece como um serviço pessoal fora do âmbito da produção capitalista*. (DALLA COSTA, 1975, p.28). Contra a esquerda ortodoxa, e a ortodoxia de partido, ela discute as “esferas separadas”, a visão tradicional: quando mulheres estão fora da “produção”, quer dizer fora da organização da produção imediata, elas estão externas à produção social. E faz a defesa de que mulheres produzem mais-valia: “o trabalho doméstico produz não somente valores de uso, mas é essencial à produção da mais valia” (1975, p.33). Quer dizer, Dalla Costa polemizou tanto com a esquerda tradicional, quanto com a literatura do movimento de mulheres à época.

Ela propõe a socialização da luta da trabalhadora doméstica isolada — não a socialização do trabalho:

precisamos descobrir formas de luta que imediatamente quebrem toda a estrutura do trabalho doméstico, rejeitando-o de forma absoluta, rejeitando nosso papel de donas de casa e de lar como o gueto de nossa existência, pois o problema não é apenas parar de fazer esse trabalho, mas esmagar todo o papel da dona de casa. O ponto de partida não é como fazer o trabalho doméstico de forma mais eficiente, mas como encontrar um lugar como protagonista na luta, ou seja, não uma maior produtividade do trabalho doméstico, mas uma maior subversão na luta (DALLA COSTA, 1972, p. 36).

Sem mencionar nomes (a esta altura, esta citação nos remete mais diretamente ao texto de Dalla Costa), Vogel propõe que “produção” e “reprodução da força de trabalho” não são comparáveis do ponto de vista teórico. A reprodução da força de trabalho:

é uma condição da produção, pois *reabastece* ou *repõe* a força de trabalho necessária para a produção. Reprodução da força de trabalho não é, contudo, em si mesma uma forma de produção. Isto é, não envolve necessariamente alguma combinação determinada de matérias primas e meios de produção em um processo de trabalho cujo resultado é o produto força de trabalho (VOGEL, 2022, p.326).

A discussão do trabalho doméstico é uma extrapolação de Marx, Federici (2018), inclusive, comenta como na época do autor o “trabalho doméstico” nas famílias de classe trabalhadora era quase ausente (mais detalhes no tópico o marxismo de Federici). Vogel, assim como autoras do feminismo marxista, vão além de Marx quando relacionam a reprodução da força de trabalho ao trabalho doméstico, realizado boa parte

nas famílias, de forma “privada”, sobrecarga de trabalho nas mulheres, desvalorizado e essencial à produção de mais-valia. Vamos examinar as especificidades do trabalho doméstico na autora, e o uso das categorias políticas do marxismo.

4.1.1 “Trabalho doméstico” segundo Vogel

A autora conversa com Marx sobre reprodução social total (ver capítulo 1), e nesta abordagem, a reprodução da força de trabalho, que Marx discute usando o conceito consumo individual: o consumo de mercadorias que os e as trabalhadoras assalariados adquirem, do trabalho necessário. Vogel diz que o conceito consumo individual diz respeito aos processos diários de reposição imediata da capacidade de trabalhar do produtor direto, não abrange a questão geracional, a reprodução de trabalhadores inativos, tampouco a renovação via migrações e escravização. Marx discute esse assunto em termos de leis populacionais, achamos interessante a sua observação enquanto um processo não natural: “uma lei abstrata de população só é válida para as plantas e os animais, e ainda assim, apenas enquanto o ser humano não interfere historicamente nesses domínios”:

Essa lei de população é peculiar ao modo de produção capitalista, tal como, de fato, cada modo de produção particular na história tem suas leis de população particulares, historicamente válidas. Uma lei abstrata de população só é válida para as plantas e os animais e, ainda assim, apenas enquanto o ser humano não interfere historicamente nesses domínios (MARX, 1996b, p. 262).

Ele não aprofunda o argumento do “gênero”, ou da divisão sexual do trabalho. Vogel é enfática a esse respeito: “seres humanos não se reproduzem por partenogênese”⁷³ (2022, p.329). E sublinha que as diferenças biológicas entre homens e mulheres “constituem a pré-condição material para construção social das diferenças de gênero” (2022, p.329), quer dizer, essas diferenças representam um fator material, mediado socialmente. E acrescenta, as características de uma construção de gênero são particulares à um certo sistema social definido.

No sistema capitalista, em conversa com Paddy Quick (1977), a autora examina como a capacidade de gerar filhos (*childbearing*) – gestação, dar à luz e amamentar –

⁷³ Partenogênese é a “reprodução de um ser vivo sem fecundação do óvulo” (MICHAELIS, 2022).

de mulheres da classe trabalhadora entra em conflito com a apropriação de mais-trabalho. Ela ressalta, entretanto, que as diferenças biológicas não são determinantes em si. Vogel diz, “alguns podem ser heterossexuais, outros homossexuais. Alguns podem casar, outros não. E evidentemente alguns podem ser homens, outros mulheres, com capacidade de gerar filhos” (2022, p. 337). Os significados da divisão do trabalho e das diferenças individuais competem a análise de cada sociedade, e na sociedade de classes assume uma contradição específica.

Na reprodução social capitalista, ela destaca as famílias como o local onde a maior parte da reprodução geracional e a reposição da força de trabalho acontece, o contexto em que crianças nascem e crescem, e frequentemente, onde indivíduos inativos vivem.

Partindo de Marx, ela diz que a força de trabalho, no capitalismo, é uma mercadoria peculiar, não é reproduzida como outras mercadorias, mas fora da produção capitalista. Ela diz que o trabalho necessário se divide em dois: “um componente é realizado junto ao trabalho excedente, o outro é realizado fora da esfera da apropriação do mais-trabalho”. E usando os conceitos do autor, nem “trabalho produtivo”, nem “trabalho improdutivo”, Vogel propõe que o trabalho doméstico é a parte do trabalho necessário realizada fora da produção capitalista. (2022, p.349).

Vogel defende “a reprodução da força de trabalho não é, contudo, em si mesma uma forma de produção”: o trabalho doméstico, enquanto parte “externa” da reprodução da força de trabalho, “o trabalho doméstico é a parte do trabalho necessário realizado fora da esfera da produção capitalista” (2022, p.349).

Ela analisa importantes fatores históricos que levaram à “socialização” do trabalho doméstico, a redistribuição seja via mercado ou Estado (VOGEL, 1973; 2022). Aliás, essa é uma discussão importante, sobre as fronteiras entre “produção” e “reprodução”, que Vogel sugere mas não desenvolve “lavanderias, lojas de roupa prontas para venda e cadeias de *fast food*, por exemplo, transferem as tarefas de trabalho doméstico para o setor lucrativo, proporcionando também novas oportunidades aos empresários capitalistas (2022, p.355)”, quer dizer, uma parte do trabalho doméstico pode ser realizada a partir de empreendimentos lucrativos, e não exclusivamente “fora da produção capitalista”. A autora parece sugerir, afinal, que existe uma relação mais

dinâmica entre “produção” e “reprodução”⁷⁴, mas essa discussão não aparece sistematizada no seu texto⁷⁵.

Vogel insiste que o trabalho doméstico não pode ser completamente socializado na sociedade capitalista, e examina barreiras econômica, política e ideológica, e afinal, biológica, “embora o trabalho doméstico possa, em tese, ser reduzido a um mínimo, por meio da socialização da maioria de suas tarefas, o processo fisiológico básico da reprodução biológica continuará a ser competência das mulheres.” (2022, p.357)⁷⁶.

A autora localiza essas diferenças da “produção” e “reprodução da força de trabalho” na totalidade entre produção-reprodução, examinando a relação contraditória⁷⁷ entre “produção” e “reprodução”, condicionada pelo impulso do lucro, e insiste que a opressão às mulheres se situa no terreno da luta de classes: “a classe trabalhadora, seja como força unificada, seja fragmentada em setores concorrentes, esforça-se para obter as melhores condições possíveis para a sua própria renovação, o que pode incluir um tipo e um nível particular de trabalho doméstico.” (VOGEL, 2022, p.358).

Vogel considera fundamental a luta do movimento de mulheres por direitos, ecoando Lenin⁷⁸, ela sustenta que a igualdade no capitalismo tem um aspecto contraditório e, nesse sentido, a luta por direitos democráticos tem uma importante implicação revolucionária: quanto mais se estende o direito a todas as pessoas, mais se revela o caráter econômico e social opressivo do capitalismo. A luta pela expansão dos direitos ameaça o domínio das relações capitalistas em duas frentes: ela reduz as divisões dentro e entre as classes oprimidas; e ao expandir o direito a cada vez mais pessoas, ela revela que o fundamento da sociedade burguesa não é a igualdade, mas a exploração. Vogel diz que a luta por direitos democráticos, ainda que nos moldes da democracia burguesa, longe de mero reformismo, pode apontar para a superação do capitalismo. Mas dada a posição diferencial de homens e mulheres na reprodução social, a contradição social reprodutiva no capitalismo impõe limites à efetivação da igualdade

⁷⁴ Foge ao escopo desta dissertação, mas considerar Mezzadri (2019, 2021) em conversa com o dossiê da Teoria de reprodução social (BHATTACHARYA, 2023a), ela diz que nem sempre existe uma demarcação tão nítida entre espaços e momentos de reprodução dos trabalhadores e da produção.

⁷⁵ Vogel faz considerações teóricas sobre o que chamou “socialização” do trabalho doméstico total (serviços públicos fornecidos pelo Estado, como saúde e educação pública, a reprodução de pessoas institucionalizadas em trabalho prisional, trabalhos militares, e a importação de trabalho migrante de fora das fronteiras).

⁷⁶ neste aspecto, Vogel conversa especialmente com o feminismo radical.

⁷⁷ Na sociedade capitalista, ela diz que a capacidade de gerar filhos por mulheres da classe trabalhadora impõe custos e pode comprometer a apropriação da mais-valia.

⁷⁸ *A Emancipação da Mulher* [The Emancipation of Women], Lenin (1966).

social real, e discute um horizonte que apenas na superação do capitalismo, através da revolução socialista (feminista), pode ser atingido.

4.1.2 O “feminismo marxista autonomista” de Federici, segundo Ferguson e Bhattacharya

A propósito da discussão sobre as especificidades do trabalho doméstico ou sócio reprodutivo, examinamos no capítulo dois como Federici reivindica uma tradição que tem o texto de Dalla Costa e James (1975) como um dos alicerces, e que remonta ao movimento operaísta. Tradição que, no mundo anglófono, é bastante difundida como “feminista marxista autonomista”.

Dalla Costa polemizando tanto com a esquerda ortodoxa quanto com a literatura do movimento de mulheres defendeu que o trabalho doméstico é produtor não só de valores de uso, mas produz a mercadoria *peculiar* força de trabalho, logo produz mais-valia. Federici recebe críticas que aparecem relacionadas à adesão a essa tradição, relacionadas ao exame de trabalho doméstico e de cuidados abstraído de forma acrítica do modelo de trabalho assalariado produtor de mercadorias para o capital, no capítulo dois, analisamos o que diz a literatura da economia feminista a esse respeito, conforme textos considerados precursores Himmelweit (1995), Folbre (1995), e também Carrasco (2003). Neste capítulo, trazemos algumas considerações a respeito da autora a partir do feminismo marxista, no que compete o seu exame do caráter do trabalho doméstico, e a aposta política defendida pela autora.

Susan Ferguson, da chamada teoria da reprodução social, é uma das autoras que insiste na discussão do trabalho doméstico e produção de valor. Conforme elaborado em Paul Smith (1978),

Embora a mercadoria força de trabalho possa ser vista como produto do trabalho doméstico, não se pode afirmar que a natureza mercantil desse produto afete o processo de trabalho doméstico, que seu caráter de valor está sendo levado em consideração (isso fica claro no fato de que o trabalho doméstico não para quando há uma superprodução em relação ao produto que produz). Sem essa indiferença à forma concreta particular de trabalho, o trabalhador doméstico não assume o caráter econômico do produtor de mercadorias. Consequentemente, o trabalho doméstico não pode ser visto como trabalho abstrato, a substância do valor. (SMITH, 1978, p. 206)

Usando categorias associadas à teoria do valor, Paul Smith afirma uma separação entre “trabalho concreto” e “trabalho abstrato”, e diz que o trabalho doméstico não pode ser visto como trabalho abstrato, e não produz mais-valia. Neste entendimento, Ferguson propõe uma separação entre interpretações no feminismo marxista, o que chamou “escola marxiana”, que em sua definição não se trata de um grupo explicitamente organizado, mas reúne autoras que como ela foram influenciadas pelo trabalho de Lise Vogel. “Eu chamo isso de marxiano não para estabelecer exclusividade em reivindicar a herança de Marx, mas para enfatizar nossa estreita adesão à teoria do valor.” (FERGUSON, 2020, p.165). E “feministas autonomistas”, por não “aderir estritamente a teoria do valor”.

Para embasar o seu argumento, a autora faz uma diferenciação entre “trabalho produtivo” e “trabalho improdutivo”, e entre “coisas que sustentam a vida”, “coisas úteis” e “coisas produzidas para venda”. Antes de adentrar o argumento de Ferguson propriamente, lembramos que Marx nunca apresentou uma definição fechada de “trabalho produtivo”, ou melhor, ele discute o conceito inclusive fora do modo de produção capitalista. No capitalismo, ele diz que o “trabalho produtivo” assume distinção bastante específica, no capitalismo esse conceito se estreita, estreitamente aderente às características peculiares desse mesmo sistema:

Por outro lado, porém, o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar. (MARX, 1996b, p.138).

Nesta passagem, Marx expõe o caráter aparentemente incongruente em que independente das qualidades, do valor social de um produto do trabalho, o que importa para o capitalista não é a capacidade produtiva de um trabalhador, não é a produção da mercadoria em si, mas a produção da mais-valia: neste ponto de vista, apenas é produtivo aquele trabalhador que produz mais-valia. Do ponto de vista capitalista,

trabalho produtivo não encerra uma relação entre o trabalhador e o produto do trabalho, sua utilidade, mas a relação especificamente social, em que o trabalhador “é meio direto de valorização do capital”. “Trabalho improdutivo” no autor se refere ao trabalho realizado enquanto serviço, quando há consumo de renda, e não produção de capital⁷⁹.

No caso da Ferguson, ela faz uma diferenciação entre “trabalho produtivo” e “improdutivo”, sustenta o conceito de “trabalho produtivo” no capitalismo enquanto trabalho que produz valor diretamente, quer dizer, diz respeito à produção de bens e serviços destinados à troca no mercado; já o “trabalho improdutivo” ela diz, não está sob domínio direto do capital: há objetivo distinto, responde a uma lógica distinta de produção. “Para a escola marxiana, o valor é determinado na produção de bens para troca; o que difere dos produtos do trabalho social-reprodutivo, que são consumidos na criação e sustentação da vida (não capital)” (FERGUSON, 2020, p.125).

Em diálogo com Marx, e (supostamente) de forma mais próxima à ele do que as “autonomistas”, ao alegar aderência estreita da “escola marxiana” à teoria do valor (ainda que nem “trabalho produtivo” nem “trabalho improdutivo” tenham sido pensadas por Marx para os propósitos em questão, o “trabalho reprodutivo”), Ferguson postula que o “trabalho sócio reprodutivo”, enquanto contribui para a produção da força de trabalho, escapa às definições de “trabalho produtivo”: “faz isso produzindo coisas para serem consumidas - coisas que sustentam a vida (não capital) em primeira instância.” Para ela, o trabalho sócio reprodutivo é portanto “trabalho improdutivo” (FERGUSON, 2020, p.123). Ela diz que este trabalho:

certamente contribui para criar uma mercadoria, a força de trabalho. Mas o faz produzindo coisas para serem consumidas – coisas que sustentam a vida (não o capital) em primeiro lugar. Seus produtos são refeições, roupas limpas, hortas comunitárias, ruas seguras, abrigos para vítimas de furacões e ossos consertados. São também “coisas” mais efêmeras, como amor, atenção, disciplina e conhecimento que compõem a base emocional e social da vida. São coisas úteis — coisas produzidas não para venda, mas para sustentar a vida. (FERGUSON, 2020, p.123).

⁷⁹ “... um ator, por exemplo, mesmo um palhaço, é um trabalhador produtivo se trabalha a serviço de um capitalista (o empresário), a quem restitui mais trabalho do que dele recebe na forma de salário, enquanto um alfaiate que vai à casa do capitalista e lhe remenda as calças, fornecendo-lhe valor de uso apenas, é um trabalhador improdutivo. O trabalho do primeiro troca-se por capital, o do segundo, por renda. O primeiro trabalho gera mais-valia; no segundo, consome-se renda.” (MARX, 1980, 137)

“Um escritor é trabalhador produtivo não por produzir ideias, mas enquanto enriquecer o editor que publica suas obras ou enquanto for o trabalhador assalariado de um capitalista.” (MARX, 1980, p. 137)

“... os cozinheiros e os garçons de um hotel são trabalhadores produtivos, porquanto seu trabalho se converte em capital para o dono do hotel. Essas mesmas pessoas no papel de criados são trabalhadores improdutivos, porquanto, ao invés de fazer capital com seus serviços, neles gastam renda.” (MARX, 1980, p. 138).

Conversando com as “feministas autonomistas”, Susan Ferguson diz que elas fazem analogia da “reprodução” à “produção”, e afirmam que o “trabalho doméstico”, ou “trabalho reprodutivo” produz direta ou indiretamente o valor. Sobre as “feministas autonomistas”, ela cita especialmente os trabalhos de Dalla Costa (1973), Fortunati (1981), e Mezzadri (2019), e Federici. Ela diz que estas autoras assimilam a visão do marxismo autonomista⁸⁰, “movem-se do foco primordial no local de trabalho para ver o capitalismo enquanto um sistema totalizante” — significa que o capitalismo “organiza *todos* os membros da sociedade (donas de casa, estudantes e desempregados junto aos assalariados) na produção da riqueza do qual ele se apropria” (FERGUSON, 2020, p.122).

Ferguson insiste que Federici compõe uma leitura “feminista autonomista”, diz que essas autoras discutem a subsunção capitalista do trabalho não assalariado, como o trabalho doméstico, quer dizer, o trabalho doméstico está inserido em relações de produção, como “trabalho produtivo” e produz valor. Ferguson diz que isto embasava a estratégia de recusa do trabalho do “feminismo autonomista”: se as mulheres “trabalhadoras domésticas” produtoras de mais valia param de realizar este trabalho, o capital é diretamente afetado. Algumas citações são destacadas por Ferguson, no texto original de 1975, Federici diz que:

até o presente momento, a classe trabalhadora — homens e mulheres — teve a sua jornada de trabalho definida pelo capital, entre bater um ponto e outro. Isso definia o tempo em que pertencíamos ao capital e o tempo em que pertencíamos a nós mesmos. Mas nunca pertencemos a nós mesmos, sempre pertencemos ao capital, em todos os momentos de nossa vida[...] (FEDERICI, 2019c, p.82).

Lembramos que o conceito da Ferguson de “trabalho sócio reprodutivo” se baseia numa distinção entre “trabalho produtivo” e “trabalho improdutivo”, e entre “coisas que sustentam a vida”, “coisas úteis” e “coisas produzidas para venda”.

Ela analisa as trabalhadoras e trabalhadores sócio reprodutivos como “trabalhadores improdutivos” (“trabalho sócio reprodutivo pago” ou “não pago”)⁸¹, e

⁸⁰ Movimento conectado às lutas dos operários, nos anos 1960 na Itália.

⁸¹ Ela diz que o trabalho não pago sócio reprodutivo inclui as atividades de produção da vida (*life making*) que se realizam em tempos e espaços além dos imperativos imediatos da produção capitalista do valor.

afirma que, a despeito de ser um trabalho necessário à reprodução capitalista, e em maior ou menor grau inserido à lógica capitalista, estes trabalhadores(as) estão menos sujeitos ao controle direto do capital: porque o produto desse trabalho é outra vida humana, o trabalho social reprodutivo tende a ser socialmente interativo por natureza (FERGUSON, 2020, p.128). Esse produto responde, se comporta, de formas não imaginadas, não esperadas para cumprir com certos padrões de eficiência ligados à expectativa dos supervisores. “Pode haver uma tendência totalizante em funcionamento, mas o trabalho concreto nunca pode ser totalmente idêntico à sua forma abstrata[...]” (FERGUSON, 2020, p.129). Ela cria essas separações de conceitos, “trabalho produtivo”, “improdutivo”, “trabalho concreto” e “abstrato”, e diz que porque o trabalho sócio reprodutivo é “produção da vida”, em primeira instância, e não produção do capital/valor, diz que as/os trabalhadoras(es) sócio reprodutivos experienciam e resistem ao conflito capital-vida na prática de trabalho, eles resistem à “dominação total”, o que na sua leitura, é uma questão mal resolvida na literatura “autonomista”: segundo Ferguson, apresentando todas as relações sociais como relações de produção, e o “trabalho reprodutivo” como “trabalho produtivo”, elas não refletem a resistência emergindo dentro do sistema. Ferguson conclui que existem implicações estratégicas derivadas dessa questão do valor, enquanto ambas “autonomistas” e “marxianas” concordam que greve é uma forma de resistir ao capital, e forjar novas sociedades, em sua visão elas diferem na sua concepção de greve. Em sua visão, para as “autonomistas” as possibilidades de resistência não se criam das relações de produção, mas devem ser forjadas *além* das relações capitalistas, fora do capital, já a “escola marxiana” quer “quebrar o sistema por dentro”. (FERGUSON, 2022, p.130).

Ao colocar em questão os conceitos empregados pelas “autonomistas”, Ferguson nos apresenta, ela mesma, uma conceituação em que fica nublada a capacidade de resistência no “trabalho produtivo”, diretamente subsumido ao capital, quer dizer, a discussão da “dominação total” na autora carece de inferência política. De todo modo, vamos retomar os textos de Federici, e examinar os próprios conceitos utilizados (ver 4.1 e 4.2).

Sobre a trabalhadora e o trabalhador sócio reprodutivo pago ela inclui desde trabalhadoras domésticas pagas a trabalhadores do setor público: “o trabalho de zeladores de escolas do setor público, professores, trabalhadores de apoio pessoal, enfermeiras e assim por diante” (FERGUSON, 2020, p.126).

Outra autora da chamada teoria de reprodução social, Bhattacharya (2022) pretende subscrever a Paul Smith (1978), quando retoma a questão da produção do valor, baseada na distinção “trabalho produtivo” e “trabalho improdutivo”, “valores de troca” e “valores de uso”, e sustenta a afirmação que trabalho doméstico não produz mais-valia (2022, p.128). Neste aspecto, ela diz discordar de Dalla Costa, Selma James (1975) e Federici, esta última autora ela não menciona o texto. Bhattacharya afirma que há espaços separados da produção do valor; e da reprodução da força de trabalho, esta última, localizada predominantemente nas famílias da classe trabalhadora, espaço fundamental da reprodução geracional e a recuperação diária do trabalhador por meio de comida, abrigo e cuidados psíquicos, funções realizadas desproporcionalmente por mulheres. Ela acrescenta ainda outras relações e instituições sociais que compõem o “circuito de reprodução social”, “sistemas públicos de educação e saúde, instalações de lazer comunitárias, pensões e benefícios para os idosos” que compõem os “hábitos” da classe trabalhadora de determinada sociedade (BHATTACHARYA, 2023b, p.127).

A autora afirma a separação espacial da produção do valor e da reprodução social, em formas históricas de aparência. Na aparência há dois espaços e processos separados, de produção e reprodução: o trabalhador faz parte da produção apenas enquanto produz mais-valia, e com o fim da jornada laboral, o capital abandona o controle sobre o trabalhador “livre”, no senso comum “o capital abandonaria o controle sobre o processo de regeneração do trabalhador, e portanto da reprodução da força de trabalho” (BHATTACHARYA, 2023b, p.129). Mas não enquanto processo: ela diz que estes espaços estão operacionalmente ligados. Curiosamente (ainda que subscrevendo a Paul Smith), em determinados aspectos, quando insiste contra a percepção de senso comum que o capital renuncia a todo controle sobre o trabalhador quando ele sai do local de trabalho, o seu artigo lembra o feminismo italiano de Federici: Bhattacharya acrescenta “a relação salário/trabalho impregna os espaços da vida cotidiana não remunerada” (2023, p.147).

Ela retoma a crítica da economia política de Marx, e sua visão do binômio “econômico” e “político” (que também versava, da sua maneira, o binômio “produção” e “reprodução”):

Desse modo, é preciso abandonar não apenas a estrutura de esferas distintas de produção e reprodução, mas também – porque a reprodução está ligada dentro do capitalismo à produção – revisar a percepção do senso comum de que o capital renuncia a todo controle sobre o trabalhador quando ele sai do local de trabalho (BHATTACHARYA, 2023b, p.131).

Ela diz que em termos de processo de acumulação, o trabalhador pertence ao capital antes mesmo de vender-se ao capitalista, e ecoa Marx:

Na realidade, o trabalhador pertence ao capital ainda antes de vender-se ao capitalista. Sua servidão econômica é a um só tempo mediada e escondida pela renovação periódica da venda de si mesmo, pela troca de seus padrões individuais e pela oscilação do preço de mercado do trabalho. (MARX, 1996b, p.210).

Neste quadro de servidão mais ampla, renovada periodicamente, “produção” e “reprodução” se relacionam de forma complexa, conformando uma totalidade. Ela lembra que existe uma tensão entre a valorização do capital, e de outro as necessidades, e objetivos de trabalhadoras e trabalhadores, e que estes são sempre reproduzidos faltando em suas necessidades, pois o processo existe para a valorização do capital e não para o “desenvolvimento de si”.

Em contexto de ataque de organizações baseadas em interesses, e à classe trabalhadora global, e a emergência de novos movimentos sociais, nas últimas décadas, Bhattacharya discute classe trabalhadora como sujeito revolucionário, e propõe reconsiderar a luta de classes, em seu texto *Como não passar por cima da classe* (2023b). Ela ecoa as reflexões de Raymond Williams, feita no início dos anos 1980, à luz dos ataques contra a classe trabalhadora no thatcherismo, e o avanço de teorias liberais:

Todos os movimentos sociais relevantes nos últimos trinta anos começaram externos aos interesses e às instituições de classe organizados. O movimento pacifista, o movimento ecológico, o movimento das mulheres, as agências de direitos humanos, as campanhas contra a pobreza e a falta de moradia todos têm esse caráter surgiram de necessidades e percepções para as quais as organizações baseadas em interesses não tinham espaço ou tempo, ou simplesmente porque não foram percebidos (WILLIAMS, 2015, p.130).

Ela pontua necessidades e percepções além da “luta econômica”, e que são mais percebidos pela classe trabalhadora:

O que é absurdo é descartar ou subestimar esses movimentos como se fossem “questões de classe média”. É uma consequência da própria ordem social que essas questões sejam qualificadas e rechaçadas dessa maneira. É igualmente absurdo afastá-las por não serem relevantes para os interesses centrais da classe trabalhadora. Em todos os sentidos reais, elas pertencem a esses interesses centrais. São os trabalhadores que estão mais expostos a processos industriais perigosos e danos ambientais. São as mulheres da classe

trabalhadora que mais precisam de novos direitos das mulheres. (WILLIAMS, 2015, p.206).

Williams alerta os perigos da dicotomia entre “luta de classes” e “novos movimentos sociais”, se afinal são os trabalhadores “mais expostos a processos industriais perigosos, e danos ambientais”, e “as mulheres da classe trabalhadora as que mais precisam de novos direitos das mulheres”. Bhattacharya afirma que, se em determinado momento histórico, as organizações que defendem a luta de classes como os sindicatos, não são insurgentes, isto não significa o fim da luta de classes, nem que ela aconteça além da classe. Sobre os “novos movimentos sociais”, nos quais se incluem o movimento de mulheres, ela ecoa Williams: “não há uma dessas questões que, acompanhada, tenha falhado em nos levar aos sistemas centrais do modo de produção industrial-capitalista e [...] ao seu sistema de classes”.

Ela nos convida a refletir a totalidade da produção do valor e reprodução da força de trabalho, fala em processo de acumulação, que não é indiferente às categorias de raça, sexualidade ou gênero, e Bhattacharya diz que “a relação salário/trabalho impregna os espaços da vida cotidiana não remunerada.” (2023b, p.147. A autora reflete estrategicamente as vantagens de lutas na “produção”⁸² e a possibilidade de organização em espaços de reprodução da vida mais amplamente, por “parcelas de civilização”, refletem necessidades sociais e são mais percebidas por trabalhadoras(es). Ela aposta na possibilidade (e necessidade) de solidariedade de classe, na diferença.

Até aqui expomos a visão de autoras inscritas a Paul Smith, a partir de Vogel (2022), Ferguson (2020) e Bhattacharya (2023b), sendo as duas últimas identificadas com a chamada teoria de reprodução social, e que diferem do que no mundo anglófono tem sido chamado “feminismo autonomista”.

A seguir vamos trazer aportes sobre o marxismo de Federici, e suas contribuições para a questão do caráter do “trabalho doméstico”, ou “trabalho reprodutivo”, e a questão das esferas separadas, e que denotam a sua interpretação da crítica da economia política de Marx.

4.2 O marxismo de Federici

⁸² Representa uma forma imediata de confrontar o capital, a tensão de interesses capital-trabalho explicitados, e a possibilidade de ação no ponto de produção, o encerramento de atividades produtivas. Mas afirma, conforme Marx e Engels adiantaram, que a “luta econômica” não é suficiente.

Em diferentes publicações, Federici afirma a atualidade de Marx, e sua contribuição para o movimento de mulheres.

Ela analisa como Marx examinou criticamente a exploração do trabalho de mulheres operárias no desenvolvimento do capitalismo, e teve relevante trabalho político: como secretário da I Internacional, lembra que Marx se opôs às tentativas de excluir as mulheres do trabalho fabril (BROWN, 2012), diferente da posição assumida por certos economistas, políticos e filantropos, clamando contra a “destruição” da família (em sua forma antiga patriarcal), Marx via algum potencial libertador da grande indústria, em libertar as mulheres do regime patriarcal.⁸³

A autora afirma que ele deu contribuições da crítica do trabalho no capitalismo pra crítica feminista, os capítulos de *O Capital*, a jornada de trabalho e maquinaria e grande indústria, ela diz, são importantes sobre as tendências estruturais da produção capitalista, e da desvalorização da força de trabalho.

Em especial, Federici afirma a contribuição do método histórico materialista “não apenas ajudou a demonstrar que as hierarquias e identidades de gênero são construções” como apontado por Holmstrom (2002). Ela acrescenta, também em menção ao trabalho de Selma James, *Sexo, raça e classe* (2012)⁸⁴:

suas análises sobre a acumulação capitalista e a criação de valor deram também às feministas da minha geração ferramentas poderosas para repensar tanto as formas específicas de exploração a que as mulheres foram submetidas na sociedade capitalista quanto a relação entre sexo, raça e classe (FEDERICI, 2017a, p.85).

A autora fala da iluminação teórica que foi o capítulo da “reprodução simples” em *O Capital*, para o feminismo marxista anos 1970, Federici diz:

tal como a confirmação de nossa suspeita de que a classe capitalista nunca teria permitido que tanto trabalho doméstico sobrevivesse se não tivesse visto a possibilidade de explorá-lo. Ler que as atividades que reproduzem a força de trabalho são essenciais para a acumulação capitalista trouxe à luz a dimensão de classe de nosso rechaço. Mostrou que *este trabalho depreciado, sempre naturalizado, sempre desdenhado pelos socialistas como retrógrado, foi, na realidade, o pilar da organização capitalista do trabalho*. Isso resolveu a questão controversa da relação entre gênero e classe, e nos deu

⁸³ Mesmo que ela crie polêmicas com o autor, simultaneamente dizendo “isso é coerente com a sua convicção, de toda uma vida, de que o capitalismo – apesar de toda a sua violência e brutalidade – era um mal necessário e uma força progressiva” (FEDERICI, 2017a, p.8)

⁸⁴ Original de 1974.

ferramentas para conceituar não só a função da família, mas a profundidade do antagonismo de classe nas raízes do capitalismo (2017, p.103, grifo nosso).

Federici se tornou conhecida por seus comentários a respeito de Marx, afirma que Marx não tem muito a dizer sobre “gênero”, e polemiza sobre um ponto de vista sexista no autor, quando diz que a identificação marxiana do capitalismo com o advento do trabalhador “livre” contribui para a ocultação e naturalização da esfera da reprodução:

A imagem de um trabalhador que vende livremente seu trabalho, ou que entende seu corpo como um capital que deva ser entregue a quem oferecer o melhor preço, se refere a uma classe trabalhadora já moldada pela disciplina do trabalho capitalista. Contudo, é apenas na segunda metade do século XIX que se pode vislumbrar um trabalhador como este – moderado, prudente, responsável, orgulhoso de possuir um relógio (Thompson, 1964) [...] um tipo que personifica a utopia capitalista e é ponto de referência para Marx. (2017b, p.244).

A esse propósito, também estende as críticas a Foucault, que examina poder e disciplinamento, mas não se interessa sobre a reprodução, e “nunca menciona um dos ataques mais monstruosos perpetrado na era moderna contra o corpo: a caça às bruxas” (FEDERICI, 2017b, p.8).

Ao mesmo tempo que atribui à obra de Marx a iluminação teórica para o feminismo marxista nos anos 1970, mostrou que “este trabalho depreciado, sempre naturalizado, sempre desdenhado pelos socialistas como retrógrado, foi, na realidade, o pilar da organização capitalista do trabalho” (FEDERICI, 2017, p.103), ela se posiciona contra a esquerda tradicional, não Marx propriamente, quem deu ferramenta para o movimento de mulheres conceituar “não só a função da família, mas a profundidade do antagonismo de classe nas raízes do capitalismo”. E como afirmou em outros momentos “até quem critica Marx precisa tomar a sua análise como ponto de referência para decifrar os movimentos do capital e as perspectivas de seu desenvolvimento futuro” (FEDERICI, 2021b, p.149).

Ela diz que seu método permitiu que muitas feministas marxistas propusessem a partir de sua linguagem, do método, no sentido que a práxis informa a teoria, não sendo adequado tomar a teoria e categorias universalmente. O que, segundo Federici, permitiu “resolver a questão controversa da relação entre gênero e classe”, baseado no exame da reprodução da força de trabalho como o pilar da organização capitalista do trabalho.

No que toca à relação entre feminismo e marxismo, vimos que nem todas as autoras concordam que a questão controversa da relação entre gênero e classe tenha sido resolvida. Posições variam desde afirmações o marxismo é indiferente ao gênero (*gender blind*), avaliação que levou parte das autoras do feminismo socialista a proclamar um distanciamento do marxismo e desenvolvimento de uma teoria do patriarcado⁸⁵,

Enquanto nós acreditamos que a metodologia marxista possa ser usada para formular estratégia feminista, essas abordagens feministas marxistas discutidas claramente não fazem isso; o marxismo delas claramente domina o feminismo (HARTMANN, 1979, p.7).

Quando diz “muitas feministas marxistas”, no caso, Hartmann se refere basicamente a Dalla Costa⁸⁶ (1975), também comenta um texto popular à época de Zaretsky (1974). Ela afirma que nestas abordagens há relação de dominação do marxismo sobre o feminismo, ainda que afirme o método possa ser usado para formular estratégia feminista.

Uma questão presente na literatura feminista marxista, sobre Marx e “gênero”, gerou uma conversa entre Federici (2021b) e Bellamy Foster (2019), em que contrapõe formas distintas de entender os porquês, dos silêncios de Marx e, sobretudo, a questão sobre como desenvolver o legado da economia política, para a libertação das mulheres.

Uma das razões apontadas na literatura pelos silêncios de Marx acerca do “trabalho reprodutivo” é a quase ausência deste trabalho à época do autor, uma vez que a família inteira era empregada na indústria, em longas jornadas, como diz Federici em diferentes textos. Conforme estudo de Margaret Hewitt⁸⁷, consultando relatos de inspetor de fábrica em 1844, uma operária típica tinha:

Meia hora para amamentar sua filha e levá-la para o berçário; uma hora para deveres domésticos antes de sair de casa; meia hora para transportar-se até a fábrica; 12 horas efetivas de trabalho; uma hora e meia para refeições; meia hora para retornar para casa a noite; uma hora e meia para mais deveres domésticos e preparar-se para dormir, restando seis horas e meia para

⁸⁵ “(...) conjunto de relações sociais entre homens, que tem uma base material, e as quais, através de hierarquia estabelecem ou criam solidariedade entre homens que permitem a eles dominarem mulheres” (1979, p.11).

⁸⁶ “As feministas marxistas que analisaram o trabalho doméstico também subsumiram a luta feminista na luta contra o capital. A análise teórica do trabalho doméstico de Dalla Costa é essencialmente um argumento sobre a relação do trabalho doméstico com o capital e o lugar do trabalho doméstico na sociedade capitalista e não sobre as relações de homens e mulheres exemplificadas no trabalho doméstico.” (HARTMANN, 1979, p.5).

⁸⁷ *Wives and Mothers in Victorian Industry* (1958).

recreação, convivência com amigos e sono; e no inverno, quando é mais escuro, meia hora extra até a fábrica e mais meia hora no caminho de volta para casa (HEWITT, 1958, p.22).

Marx comenta que o fechamento de uma fábrica têxtil teria ao menos um efeito positivo, um tempo suficiente para amamentação dos filhos, em vez de envenená-los com opiáceos:

dispõem agora de tempo necessário para amamentar seus filhos, em vez de envenená-los com Godfrey's Cordial. Elas têm tempo para aprender a cozinhar. Infelizmente, o tempo para dedicar-se às tarefas da cozinha coincidia com momentos em que não tinham o que comer [...] A crise a que nos referimos também era usada para ensinar as filhas dos trabalhadores a costurar nas escolas. Foi necessário que uma revolução surgisse na América do Norte, e que uma crise mundial fosse desencadeada, para que algumas garotas trabalhadoras pudessem aprender a costurar, cujo trabalho consistia em fiar para o mundo inteiro! (MARX, 1996b, p. 28)

Para Bellamy Foster e Brett Clark (2019), devemos considerar ainda a estrutura do texto *O Capital*:

As categorias usadas, como aquelas associadas com a teoria do valor – à qual Marx adaptou e desenvolveu a partir dos clássicos da economia política e sobre a qual pensava viabilizar a análise científica do capital como sistema – não eram, para ele, universais, mas sim categorias históricas específicas a serem superadas pela transcendência revolucionária do próprio sistema capitalista (FOSTER, CLARK, 2019, p.8)

Bellamy Foster e Clark afirmam que a crítica da economia política esteve focada numa lógica interna de valorização, mas que o capital em seu processo de expansão ilimitada, objetiva “o roubo de todas as condições normais de trabalho e de vida” e quer transcender “certas barreiras naturais não mais transponíveis” (MARX, 1996b, p.100). Quer dizer, enquanto precisou examinar a lógica interna do capital, eles acreditam que Marx já pensava os limites dessa lógica (abstrata), limites naturais e do corpo humano, que extrapolam o terreno “econômico” e trazem conflitos para a valorização ilimitada⁸⁸.

Eles afirmam que Marx primeiro precisou fazer a crítica da economia política clássica burguesa, na qual a valorização do capital tem uma concepção ideal e um processo intrínseco, e uma lógica interna de geração de valor ou valorização, e que “essa concepção ideal do capital precisa ser submetida a uma crítica completa desde o início, no nível abstrato (como no livro 1 de *O Capital*)” (2019, p.11) pra

⁸⁸ De forma mais premente, para Bellamy e Clark, a resposta em Marx está na “assim chamada acumulação primitiva”, em referência a crítica à economia política clássica burguesa, que para os autores está além da crítica da valorização imediata do Capital.

sucessivamente atingir níveis de abstração menores, e alcançar a análise das determinações histórico-concretas. (FOSTER, CLARK, 2019, p.9).

Os autores fazem uma diferenciação entre os conceitos “exploração” e “expropriação”, e dizem que quando Marx fala em expropriação, a expropriação e monopolização da terra como uma necessidade contínua, que torna possível a exploração da força de trabalho, o autor revela que o sistema capitalista existe invariavelmente no meio natural, e é levado a transcender as “condições de produção externas e naturais”, inclusive relativas ao “trabalho reprodutivo”.

do ponto de vista do próprio sistema de geração de valor via produção de mercadorias, tais zonas externas à produção mercantil, incluindo a reprodução da força de trabalho e a expropriação da natureza, eram consideradas como “presentes gratuitos... para o capital” e eram excluídas dos cálculos de valor (e de renda) (BELLAMY FOSTER, CLARK, 2019).

Eles continuam: “exploração” tem troca de equivalentes, e “expropriação”, “em contraste com a exploração, não há troca de equivalentes, nem mesmo em termos formais, mas simplesmente roubo – usurpação, expropriação, dependência e escravização” (2019, p.11), e ainda citam Eleanor Marx para provar um argumento⁸⁹.

Em termos concretos, essa diferenciação “lógica interna” e “lógica externa” desaparece, já que o capitalismo depende de uma constante expansão, ele se reproduz na e além da produção imediata de valor. Federici, por sua vez, não adota essa diferenciação de “expropriação” e “exploração” proposta por Bellamy Foster e Clark (2019), tampouco entre “definição capitalista de trabalho produtivo” e “trabalho socialmente necessário”. Ela acha que é justamente aí que reside a obliteração, a eliminação capitalista do “trabalho reprodutivo” não remunerado: diz que a diferenciação de conceitos (para o processo cognitivo, digamos assim) contribui para a codificação da separação entre “produção” e “reprodução”, e reforça a invisibilização tipicamente capitalista do trabalho doméstico e de cuidados, e sua a naturalização como o “trabalho de mulheres” (FEDERICI, 2021b, p.137)⁹⁰.

Ela acrescenta ainda que adotar essa diferenciação entre “exploração da força de trabalho” e “expropriação das condições de produção” não é suficiente, e usando a

⁸⁹ Eleanor Marx-Aveling e Edward Aveling dizem que “as mulheres... foram expropriadas tanto em seu direito como seres humanos, quanto como trabalhadores eram expropriados de seus direitos como produtores”, *Thoughts on Women and Society* (1987, p.17).

⁹⁰ E que em sua visão ao adotar a separação, Marx teria perdido a oportunidade de desvelar pressuposições da economia política clássica.

definição de trabalho produtivo em Marx: “Trabalho produtivo seria então o que produz mercadorias ou o que diretamente produz, forma, desenvolve, mantém, reproduz a própria força de trabalho.” (MARX, 1980, p.151). Sim, uma definição menos usualmente lembrada do autor, nos alerta que Marx nunca apresentou uma definição fechada do conceito, e aqui ela está explorando o conceito “trabalho produtivo” sem se ater estritamente ao parâmetro da mercadoria: como trabalho produtor de mercadoria, e também aquele que produz, forma, desenvolve, mantém, reproduz a força de trabalho, enfim, produção da riqueza em sentido amplo: inclusive, mas não estritamente, o que vem a gerar mais-valia.

Examinar as esferas separadas, desde à caça às bruxas europeia, levou Federici a afirmar: a expropriação, das terras, dos corpos, de um modo de vida, *todos aqueles e aquelas previamente expropriados*, ainda que não estritamente submetidos às relações de produção, não estão simplesmente fora do processo produtivo e da disciplina capitalista (FEDERICI, 2017b).

Quer dizer, a autora não gosta de diferenciar “lógica interna da produção do valor” da “lógica externa” (ou “determinações externas”), “trabalho produtivo” e “improdutivo”, ou “trabalho que gera mais-valia” e “trabalho que cria a vida”⁹¹, enfim, ela acha que isso codifica a separação histórica, acaba por nublar a natureza do capitalismo. Acreditamos que essa realização, da complexidade da acumulação capitalista, está no cerne do marxismo de Federici, discussão provocada pelo movimento feminista (na Europa Ocidental, e nos EUA) há pelos menos cinquenta anos.

4.2.1 Isso que chamam amor... Para além da dicotomia “produção” e “reprodução”

Desde pelo menos a sociedade industrial, uma separação progressiva, lenta e não natural (com algumas tentativas organizadas de banir mulheres das fábricas) foi conformando a “produção” separada da “reprodução”, e institucionalizando a dependência do trabalho assalariado sobre o trabalho doméstico, e a subordinação estrutural de quem realiza esse trabalho, substancialmente mulheres, e não recebe por ele.

⁹¹ Como foi visto a propósito de Ferguson (2020).

É bem documentado o efeito da revolução industrial sobre as famílias, comunidades, e as mulheres da classe trabalhadora na Inglaterra vitoriana (HEWITT, 1958), a reforma social do Estado, empregados e sindicatos que transformou a fábrica, a casa e a comunidade, fazendo emergir a figura da “dona de casa”, enquanto os salários mais altos do homem-provedor emergindo como um distintivo de respeitabilidade masculina, frente uma classe trabalhadora mais empobrecida (SECCOMBE, 1993).

Foram sendo criadas esferas de *aparência* separada, enquanto essencialmente, operacionalmente, “produção” e “reprodução” estão numa relação de dependência complexa, tensa, e dinâmica. Essa realização levou feministas do movimento de mulheres a versar, a discutir o problema tentando decodificar o que não é aparente (exame que não apenas foge ao senso comum, mas implica desnudar, questionar as relações de poder)⁹². Decodificar a separação histórico concreta, muitas vezes empregando conceitos como “exploração”, para examinar o trabalho doméstico não pago em relação à “produção”. Neste contexto, mulheres em subordinação estrutural na família nuclear patriarcal são exploradas, numa leitura não intuitiva da “produção”.

Propomos recuperar a discussão das esferas separadas no marxismo de Federici, lembrando a discussão nos anos 1970, e trazendo novos aportes de entrevistas e publicações recentes, no que a autora especifica características do “trabalho doméstico”, ou “trabalho reprodutivo”.



Intervenção em muro na Argentina, feita pela muralista Passos. Texto de Federici.

⁹² Diversas autoras contribuíram para essa discussão, além de Vogel e Federici, no feminismo materialista francês, Christine Delphy (1984), Kergoat (2010), na economia feminista, Folbre (1991); nas teóricas da reprodução social, ver Bhattacharya (2023).

“No que se refere às mulheres, seu trabalho parece ser um serviço pessoal externo ao capital” (DALLA COSTA, 1975, p.62). Essa frase presente tanto em Dalla Costa quanto reproduzida em Federici, ou nas suas próprias palavras, “isto que chamam amor é trabalho não pago” (FEDERICI, 2019a), até hoje é reproduzida, como na figura apresentada, nos lembra a relevância e urgência da discussão, da naturalização do trabalho doméstico como aspecto da feminilidade, que penaliza sobretudo mulheres da classe trabalhadora, imigrante, racializada e empobrecida.

Já discutimos de que forma o texto de Dalla Costa (1975) polemizou com a esquerda tradicional e a literatura do movimento de mulheres, acendendo (voluntária ou involuntariamente) um debate ortodoxo. Numa de suas primeiras publicações (2021a), Federici responde um conjunto de textos que a seu ver terminava por situar o trabalho doméstico fora do capitalismo, como um “trabalho de amor”, e as “trabalhadoras domésticas” num limbo político (capítulo dois).

Por ocasião Lopate (1974), Zaretsky (1974), Vogel (1973), dentre outros autores(as), fizeram variações de um argumento que se mostrava incapaz de situar o trabalho doméstico como parte da construção social capitalista, como parte de um mesmo sistema.

Lopate diz, “talvez tenhamos que decidir que o trabalho doméstico não é nem produção, nem consumo”. E afirma, a esfera privada familiar é o último refúgio onde “mantemos nossa alma viva” (LOPATE, 1974, p.11). No texto de Zaretsky, ele sustenta que “as donas de casa fazem e não fazem parte da classe trabalhadora”. Diz também que “as mulheres também precisam de um movimento socialista [...] e nenhum movimento que seja composto apenas por mulheres pode substituí-lo” (ZARETSKY, 1974, p.83-99 apud FEDERICI, 2021a, p.56). Em *A família terrena*, Vogel propõe que o trabalho doméstico não pago seja categorizado, nem produtivo, nem improdutivo, mas “primariamente trabalho útil”, ou “trabalho não alienado”, aquele que “tem o poder, sob as condições certas, de sugerir uma sociedade futura na qual todo o trabalho seja primariamente útil” (VOGEL, 1973, p.26).

Vimos no capítulo 1 como no *Marxismo e a opressão às mulheres* Vogel (2022) responde a Federici, ela faz uma importante discussão dos dois sistemas (abordagem dominante), e propõe o que chamou abordagem da “reprodução social”. Essa abordagem permite examinar as especificidades do trabalho doméstico na mesma matriz do capitalismo hegemônico, não em isolamento. Quer dizer, o trabalho doméstico não é

“trabalho útil”, tampouco “a possibilidade do trabalho não alienado” (VOGEL, 1973). Ela destaca as famílias como o local onde a maior parte da reprodução geracional e a reposição da força de trabalho acontece, o contexto em que crianças nascem e crescem, e frequentemente, onde indivíduos inativos vivem. Ela ainda insiste que este trabalho é realizado “fora da produção capitalista”, (e nisto se diferencia de Federici, já vimos que ela não faz distinção categorial o que tá “fora” e “dentro”, “produção”, “não produção”, “lógica interna”, “lógica externa”) o que parece afirmar seu distanciamento de algum tipo de *paralelismo*, semelhança ou correspondência às relações de produção, algum tipo de equivalência de trabalho assalariado e trabalho doméstico, que Vogel percebia na literatura feminista marxista.

Mas nos parece que negar *paralelismo*, não significa necessariamente postular isolamento do trabalho doméstico dos processos de produção capitalista. E aí Vogel retoma, pelo menos numa longa nota de rodapé, uma importante reflexão neste sentido⁹³:

as unidades para a realização do trabalho doméstico constituem um subconjunto especial de unidades sociais na sociedade capitalista. São formas concretas materializadas pela relação entre *a ausência de propriedade e a ausência de posse da classe trabalhadora sobre os meios e condições de produção* (VOGEL, 2022, p.351, grifo nosso).

Vogel diz que dada a separação histórica da “produção” e “reprodução”, e porque essas unidades domésticas refletem que os trabalhadores e trabalhadoras *já foram expropriados, quer dizer, materializam a relação de ausência de propriedade e ausência de posse*, “elas não podem ser vistas como enclaves privados que se desenvolvem em relativo isolamento dos processos de produção capitalista” (VOGEL, 2022, p.351). Ela diz que a forma, a composição e a estrutura interna são diretamente afetadas pela acumulação capitalista, e acrescenta com cautela que “falar de unidades de trabalho doméstico como contrapartes daquelas da produção capitalista não implica simples *paralelismo*”. (VOGEL, 2022, p.353). Nas unidades domésticas não há isolamento do processo de produção, tampouco simples paralelismo, do doméstico-privado em relação às relações de produção: Vogel sugere, ainda que em caráter preliminar, a produção-reprodução enquanto unidade diferenciada.

⁹³ Cabe notar a influência dos autores Poulantzas, (1975), Althusser e Balibar (1970), e Bettelheim (1975) sobre Vogel (2022).

Enfim, mas vamos retornar à Federici, mais especificamente, o que diz respeito ao que Vogel chamou de paralelismo. Talvez seja interessante trazer um trecho de entrevista recente de Federici⁹⁴:

A mais-valia é um produto social. Em nenhum caso se trata de um produto pertencente a uma pessoa ou atividade específica. Este aspecto desenvolvido por Marx ainda é muito importante e válido. Sob o capitalismo, a produção de valor nunca deriva de um lugar específico, mas é socialmente determinada. Ou seja, trata-se de uma “extensa linha de montagem” (uso o termo no sentido figurado), necessária à geração de mais-valia. Obviamente, a mais-valia é gerada pela venda dos produtos do trabalho no mercado. Se você tem uma fábrica que produz uma dúzia de carros que nunca são vendidos, não há mais-valia.

Partindo de Marx, ela apresenta a mais-valia como um produto social. Diz que a produção de valor nunca deriva de um lugar concreto, mas é determinada socialmente. A mais valia é gerada na troca, na venda ao mercado, dos produtos do trabalho, “se uma fábrica produz uma dúzia de carros que não chegam a serem vendidos nunca, não se gera mais valia.”

Ela recorre ao sentido figurado extensa cadeia de montagem, no sentido que existe uma dependência (não aparente) do capital em relação às esferas do tecido social. Ela apresenta essa dependência como livre apropriação de “imensas áreas de trabalho e recursos que precisam aparecer para o mercado como *externalidades*, como o trabalho doméstico não remunerado do qual se beneficiam os empregadores” (FEDERICI, 2019f, p.308). Mas ela não pretende postular relação direta, entre essa extensa cadeia de montagem, na qual está inserida a reprodução do e da trabalhadora, à produção da mais valia⁹⁵:

O que quero dizer com isto é que as atividades envolvidas na reprodução do trabalhador assalariado fazem parte dessa linha de montagem: fazem parte de um processo social que determina a mais-valia. Embora não possamos especificar uma relação direta entre o que acontece numa cozinha e o valor que é gerado, por exemplo, com a venda de um carro ou de qualquer outro produto, quando contemplamos a natureza social da produção de valor, desdobra-se uma “fábrica social” além da própria fábrica.

⁹⁴Fonte: <https://rebellion.org/la-cuestion-de-la-reproduccion-es-esencial-no-solo-para-la-organizacion-capitalista-del-trabajo-sino-para-cualquier-proceso-genuino-de-transformacion-social/>

⁹⁵ Fonte: <https://rebellion.org/la-cuestion-de-la-reproduccion-es-esencial-no-solo-para-la-organizacion-capitalista-del-trabajo-sino-para-cualquier-proceso-genuino-de-transformacion-social/>

Federici não precisa uma relação direta entre o que tem lugar em uma “cozinha” e a mais valia auferida na troca, mas diz examinar a natureza social da produção de valor. E para não recair em novas diferenciações categóricas, ela diz que se desdobra uma “fábrica social” (novamente, sentido figurado) além da própria fábrica.

Ela diz que “até quem critica Marx precisa tomar a sua análise como ponto de referência para decifrar os movimentos do capital e as perspectivas de seu desenvolvimento futuro” (FEDERICI, 2021b, p.149). E nesse sentido, sobre a natureza social do valor, ela questiona se a teoria do valor, tomada isoladamente, é suficiente para descrever a totalidade da acumulação do capital, o capital enquanto processo:

se a teoria do valor ainda descreve o processo de acumulação do capital ou não e se ainda podemos explicar a política econômica atual por meio da queda da taxa de lucro continuam a ser questões tão importantes quanto no fim da vida de Marx, e atualmente é difícil imaginar discutir relações sociais e políticas que não se apoiem em conceitos como mercantilização, alienação e exploração. A teoria feminista também tem se fortalecido pela metodologia de Marx, que enfatiza o caráter historicamente construído da realidade social e, assim, rejeita conceitos identitários naturalizados/perpetuadores. (FEDERICI, 2021b, p.149).

Ainda sobre a natureza social do valor, vamos lembrar sua discussão em *O Calibã e a bruxa* (FEDERICI, 2017b). Não pretendemos reproduzir questões levantadas por Federici direcionadas a Marx, que se propõe “repensar” conceitos que se julgam viesados no autor, como acumulação primitiva. Não nos valemos dessa discussão para repercutir as polêmicas nas quais a autora se envolve, mas no sentido em que essa discussão conversa com questões suscitadas pelo movimento de mulheres, e que ela se propõe responder.

A autora recupera em Marx o capital como relação de poder, poder de comando sobre o trabalho, e o capital enquanto processo, de acumulação sem fim, um fim em si mesmo, o capital enquanto auto expansão. Na história do capitalismo, o capital nunca se limitou à “lei do valor”: aprendemos em Marx que enquanto encontrou formas de expandir a mais valia por extensão e/ou intensificação de jornada (até um certo limite), o capital também almeja o roubo, por exemplo, quando paga menos que o necessário ao trabalhador, numa transgressão da “lei do valor”.

Bellamy Foster diz que o próprio Marx caminhou no sentido de abraçar as contradições totais, “internas” e “externas” à lei do valor. O conceito de acumulação primitiva expressava essa visão, o capital enquanto processo almeja “o roubo de todas

as condições normais de trabalho e de vida” e quer transcender “certas barreiras naturais não mais transponíveis” (MARX, 1996b, p.100). Federici, enquanto insiste em sexismo em Marx, parte da acumulação primitiva no autor enquanto processo fundacional, que revela as condições estruturais que tornam possível a sociedade capitalista e permite ler o passado como algo que estrutura o presente.

Por focar na caça às bruxas europeia, dos séculos XVI e XVII, não podemos falar propriamente na discussão do “trabalho doméstico”, mas alguns elementos destacados sobre a reprodução da força de trabalho apontam que a capacidade de procriação esteve no centro do disciplinamento, a tentativa de regular o crescimento populacional. Neste contexto histórico-específico, ela discute o processo de mecanização do corpo do proletário (discussão na filosofia moral), e propõe a tentativa de transformação do corpo das mulheres em uma máquina de produção de novos trabalhadores.

Um processo de disciplinamento que almeja simultaneamente eliminar o corpo rebelde e introduzir, implantar a figura do proletário obediente, enfim, disposto a cooperar no processo de acumulação. No caso das mulheres, ao menos à época da caça às bruxas, frente uma crise demográfica e econômica de proporção mundial, ela discute como instituições de poder usaram intencionalmente a tentativa de regular a procriação, e moldar uma nova feminilidade e masculinidade, a criminalização de práticas contraceptivas, a restrição e criminalização da prostituição, a perda de espaços na realização de partos como parte de uma reação institucional orquestrada, e que constitui condições de possibilidade do valor.

Ela investiga o corpo (coletivo) naturalmente indisciplinado, naturalmente não afeito à submissão ao trabalho assalariado, às relações de produção, o corpo rebelde, com capacidade de procriação - e saberes relativos a anticoncepção - em determinado momento foi uma ameaçada ao ideário mercantilista - e portanto, a tentativa de transformá-lo em máquina, “em instrumento para a reprodução do trabalho e para a expansão da força de trabalho, tratado como uma máquina natural de criação, funcionando de acordo com ritmos que estavam fora do controle das mulheres” (FEDERICI, 2017b, p.163).

Federici reflete afinal como o processo de acumulação primitiva é permanente, assume características específicas conforme novos regimes de acumulação, e incessantemente dependente da esfera do tecido social como condição do valor. Vimos que ela não especifica uma relação direta com a produção do valor, ela não pretende

“adesão estrita à teoria do valor”, mas apresenta a esfera do tecido social, da qual faz parte o trabalho doméstico (ou reprodutivo), como condição do valor, quer dizer que o trabalho doméstico produz amplamente o valor, dado que *não há proposta de diferenciação categorial do trabalho tomando por referência a mais valia*: o trabalho de reprodução da força de trabalho, porque realizado por pessoas previamente expropriadas, e ainda que não estritamente submetidas às relações de produção, nunca estão simplesmente fora do processo produtivo e da disciplina capitalista (FEDERICI, 2017b).

Nesse sentido, Federici diverge de autoras subscritas a Paul Smith, e apoiadas sobre uma diferenciação entre “trabalho abstrato” e “trabalho concreto”⁹⁶, especialmente Ferguson (2020), quem propõe uma diferenciação entre “trabalho produtivo” e “trabalho improdutivo”, entre “coisas produzidas para venda” e “coisas que sustentam a vida”, “coisas úteis”, não capital (e como foi visto, Ferguson acaba por nublar as possibilidades de resistência emergindo do “trabalho produtivo”).

4.3 Novas perspectivas para velhos e novos problemas

Examinamos que a questão do amalgamento do trabalho doméstico ao trabalho assalariado veio de diferentes lugares, dirigidas ao feminismo marxista dos anos 1970, sabemos que recentemente Varela (2020) retoma o assunto, mas nossa investigação permite afirmar que, tendo sido comentada por Vogel (2022)[1983], aparece de forma mais sistemática pelo menos desde os anos 1990, na questão das especificidades do trabalho de cuidados, em elaborações originais que lançam a chamada economia feminista⁹⁷.

Por oportuno, Federici comenta (sem especificar autoras) a crítica sobre o uso do conceito força de trabalho, que algumas feministas consideram reducionista “apontando que mulheres produzem indivíduos vivos — crianças, familiares, amigos — e não força de trabalho”.

Lembramos o que ela mesma dizia, em início dos anos 1970:

a partir de uma certa fase de desenvolvimento capitalista, as relações capitalistas tornam-se tão hegemônicas que toda relação social é subsumida

⁹⁶ Inclui Bhattacharya (2023b, p.128),

⁹⁷ No capítulo dois, apresentamos Himmelweit (1995) e Folbre (1995), e Carrasco (2003).

pelo capital e a distinção entre sociedade e fábrica entra em colapso, e então a sociedade converte-se em fábrica e as relações sociais tornam-se diretamente relações de produção. (FEDERICI, 2019e, p.25).

Em elaborações iniciais, afirma que “as relações sociais tornam-se diretamente relações de produção”. E acrescenta que, ao que Mario Tronti propôs, autoras da *WfH* acreditavam que a produção começava, e estava centrada na cozinha, no quarto, na sala (na medida em que estes eram os centros de produção da força de trabalho) (FEDERICI, 2019e, p.25).

E afinal, Federici diz que a crítica é bem colocada, recuperando comentários de Marx sobre Sismondi⁹⁸ (MARX, 1996a) “a capacidade de trabalho (...) nada é se não é vendida”, ele afirma que a força de trabalho é uma abstração.

Ela relaciona o “trabalho doméstico” ao “trabalho reprodutivo”:

Por “reprodução”, ou melhor, por “trabalho reprodutivo”, refiro-me ao complexo de atividades, relações e instituições que no capitalismo produzem e reproduzem força de trabalho que é a capacidade das pessoas de trabalhar. Estes incluem trabalho doméstico, criação de filhos, trabalho sexual, bem como formas de agricultura de subsistência que, em muitos países são parte integrante do trabalho doméstico. (FEDERICI, CARLIN, 2014, p.7).

E insiste no uso do conceito força de trabalho, no sentido que esta não é uma atividade livre, o “trabalho doméstico” e/ou “trabalho de cuidados” precisa de fonte de renda, sendo direta ou indiretamente trocado por um salário está sujeito a condições impostas pela organização capitalista do trabalho e pelas relações de produção. Em segundo lugar, quer destacar a tensão inerente ao caráter dual da reprodução da vida e da força de trabalho:

destacar a reprodução da “força de trabalho” revela o caráter dual e a contradição inerente do trabalho reprodutivo e, portanto, o caráter instável e potencialmente disruptivo deste trabalho. Uma vez que a força de trabalho só pode existir no indivíduo vivo, sua reprodução deve ser simultaneamente uma produção e valorização das qualidades e capacidades humanas desejadas, assim como uma adaptação aos padrões de vida impostos externamente pelo mercado de trabalho (FEDERICI, 2019d, p.209).

A reprodução da força de trabalho, a capacidade de trabalho que emana da vida humana, busca simultaneamente “a produção e valorização das qualidades e capacidades humanas desejadas” enquanto deve adaptar-se aos padrões de vida condicionados pelo mercado. Como não há separação evidente entre o que é produção

⁹⁸ SISMONDI. *Nouveaux principe d'économie politique* t. I, p. 113

do indivíduo vivo e da força de trabalho, fica evidenciada a tensão, resistências e contradições na realização deste trabalho, que possuem um significado político (FEDERICI, 2019d, p.214).

No *Calibã e a bruxa* (2017b), abordamos como Federici toma o corpo, o corpo coletivo, como simultaneamente território de alienação e resistência, construção de identidade. E a propósito do caráter do “trabalho reprodutivo”, investigamos que a autora examina o capital enquanto processo, e situa o “trabalho reprodutivo” como acumulação primitiva permanente (não necessariamente parte de relações de produção).

Pelo discutido até aqui, o exame de continuidades e descontinuidades na Federici do “trabalho doméstico” ao “reprodutivo”, autoras do feminismo marxista recente que dialogam com Federici (além de não serem as primeiras a colocar em questão as analogias entre trabalho doméstico e trabalho assalariado) parecem mais fixadas nos primeiros panfletos publicados pela autora sobre o assunto em meados dos anos 1970, e certas passagens descontextualizadas de textos recentes, e nosso estudo permite afirmar o avanço de sistematizações da autora. Sua leitura aberta da economia política nos levou a refletir como seria possível insistir numa “adesão estrita à teoria do valor”, se Marx, na *Crítica da Economia Política*, já não se ocupou centralmente da questão do “trabalho reprodutivo”.

Consideramos ainda a questão dos comuns anticapitalistas, contribuição recente de Federici. Foge ao escopo desta dissertação aprofundar sobre os comuns, o que pretendemos é frente a discussão de conceitos, situar a aposta estratégica. Na *Wages for Housework*, a reivindicação paradoxal de um salário *contra* o trabalho doméstico, a reivindicação como uma perspectiva de luta de recusa do trabalho doméstico, naturalizado feminino, desvalorizado, invisibilizado no modelo normativo da família fordista. Frente o avanço da globalização e do neoliberalismo, a expansão do mercado de trabalho global, a explosão de formas de expropriação, novos cercamentos, endividamento crescente das famílias, ela diz “não me permite mais escrever, como fiz no início dos anos 1970, que a *WfH* é a estratégia não apenas do movimento feminista, mas da classe trabalhadora como um todo (2019e, p.32). A própria autora reconhece, posteriormente, os limites de apostar na “trabalhadora doméstica” como o sujeito social crucial, para situar a questão do salário na *WfH*.

Refletindo os novos cercamentos, Federici vai se aproximando do que chamou a questão urgente “da recuperação dos meios de produção e da criação de novas formas de cooperação social, esses objetivos não devem ser, todavia, concebidos como

alternativas às lutas pelo ‘salário’ e em torno dele.” (2019e, p.32). Ela está pautando a necessidade de fazer o Estado pagar um “salário social”, como parte da luta por reconhecimento do trabalho doméstico, mas não apenas, e nos apresenta a criação dos comuns como um complemento e um pressuposto (objetivo) da luta pelo salário (2019e, p.33).

Uma das questões é propriamente como conceituá-los enquanto comuns anticapitalistas⁹⁹, o que é objeto de discussão pelos autores Federici, Caffentzis (2014) e Federici (2019f).

Os comuns anticapitalistas, devem ser concebidos tanto como espaços autônomos a partir dos quais podemos recuperar o controle sobre as condições da nossa reprodução, quanto como bases a partir das quais podemos contestar os processos de cercamento e desvincular cada vez mais as nossas vidas do mercado e do Estado. (CAFFENTZIS, FEDERICI, 2014).

Algumas questões não nos parecem muito evidentes, a pressuposição de um “salário social” aliada à criação dos comuns, enquanto se afirma que os comuns anticapitalistas devem ser concebidos como espaços autônomos (autônomos à lógica de mercado? ao Estado?). Em uma lista de princípios dos comuns, e porque pressupondo o “salário social”, um deles trata da disputa de recursos públicos (ou seja, a disputa do Estado), lembrando que “o público é o local onde boa parte de nosso trabalho passado é armazenado e é de nosso interesse que empresas privadas não o tomem para si”, os autores relacionam os comuns à defesa de serviços essenciais, como sistemas de saúde (CAFFENTZIS, FEDERICI, 2014, p.102). E por suposto, abordam a necessidade de conectar a luta sobre essa riqueza (bem público) à construção dos comuns. Por outro lado, Varela (2020) questiona as pontes entre a experiência nos “comuns revolucionários” à atual luta de trabalhadoras e trabalhadores no local de “produção”: como criar alianças estratégicas (que inclusive assegurem o “salário social”), se há um relativo silêncio¹⁰⁰ sobre a luta no atual modo de produção hegemônico? Discussão sobre a qual Federici vem escrevendo, e que extrapola os limites dessa dissertação.

⁹⁹ Os autores consideram a cooptação dos comuns, via aprendizado de instituições em torná-los funcionais ao mercado, e a própria existência comuns do lucro (FEDERICI, CAFFENTZIS, 2014).

¹⁰⁰ A propósito da expansão de conceito do “trabalho doméstico” à agricultura de subsistência, e à terra feita por Federici, Varela comenta que no epicentro da globalização, da “acumulação originária” constante, se encontra uma camada da população que vive de agricultura de subsistência, e as mulheres de estas economias, elas passam a figurar como o local privilegiado, especial, da luta anticapitalista. E diz que ao postular as cozinhas, o âmbito da subsistência, e as mulheres como o local privilegiado da luta, local de produção de seres humanos e força de trabalho, a globalização aparece como “um ataque às economias de subsistência e mulheres, e não um ataque a toda classe trabalhadora” (VARELA, 2020, p.85).

Fechamos o capítulo com contribuições do debate recente no feminismo marxista, e que comportam interpretações diferentes da crítica da economia política, em especial no uso de categorias associadas à lei do valor. Localizamos um tensionamento entre o que tem sido chamado “feminismo autonomista”, e a aposta numa “adesão estrita à lei do valor”, segundo leitura de Marx feita por Paul Smith, e ecoada — cada qual à sua maneira — desde Vogel (2022), tendo sido retomada por Ferguson (2020), Bhattacharya (2023b).

Apresentamos a nossa visão do marxismo de Federici, e identificamos importantes continuidades e descontinuidades na autora, o que nos permite afirmar o avanço, e o ganho de maturidade em seus escritos. Afinal, ressaltamos o interesse na sua aposta recente nos “comuns revolucionários” e (consoante estudiosos) pontuamos a necessidade de novos esclarecimentos sobre o seu significado.

Ponderamos que o interesse inicial por uma conversa entre Vogel e Federici tem suscitado novas colaborações, a uma temática aparentemente divisora de águas no feminismo marxista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo que orientou essa dissertação — examinar como as autoras Vogel e Federici discutem a centralidade da “reprodução da força de trabalho” na “produção”, assumindo a linguagem política do marxismo — nos levou a duas questões: de um lado a necessidade de examinar a visão das autoras sobre os textos clássicos do marxismo, a visão delas da Crítica da Economia Política, e da tradição socialista no geral. Entre encontros e desencontros do feminismo e marxismo, investigamos a relação das autoras com o paradigma marxista, e a disputa do legado de Marx, conforme a luta das mulheres.

De outro lado, consideramos a diferença nos marxismos de Vogel e Federici, e analisamos isso na controvérsia criada sob a questão do caráter do “trabalho doméstico” ou “trabalho reprodutivo”, produtor da força de trabalho. Mais especificamente, abordamos a tentativa de categorizar o “trabalho doméstico” não pago em relação às categorias associadas à teoria do valor (“trabalho abstrato”; “trabalho concreto”; “trabalho produtivo”; “trabalho improdutivo”, etc.), em se considerando que a discussão

do caráter do “trabalho doméstico” frequentemente tomou este caminho. A esse respeito, afirmamos que não pretendíamos elaborar mais uma resposta fechada para a questão, mas situar a controvérsia criada no feminismo marxista, e suas implicações estratégicas.

Afinal, nosso percurso nos levou um tanto além do feminismo marxista, ou melhor, vimos que a construção do feminismo marxista envolveu diferentes diálogos na literatura do movimento de mulheres, Europeu Ocidental e Norte-americano, e não hesitamos em trazer essas contribuições, ainda que sem pretender aprofundar sobre estes outros campos, como os diálogos na Economia Feminista.

No capítulo 1, consideramos que a intenção de “casar” dois grandes projetos emancipatórios feminismo e marxismo é uma história carregada de sentimentos ambivalentes. Parte da literatura do movimento de mulheres proclamou a intenção de se afastar da teoria marxista: nesse entendimento, as tentativas de desenvolver o marxismo permaneciam indiferentes ao gênero (*gender blind*), e o marxismo se provava inadequado. Em contexto de acirramento do capitalismo em sua forma neoliberal, algumas autoras insistiram em examinar a fundo a análise marxista, e vimos que Vogel deu importantes contribuições nesse sentido.

Avaliamos que talvez o que mais chamou atenção no texto *Marxismo e a opressão às mulheres* (VOGEL, 2022) seja a sua investigação da análise marxista, a partir de vários textos em que se localizam os primeiros comentários de Marx e Engels sobre a chamada questão das mulheres, os anos de maturidade, até os socialistas da II Internacional. Ela pretendeu examinar cada texto não só a respeito de família, mulheres e divisão sexual do trabalho, mas pela consideração dos autores ao problema da reprodução da força de trabalho na reprodução geral. Vogel defende que Marx e Engels tentavam compreender a família, e os indivíduos não abstratamente, sim de acordo com o desenvolvimento histórico, o que contrastava com o socialismo utópico. Ela considera que já nas primeiras formulações, os autores davam importância à questão das mulheres proletárias, e destaca, entre outros textos, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* de Engels, por tratar de forma descritiva e histórica o advento da industrialização sobre trabalhadoras e trabalhadores.

Quanto a Vogel, ela afirma que o problema da opressão às mulheres nos autores permanece embrionário. A autora aponta o texto *A Origem* de Engels, e o revisionismo

da II Internacional, por afastar o marxismo de uma abordagem histórico-materialista¹⁰¹. E identifica em Marx, Lenin, Clara Zetkin¹⁰² elementos do que chamou abordagem da “reprodução social”, em que defende ser possível explicar a posição diferencial de mulheres, na reprodução geral da sociedade. Abordagem que difere do *dualismo* teórico, que pretende explicar a causa de opressão às mulheres como fato isolado da exploração e expropriação capitalista, proposição que investigamos no capítulo 1.

Sobre o caráter do “trabalho doméstico” não pago — discussão travada entre Vogel (1973) e Federici (2021a), e que envolveu outras autoras e autores — encontramos que:

Vogel se apoia em Paul Smith (1978), uma interpretação de Marx das categorias associadas à teoria do valor, baseada na separação entre “trabalho concreto” e “trabalho abstrato”, que lhe interessa. Nesta concepção, o “trabalho doméstico” ainda que possa se relacionar à produção da força de trabalho, não pode ser visto como “trabalho abstrato”, e não produz mais-valia;

Ela propõe que o “trabalho necessário” em Marx tem dois componentes, um deles o “trabalho doméstico”, quer dizer, o “trabalho doméstico” é a parcela do “trabalho necessário” realizada *fora da produção*, ou simplesmente que o “trabalho doméstico” é “trabalho necessário” (VOGEL, 2022).

Ponderamos que estas proposições, de exame do caráter do “trabalho doméstico” partindo da expansão de categorias em Marx — das categorias associadas à teoria do valor — como pretendida por Vogel, entre outras autoras, mostrou-se uma tarefa complexa, por entendermos que a estrutura do texto de *O Capital* foi desenvolvida, ao menos a princípio, para a crítica da Economia Política Clássica, quer dizer, as categorias, Marx adaptou, e desenvolveu para um contexto histórico-específico.

E que ela mesma reconheceu posteriormente (VOGEL, 2000). Afinal ela diz “quer o trabalho doméstico seja conceituado como um componente do “trabalho necessário” ou não, o resultado é que deve ser encontrada alguma forma de teorizá-lo no

¹⁰¹ Ela tenta atribuir a Engels, afinal, a causa de uma formulação defeituosa da “questão da mulher”, em *A Origem da família, da propriedade privada, e do Estado* e que foi seguida de uma subestimação geral do significado político “questão da mulher” no socialismo revisionista da II Internacional.

¹⁰² Críticos de seu texto à época comentam a existência de outras análises feminista socialista que escapam às análises de Vogel: “Sua desatenção ao trabalho de Anarquista Emma Goldman e Bolchevique Alexandra Kollontai, duas das personalidades mais inovadoras e influentes do início do século XX escritores sobre mulheres, é intrigante.” (BRENNER, p.698, 1984).

interior da Economia Política marxista” (2022, p.408)¹⁰³, a autora afirma que essa teorização específica é uma questão em aberto, ao mesmo tempo confirma que a linguagem política marxista seja usada. Quer dizer, ela afirma sua aposta na construção de uma economia política feminista, formulação que tem sido impulsionada há décadas pelo movimento de mulheres, e tal como prevê o método materialista histórico dialético, e seu caráter crítico-científico.

Examinar a visão de Federici sobre a Crítica da Economia Política nos levou a refletir que nem mesmo Marx ou Engels encarnavam uma consciência feminista tal como o acúmulo dos movimentos de mulheres recente nos permite alcançar. Seja por ecoarem o moralismo vitoriano, e por certas questões programáticas nos autores.

De todo modo, por mais complexa que seja a disputa do legado de Marx para questões contemporâneas, não nos parece que o caminho seja abdicar de qualquer exame sobre mulheres, família e divisão sexual do trabalho nos textos clássicos, ou eximir os autores de quaisquer comentários nesta temática. E isso torna as contribuições do feminismo marxista relevantes, frente à esquerda tradicional recente, que ainda acredita que o texto *A Origem* de Engels seja a contribuição clássica em assuntos de gênero e família no marxismo, e frente à visão neoliberal, que prega liberdade e maior representação de “minorias” com manutenção das classes.

A despeito da crítica insistente de *sexismo* em Marx, o que talvez seja menos aparente é a forma como Federici vem disputando o legado do autor. Examinamos em diferentes textos como ela reconheceu a sua atualidade, em especial do método histórico materialista, que ajudou a demonstrar que as hierarquias e identidades de gênero são construções. Ela afirma que Marx deu a iluminação teórica para o feminismo marxista dos anos 1970 de que o “trabalho doméstico”, “sempre depreciado, sempre naturalizado, sempre desdenhado pelos socialistas como retrógrado, foi, na realidade, o pilar da organização capitalista do trabalho” (FEDERICI, 2017, p.103). Defendemos que ela se posiciona contra a esquerda tradicional, não contra Marx propriamente, quem em sua visão deu ferramentas para o movimento de mulheres conceituar a profundidade do antagonismo de classes.

Sobre a questão do caráter do “trabalho doméstico” ou “reprodutivo”, é importante ressaltar as diferenças de influência, sobre a leitura em Marx: examinamos a relação de Federici com o operaísmo italiano, em especial, a interpretação de Marx

¹⁰³ Original 2000.

segundo Mario Tronti, de onde propõe o desenvolvimento do termo “fábrica social”. Nos primeiros textos, ela apresenta a noção extensa cadeia de montagem, e nesta “fábrica social” situa o “trabalho doméstico” não pago, necessário à geração de mais-valia. Ela recorre ao sentido figurado extensa cadeia de montagem para sublinhar que existe uma dependência (não aparente) do capital em relação às esferas do tecido social, e desta forma se contrapõe às abordagens (dominante) de esferas separadas.

Posteriormente, recuperamos *O Calibã e a Bruxa*, junto a entrevistas e textos de publicação recente, e examinamos que a autora enfatiza o capital enquanto processo, e situa o “trabalho reprodutivo” como parte da acumulação primitiva permanente (e não necessariamente de relações de produção, como por vezes, mas de forma não sistemática, chegou a sugerir). Mostramos como a autora investiga o processo de acumulação primitiva na caça às bruxas europeia, alerta que este processo assume características específicas conforme o regime de acumulação, e enfatiza que o capitalismo é incessantemente dependente da esfera do tecido social — do “trabalho reprodutivo” e dos recursos naturais — como condição do valor, e afirmamos o amadurecimento de sua interpretação.

Vimos que ela não especifica uma relação direta com a produção do valor, ela não pretende “adesão estrita à teoria do valor”, mas apresenta o “trabalho doméstico” (ou “reprodutivo”), como condição do valor, quer dizer que o trabalho doméstico produz amplamente o valor, dado que não há proposta de diferenciação categorial do trabalho tomando por referência a mais valia: o trabalho de reprodução da força de trabalho, porque realizado por pessoas previamente expropriadas, e ainda que não estritamente submetidas às relações de produção, nunca estão simplesmente fora do processo produtivo e da disciplina capitalista. Sua leitura aberta da economia política nos levou a refletir como insistir numa “adesão estrita à teoria do valor”, se Marx já não se ocupou centralmente da questão do “trabalho reprodutivo”.

No capítulo três, apresentamos importantes contribuições do debate recente no feminismo marxista, e no que compete a disputa do legado de Marx, localizamos um tensionamento entre o que tem sido chamado “feminismo marxista autonomista”, e por outro lado a aposta numa “adesão estrita à lei do valor”, segundo leitura de Marx feita por Paul Smith, e ecoada — cada qual à sua maneira — desde Vogel (2022), tendo sido retomada por Ferguson (2020), Bhattacharya (2023b). Foi visto que esse debate não é menos complexo do que o foi para o próprio Marx, em diálogo na economia política clássica.

O tensionamento localizado no feminismo marxista diz sobre interpretações diferentes da Crítica da Economia Política, em especial na questão do “trabalho produtivo” e “trabalho improdutivo”, ou “trabalho necessário”, seja pretendendo uma abordagem mais técnica da teoria do valor, seja uma leitura mais ampla dos conceitos, e do processo de acumulação. Ponderamos que o interesse inicial por uma conversa entre Vogel e Federici tem suscitado novas colaborações, a uma temática aparentemente divisora de águas no feminismo marxista. A chamada teoria de reprodução social, reivindicando Vogel, tem sido importante na retomada da disputa do legado de Marx, frente novos e velhos desafios colocados ao campo progressista.

De outro lado, propomos que uma perspectiva feminista da reprodução social, usando o método de Marx, também encontra representantes a partir do feminismo italiano: nas reflexões instigadas por Federici sobre o processo de acumulação primitiva permanente, geográfica e socialmente localizado.

De forma mais ampla, o feminismo marxista tenciona romper a visão dominante da dualidade “economia” x “família”, “público” x “privado”, entendendo que:

O feminismo não pode se furtar ao exame do capitalismo neoliberal, se pretende transformar a realidade de todas as mulheres: a questão específica encontra-se enraizada na sociedade de classes;

Ir além da análise “econômica” do capital, a questão específica que mulheres vivem, tratada a partir das contradições colocadas pela questão do “trabalho doméstico” não pago, ou “trabalho reprodutivo”, no capitalismo financeirizado requer novas investigações e, no presente, intervenção política, de combate a fatores específicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Kevin. *Marx at the Margins: On Nationalism , Ethnicity , and Non - Western Societies*. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.

ARRUZZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista. O feminismo da reprodução social e seus críticos. *Cadernos Cemarx*, N. 10, p. 39-60, 2017

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Boitempo Editorial, 2019.

BARRET, Michèle. Introduction. In.: ENGELS, Friedrich. *The Origin of the family, private property and the state*. London: Penguin books, 1986.

BENSTON, Margaret. *The political economy of women's liberation*. Toronto: New Hogtown Press, 1969.

BHATTACHARYA, Tithi. *Mapeando a teoria da reprodução social*. In.: BHATTACHARYA, Tithi (Ed.). *Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão*. São Paulo: Editora Elefante, 2023a.

BHATTACHARYA, Tithi. *Como não passar por cima da classe: reprodução social do trabalho e a classe trabalhadora global*. BHATTACHARYA, Tithi (Ed.). *Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão*. São Paulo: Editora Elefante, 2023b.

BRENNER, Johanna. Review: Marxist Theory and the Woman Question. *Contemporary Sociology*. v.13, n.6, pp. 698-700, 1984.

BROWN, Heather. *Marx on Gender and the Family. A Critical Study*. Leiden/Boston: Brill, 2012.

CARRASCO, Cristina. *Mujeres y economia: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona: Icaria, 1999.

CARRASCO, Cristina. A Sustentabilidade da vida: um assunto de mulheres? In.: FARIA, Nalu, NOBRE, Miriam. *A produção do viver: Ensaios de economia feminista*. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista (SOF), 2003

CURCIO, Ana. Feminismo marxista de ruptura, 2020. (originalmente publicado no livro *Introduzione ai femminismi*, publicado em inglês na *Viewpoint Magazine*, e traduzido para o português por Ana Flávia Bádue: <https://marxismofeminista.com/2020/06/30/feminismo-marxista-de-ruptura/>)

DALLA COSTA, Mariarosa. “Community, Factory and School from the Woman’s Viewpoint”. In: *L’Offensiva: Quaderni di lotta feminista n. 1*. Turim: Musolini Editore, 1972

DALLA COSTA, Mariarosa. Sobre a greve geral. *Plural*. v.28.2, p.181-183, jul./dez., 2021.

DALLA COSTA, Mariarosa. Women and the subversion of the community. In: DALLA COSTA, Mariarosa; JAMES, Selma (Orgs.). *The power of women and the subversion of the community*. Bristol: Falling Wall Press, 1975 [1972].

DAVIS, Angela. A obsolescência das tarefas domésticas se aproxima: uma perspectiva da classe trabalhadora. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016 (1981).

DELPHY, Cristine. *Close to home: a materialist analysis of women oppression*. Amherst, Massachusetts press, 1984

DUNAYEVSKAYA, Raya. *Rosa Luxemburg, Women's Liberation and Marx's Philosophy of Revolution*. Inglaterra: Humanities Press/Harvester Press, 1982

ENGELS, Frederick. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 9ª edição. Trad.: Leandro Konder. 1984 [1884]

ENGELS, Frederick. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo. 2010 [1845]

EISENSTEIN, Zillah. *Capitalist patriarchy and the case for socialist feminism*. New York: Monthly Review Press, 1979

CAFFENTZIS, George, FEDERICI, Silvia. Commons against and beyond capitalism. *Community Development Journal*, Vol. 49, Suplemento 1. Commons Sense: New thinking about an old idea. p. i92-i105, Jan. 2014

FEDERICI, Silvia, AUSTIN, Arlen. *Salarios para el trabajo doméstico: Comité de Nueva York 1972-1977 Historia, teoría y documentos*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2019.

FEDERICI, Silvia, CARLIN, Matthew. The Exploitation of Women, Social Reproduction, and the Struggle against Global Capital. *Theory and Event*, Vol. 17 (3), 2014

FEDERICI, Silvia, FORTUNATI, Leopoldina. *Il Grande Calibano*. Storia del corpo sociale ribelle nella prima fase del capitale. Milão: Franco Angele Editore. 1984

FEDERICI, Silvia. Social reproduction theory: History, issues and present challenges. *Radical Philosophy*. 2.04 Spring, p.55-57, 2019

FEDERICI, Silvia. Salários contra o trabalho doméstico (1975). In: FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019a.

FEDERICI, Silvia. Por que sexualidade é trabalho (1975). In: FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019b.

FEDERICI, Silvia. Contraplanejamentos da cozinha (1975). In: FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019c.

FEDERICI, Silvia. A reprodução da força de trabalho na economia global e a revolução feminista inacabada (2009). In: FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019d.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019e.

- FEDERICI, Silvia. Feminismo e a política do comum em um era de acumulação primitiva (2010). In: FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019f
- FEDERICI, Silvia. A reestruturação do trabalho doméstico e da reprodução nos EUA nos anos 1970 (1980). In: FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019g.
- FEDERICI, Silvia. O capital e a esquerda (1975). In: FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*. São Paulo: Boitempo, 2021a.
- FEDERICI, Silvia. A revolução começa em casa: repensando Marx, reprodução e luta de classes (2018). In.: FEDERICI, Silvia (Org.). *O patriarcado do salário*. São Paulo: Elefante, 2021b
- FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*. São Paulo: Boitempo, 2021c
- FEDERICI, Silvia. Notas sobre Gênero em O Capital de Marx. *Revista Movimento em* <https://movimentorevista.com.br/2017/09/genero-o-capital-marx-feminismo-marxista/>, 2017a.
- FEDERICI, Silvia. *O Calibán e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação*. Tradução coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017b.
- FEDERICI, Silvia. View from the kitchen. *Falling Wall Press*. N5,p. 24-26, 1976
- FERGUSON, Susan. *Women and Work, Feminism, Labour and Social Reproduction*. Londres: Pluto Press. 2020
- FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. *Revista Outubro*, n. 29, 2º semestre de 2017 [2013], pp. 23-59.
- FIGUEIRA, Gabriela. Produzir na reprodução: um olhar sobre a renovação da força de trabalho escrava no Brasil oitocentista. *PLURAL*, Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP, v.28.2, p.66-89, jul./dez., 2021
- FIRESTONE, Schulamith. *A dialética do sexo*. Editorial labor do brasil. 1976.
- FOLBRE, Nancy. Holding Hands at Midnight: The Paradox of Caring Labor, *Feminist Economics* Vol.1, N1: p.73-92, 1995
- FONTOURA, Natalia *et at*. Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. *Revista Econômica*, Rio de Janeiro, v 12, n 1, jun. 2010
- FOSTER, Bellamy; CLARK, Brett. Women, Nature, and Capital in the Industrial Revolution, *Monthly Review*, Vol. 68, 8, Jan.2017
- FRASER, Nancy, JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- FRASER, Nancy. Contradictions of capital and care. *New left review*, 100 July ug 2016 p.99-117

FRASER, Nancy. Por trás do laboratório secreto de Marx. *Direito e práxis*. Vol. 06, N.10, p.704--728, 2015

GIMENEZ, Martha. Capitalism and the Oppression of Women: Marx Revisited. *Science & Society*, Vol. 69, No. 1. Jan, 2005. p.11–32

GIMENEZ, Martha. Marx, women and capitalist social reproduction: marxist-feminist essays. Brill: Leiden, 2018

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica 1980. In.: Flávia Rios e Márcia Lima (Orgs.) Por um feminismo afro-latino americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Esther. *Nós e O Nó: O Conceito de Totalidade Na Síntese Marxista-feminista de Heleieth Saffioti*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, 2015. http://ppgcp.fafich.ufmg.br/diss_defesas_listagem.php

HARTMANN, Heidi. The Unhappy Marriage Between Marxism and Feminism: towards a more progressive union. *Capital & Class*, vol. 3, jul. 1979, p. 1-33.

HARVEY, David. A recusa de Marx da teoria do valor-trabalho. Revista *Outubro*, n. 34, 2020, p.11-23 (inicialmente publicado em português pela revista *Margem Esquerda* n. 31, 2018)

HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil, Graal, 1979

HEWITT, Margaret. Wives and mothers in Victorian industry. A study of the effects of employment of married women in victorian industry. Londres: Rockliff, 1958

HIMMELWEIT, Susan. The discovery of “unpaid work: the social consequences of the expansion of “work”.” *Feminist Economics*, Vol. 1 N.2, p.1-19, 1995

INMAN, Mary. In Woman’s defense. Los Angeles: The Committee to Organize the Advancement of Women, 1940.

JAMES, Selma. Sex, Race, and Class (1974). In: JAMES, Selma. *Sex, Race, and Class—The Perspective of Winning: A Selection of Writings, 1952–2011*. Oakland: PM Press, 2012.

JAMES, Selma. Strangers and Sisters: Women, Race & Immigration (1985). In: JAMES, Selma. *Sex, Race, and Class—The Perspective of Winning: A Selection of Writings, 1952–2011*. Oakland: PM Press, 2012.

JONES, Claudia. Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra! *Estudos Feministas*, 25(3): 530, p. 1001-1016, setembro-dezembro/2017 [1949]

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*. São Paulo: Cultrix, 2019 (1986)

LOPATE, Carol. Women & pay for housework. *Liberation*. p.8-11, Mai-Jun 1974

LUXEMBURGO, Rosa A Acumulação de Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Tomo II São Paulo: Abril Cultural, 1984 [1913]

- MARCELINO, Giovana, DELLA TORRE, Bruna. Por um novo casamento entre feminismo e marxismo. Entrevista com Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya. *Crítica Marxista*, n.51, p.147-159, 2020.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Vol. 1, tomo 1. São Paulo: Nova cultural, 1996a. [1867] Coleção Os Economistas.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Vol. 1, tomo 2. São Paulo: Nova cultural, 1996b. Coleção Os Economistas.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Vol. 3. São Paulo: Boitempo, 2017. Coleção Os Economistas.
- MARX, Karl, ENGELS, Frederick. *A Sagrada Família*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *Teorias da mais-valia*. História Crítica do pensamento econômico. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980
- MARX, Karl. Trabalho Assalariado e Capital. 1849, Editorial Avante, t1, p. 142-177, 1982
- MICHAELIS. Partenogênese. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/partenog%C3%AAnese/>> Acesso em 08 out. 2022.
- MIES, Maria. *Patriarchy and accumulation on a world scale: Women in the International Division of Labour*. Londres: Zed Books, 2014 [1986]
- MIES, Maria. *The Lace Makers of Narsapur: Indian Housewives Produce for the World Market*. London: Spinifex Press, 2012 [1982]
- MIES, Maria; BENNHOLDT-THOMSEN, Veronika ; VON WERLHOF, Claudia. *Women: The last colony*. Londres: Zed Books, 1988.
- MILLET, Kate. *Sexual politics*. New York: Doubleday e Co., 1970.
- MITCHELL, Juliet. *Women: the longest revolution* New Left Review Nov./Dez., p.11-37, 1966
- MOLYNEUX, Maxine. Beyond the Domestic Labour Debate. *New Left Review*, 1979.
- MORGAN, Jennifer. *Laboring women: reproduction and gender in the New World slavery*. Pensilvânia: University of Pennsylvania Press, 2004
- MORTON, Peggy. A Woman's work is never done. In: ALTBACH, Edith (orgs.) *From feminism to liberation*. Cambridge: Schenkman Publishing, 1971.
- OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto de. *Acumulando Informações e Estudando Mudanças ao Longo do Tempo: Análises Longitudinais do Mercado de Trabalho Brasileiro*. Tese (Doutorado), Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional,– Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- PATEMAN, Carole. The sexual contract. Stanford: Stanford press, 1988 [ed. bras.: *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993]
- PAOLINELLI, Julia Sanders. A Teoria da Reprodução Social e a opressão da mulher no capitalismo: entre a reprodução da força de trabalho e a reprodução da vida. Texto apresentado no seminário de economia de Diamantina, 2022

https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2022/D19_339.pdf

PICCHIO, Antonella. *Social Reproduction: The Political Economy of The Labour Market*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992

RUBIN, GAYLE. O tráfico de mulheres: Notas sobre a “Economia Política” do Sexo. Tradução: Christine Dabat, Edileusa Rocha, Sônia Correa. Recife: SOS Corpo. 1993
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919?show=full>

SALLES, Ricardo (2008). *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SECCOMBE, Wally. Patriarchy stabilized: The Construction of the Male Breadwinner Wage Norm in Nineteenth-Century Britain. *Social History* Vol. 11, N1, p. 53-76, jan 1986.

SECCOMBE, Wally. The Housewife and her labour under capitalism. *New Left Review*, n.83, jan.-fev. 1974.

SECCOMBE, Wally. *Weathering the Storm: Working-Class Families from the Industrial Revolution to the Fertility Decline*. Londres: Verso, 1993

TEACHER’S ACTION. View from the staffroom. *Falling Wall Press*. N5, p.19-23, 1976

THOMPSON, Edward. *The making of the english working class*. Nova York: Pantheon, 1964 [ed. bras.: A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987]

TOUPIN, Louise. *Wages for Housework: A History of an International Feminist Movement, 1972-77*. Vancouver: UBC Press and Pluto Press, 2018

VARELA, Paula. La reproducción social en disputa: un debate entre autonomistas y marxistas. *Archivos*, V.8, N16, p.71-92, mar./ago. 2020.

VOGEL, Lise. Domestic labour revisited. *Science & Society*, Vol. 64, N. 2, p. 151-170, , verão 2000

VOGEL, Lise. *Marxismo e a opressão às mulheres: em direção a uma teoria unitária*. São Paulo: Expressão Popular, 2022 [Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory. Leiden e Boston: Brill, 2013] [1983].

VOGEL, Lise. *Marxismo y Feminismo*. Tradução: Mireia Bofill. Publicado originalmente *Monthly Review*, Vol. 31, N° 2 jun. 1979.
https://proletarios.org/books/Lise-Vogel_Marxismo-y-feminismo.pdf

VOGEL, Lise. The Earthly Family. *Radical America*, Vol. 7, N4 e 5, p. 9-50, Jul/Out 1973

WILLIAMS, Raymond. *Towards 2000*. London: Sade, 2015

YOUNG, Iris. Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory. In: SARGENT, Lygia (org). *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism*. Montreal: Black Rose, pp. 43-70, 1981.